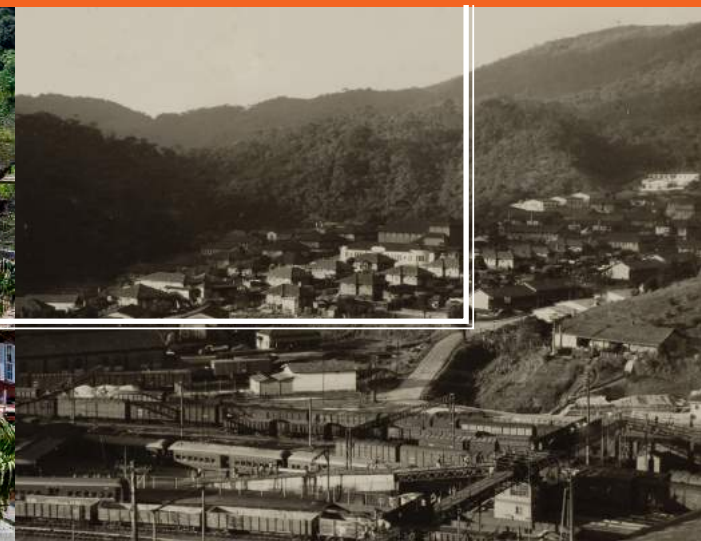
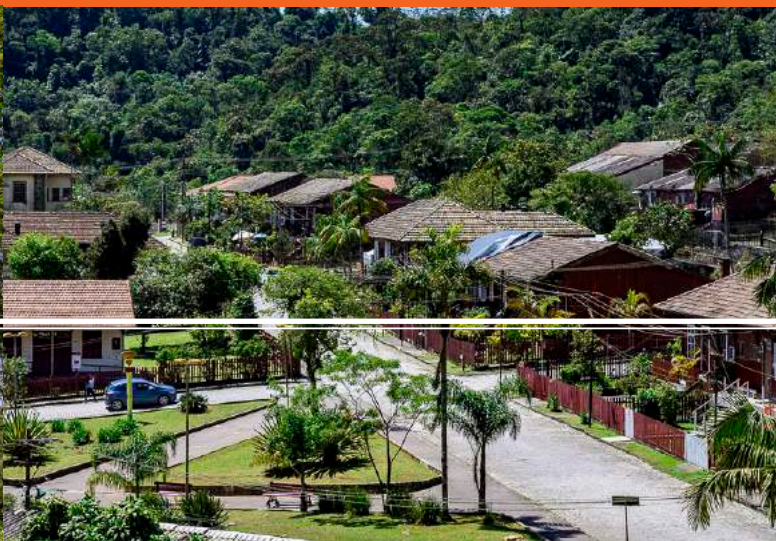




Bens tombados e registrados de Santo André - SP





VAMOS FALAR SOBRE
**PATRIMÔNIO
CULTURAL?**



Este material foi pensado para você que tem interesse em conhecer mais sobre o patrimônio cultural de Santo André. A proposta é apresentar um conjunto de informações atualizadas para que juntos possamos ampliar os conhecimentos e reconhecer a importância destes lugares, dos saberes, fazeres e manifestações culturais, bem como suas articulações com a memória coletiva andreense. É uma estratégia de difusão que sinaliza como os bens culturais estão integrados em nossa vida cotidiana, em nossa história e na trajetória do município.

Iniciamos com algumas ideias gerais sobre o que é patrimônio cultural, os instrumentos de proteção e sobre o COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – que atua na proteção e valorização desses bens culturais. No entanto, estas ações são pouco conhecidas pela sociedade e a participação de todas e todos é fundamental para que possamos reconhecer e ampliar a composição de bens que nos representam enquanto sociedade.

Venha participar desse movimento!

\\ O que é patrimônio cultural?

Na Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 216, há uma definição do que é patrimônio cultural: “... bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Trata-se, portanto, de um universo amplo de bens que se ligam diretamente àquilo que tem grande significado para as pessoas como parte de suas identidades, memórias, saberes e formas de ação. Podem ser objetos como fotografias, obras de arte, estátuas, bustos, livros, entre outros. Podem ser, também, edificações, ruas, caminhos, praças, árvores, parques, florestas, marcos de paisagem etc. Ou ainda, saberes, modos de fazer, celebrações e manifestações culturais.

\\ Por que reconhecemos bens como patrimônio cultural?

O reconhecimento de lugares, objetos, atividades e manifestações como distintivos em nosso cotidiano indica que eles possuem características que explicitam valores que os destacam frente a outros, tornando sua preservação fundamental para que os cidadãos se reconheçam como parte da sociedade. Para que esta manifestação seja feita são observados alguns valores tais como: social, ambiental, simbólico, arquitetônico, histórico, de permanência no tempo e na paisagem.

Como a sociedade e a vida cotidiana é dinâmica, outros valores e novas possibilidades de preservação podem ser elencadas. Esses movimentos dependem de como a sociedade enxerga aquilo que a identifica e distingue como sendo integrante de sua identidade.

\\ E, como um patrimônio cultural é reconhecido na e pela sociedade?

Ao lado do reconhecimento que a sociedade promove, conservando e zelando pela perenidade de bens que lhe são significativos, existem formas administrativas que remetem à distinção pública da importância de lugares, objetos e manifestações como patrimônio cultural.

Os instrumentos de proteção mais usuais são:

- tombamento para bens materiais móveis ou imóveis, como residências, conjuntos urbanos ou arquitetônicos, mobiliário, altares, entre outros;
- registro para bens de natureza imaterial, como saberes, fazeres, manifestações artísticas, entre outros.

Mas, inventários técnicos e participativos, sistemas de georreferenciamento, demarcação de zonas urbanas e naturais especiais de proteção também auxiliam cada vez mais para que maior número de bens possa ser conhecido e, então, protegido pelos instrumentos administrativos e pelo reconhecimento social.

\\ O que significa tombar um bem?

A palavra tombar pode significar derrubar ou cair no chão. Mas, aqui ela tem outro significado.

Tombam um bem de interesse cultural é um ato administrativo declaratório do reconhecimento a favor de sua preservação e valorização como patrimônio cultural.

Trata-se de uma certificação pública para que a sociedade tenha conhecimento de que o bem tombado deve permanecer presente na atualidade e para as gerações futuras como uma forma de identidade do lugar em que se exerce cotidianamente a cidadania.

\\ E o registro, como é utilizado?

O Registro é utilizado para reconhecimento e valorização de bens culturais de natureza imaterial que contribuem para a formação da sociedade. Trata-se de um ato declaratório que indica a importância de celebrações, formas de expressões, saberes – conhecimentos e técnicas – fazeres e lugares que os grupos sociais reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

\\ Quem organiza e realiza as proteções do patrimônio cultural?

Na esfera municipal, quem realiza as proteções do patrimônio cultural em Santo André é o COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Criado há 32 anos, o Conselho se reúne mensalmente para analisar, discutir e aprovar medidas associadas à valorização, proteção e defesa do patrimônio cultural de Santo André.

É composto por doze conselheiros e seus suplentes, seis deles representando organizações sociais, culturais e educativas atuantes no município e outros seis profissionais atuantes em setores específicos do serviço público municipal. Há, também, uma Diretoria Executiva composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretaria Executiva. O suporte técnico para as questões que são discutidas pelo COMDEPHAAPASA é realizado pelo Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural, composto por servidores municipais especialistas no assunto.

\\ E quais as atribuições do COMDEPHAAPASA?

Cabe ao COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André - estudar, analisar e indicar espaços, exemplares da natureza, manifestações culturais e grupos sociais ou personagens a eles associados que devem ter uma forma efetiva de reconhecimento e proteção, seja porque são marcos da paisagem ou da arquitetura local, ou porque representam uma determinada forma de organização do espaço ou da sociedade, ou, ainda, porque são representações da cultura associadas às memórias coletivas, aos modos de viver e de fazer que identificam parcelas da população andreense.





VAMOS FALAR DOS
**BENS TOMBADOS E
REGISTRADOS EM
SANTO ANDRÉ?**



Em Santo André são vinte e sete bens valorizados como patrimônio cultural, sendo vinte e cinco bens tombados e dois bens registrados no período de 1992 e setembro de 2022.

As primeiras proteções municipais ocorreram em 1992 e este ano representou com sete bens protegidos aquele em que foi realizado maior volume de tombamentos. Em seguida, em termos numéricos, está o ano de 2012 com quatro bens valorizados (Gráfico 1).

Bens protegidos como patrimônio Cultural em Santo André, 1992-2019

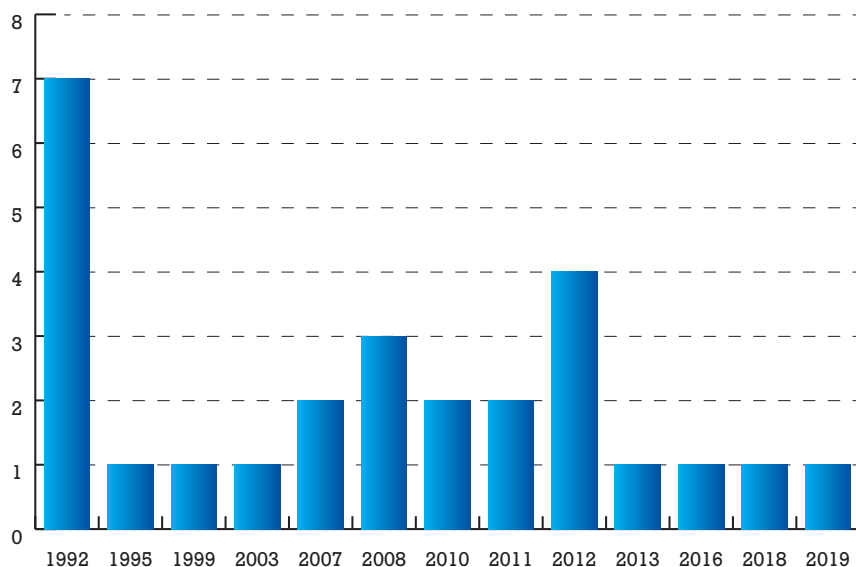


Gráfico 1.
Fonte: produção CTAPC.

Com relação à participação da sociedade nos pedidos de tombamento e registro esta é superior à do poder público, como pode ser observado nos Gráficos 2 e 3.

Iniciativa de Registro em Santo André 2008-2013

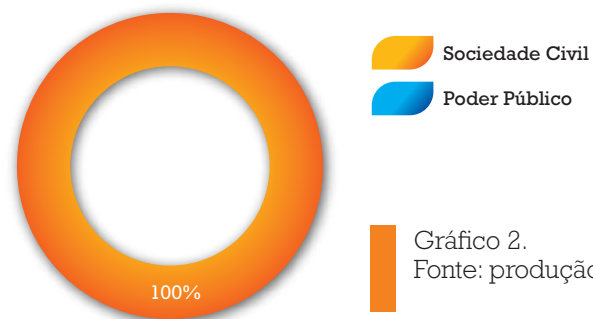


Gráfico 2.
Fonte: produção CTAPC.

Iniciativa de Tombamento em Santo André 1992-2019

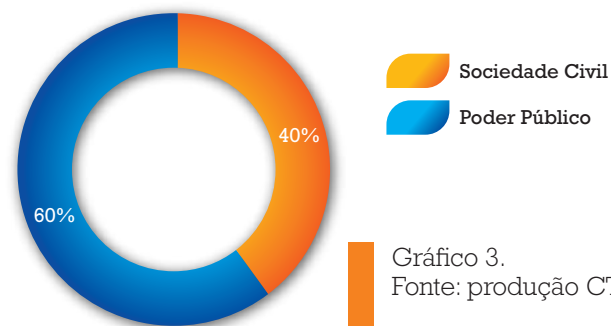


Gráfico 3.
Fonte: produção CTAPC.

Outra informação de interesse diz respeito à localização espacial dos bens valorizados em Santo André (Gráfico 4). A área central tem maior número, contando com sete bens, seguido pelo Bairro Jardim e região de Paranapiacaba com quatro bens cada um.

Destas informações iniciais que identificam as quantidades de bens tombados e registrados em Santo André cabe ressaltar que os números tendem a aumentar ao longo dos anos. Para exemplificar este movimento, existem cinco bens que estão legalmente tombados e aguardam a homologação do Prefeito Municipal, e outros dez bens que estão em diversas fases de estudo para proteção como patrimônio cultural.

Outro detalhe que pode ser visto nas páginas seguintes é que a maioria dos bens – quinze – são unidades que se circunscrevem em uma única edificação. Há, no entanto, outras tipologias como os conjuntos urbanos e arquitetônicos, bens com características mistas, outros com destaque para a natureza, bem como um sítio que acaba abrangendo diversas facetas que o colocam no rol de bens valorizados como patrimônio cultural, caso de Paranapiacaba.

Localização por bairros dos bens valorizados em Santo André, 1992 - 2019

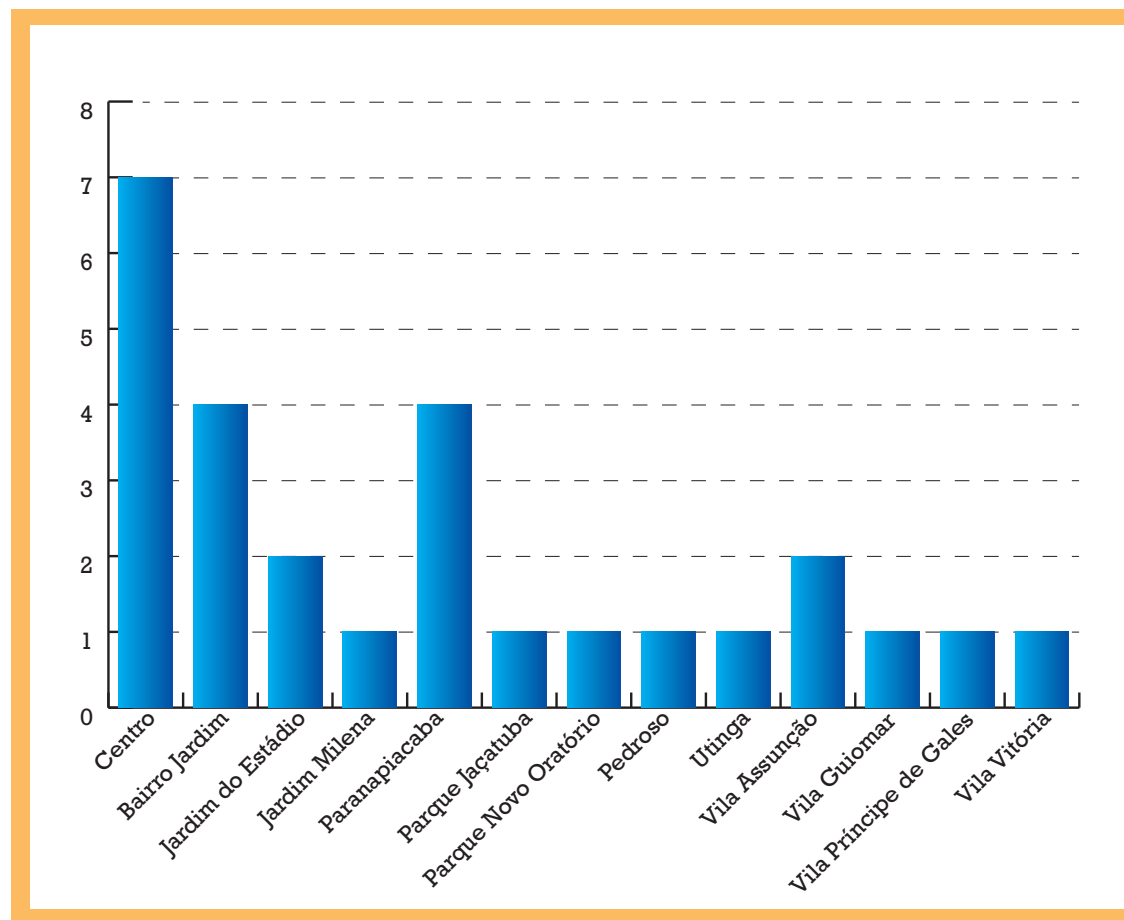


Gráfico 4.
Fonte: produção CTAPC.

\\ CAMADAS DE LEITURA DA CIDADE

Para que estes bens pudessem ser conhecidos ou reconhecidos de maneira orgânica e em diálogo com a trajetória socioeconômica e cultural de Santo André, foram criadas oito camadas que se intercambiam e são interdependentes com a narrativa histórica deste município desde as ocupações ocorridas no século XIX, com a construção da ferrovia na década de 1860 até os dias atuais. Estas camadas podem se desdobrar em subcamadas e envolvem transformações das paisagens do município em seus diversos enfoques. A vantagem desta proposição metodológica de leitura da cidade é a de evitar a estanqueidade dos tempos, das paisagens e dos bens e manifestações culturais, valorizando-se interfaces entre essas categorias, bem como uma forma diferenciada de consolidação da proteção e de inventário do patrimônio cultural.

Diante desta proposição pode-se apresentar as camadas que envolvem os bens tombados e que norteiam esta leitura de Santo André. De início, pela importância

fundante de alguns espaços foram criadas as camadas 'Vida junto a Serra do Mar' e 'Núcleo primordial de Santo André' que condensam dois importantes núcleos urbanos que se consolidaram ainda no século XIX no atual município de Santo André: Alto da Serra/Paranapiacaba – local que se projetou como vila ferroviária de controle de tráfego entre Serra do Mar e Piassaguera – e o núcleo da Estação que se caracterizou como a área urbana inicial do atual centro da cidade.

Outra camada associada ao crescimento do núcleo junto à estação foi denominada 'O centro se expande', momento marcado pelas primeiras décadas do século XX e envolve a dispersão populacional para áreas próximas à estação, mas criando novas centralidades e paisagens urbanas diversas do núcleo primordial. A ampliação da ocupação urbana para além deste espaço está representada por outra camada denominada 'Santo André cresce'. Nesta camada foram criadas duas subcamadas denominadas 'Formas de Morar' que identifica modos de

morar, tipologias de edificações residenciais e 'As estruturas de apoio à vida na cidade' que identifica formas de ocupação do espaço em loteamentos, por exemplo, estruturas urbanas que visaram o bem estar da população e a logística econômica, entre outros.

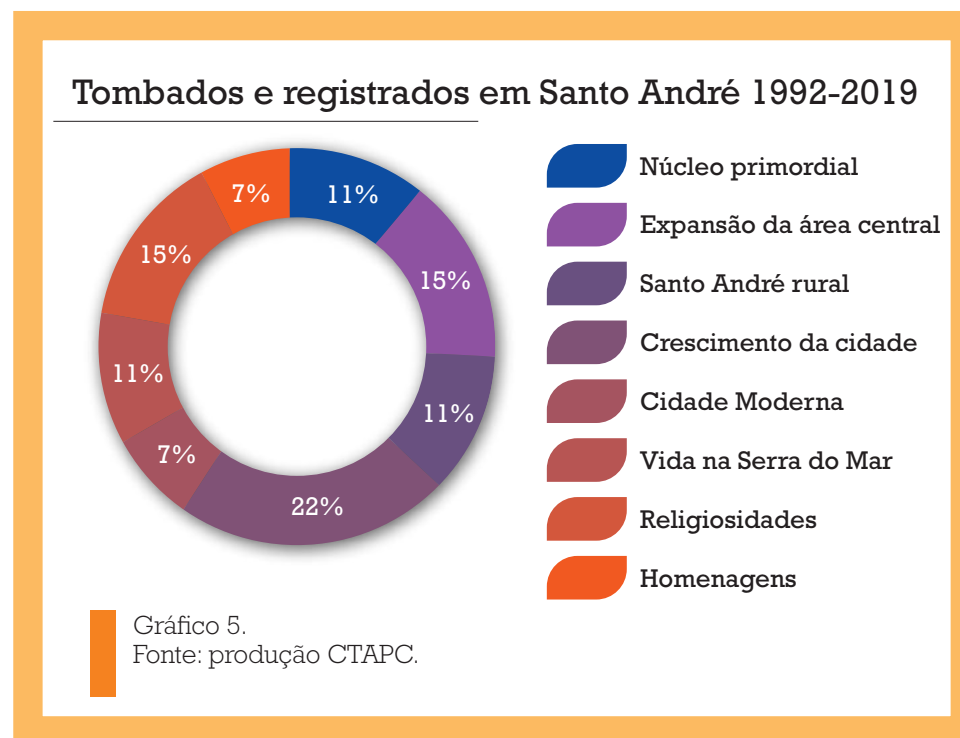
Ao mesmo tempo que Santo André crescia em termos populacionais, econômicos e de uso do espaço, até o início dos anos 1950 ainda era possível observar características rurais que estiveram presentes no município por meio de fazendas, sítios e chácaras com múltiplas atividades: extração de madeira para produção de móveis e dormentes para a ferrovia, além de lenha para produção de carvão vegetal; produção agrícola de alimentos e de juta; criação de cavalos puro sangue. Além destes aspectos econômicos havia também interesse em manter um estoque de terras que poderia ser loteado quando as condições permitissem, e, enquanto isso serviria de veraneio familiar em um lugar reconhecido por ter bom clima e ar puro. Esta camada foi denominada 'Olhar rural de Santo André'.

Contudo, o avanço fabril nos anos 1940 e 50, além da necessidade de moradia, o crescimento econômico sinalizava o papel de Santo André no âmbito da economia nacional. Para simbolizar este momento foi criada a camada 'Cidade Moderna' que focaliza a presença de uma perspectiva modernizadora para um município que até então pouco havia modificado as estruturas urbanas desde o começo do século XX. Nesta proposição encontram-se planos urbanísticos e projetos arquitetônicos que impactariam a paisagem local.

Por fim, mais duas camadas circundam manifestações associadas às 'Religiosidades' e 'Homenagens'. Em ambos os casos, o que está em jogo é um amplo conjunto de manifestações que envolvem práticas sociais e culturais, além da memória coletiva de Santo André.


Cabe esclarecer que as camadas apresentadas não se esgotam apenas nos bens protegidos pelo tombamento e registro. Há um conjunto mais amplo ligado aos estudos e levantamentos que estão sendo construídos junto ao Sistema de Inventário do Patrimônio Cultural de Santo André, cuja formatação está em curso, e que dialoga com estes bens protegidos.

O gráfico 5 identifica o estado atual entre a quantidade de bens tombados e registrados por cada uma das oito camadas. Da consolidação destas informações se destaca a associação entre as camadas 'Núcleo primordial de Santo André' e 'O centro se expande' envolvendo 26% por bens protegidos. Destaque, também, para o maior número de bens protegidos na camada 'Santo André cresce' com 22% do total.



Destas informações mais gerais, a partir deste ponto será possível individualizar informações por camada e por bem protegido. São apresentadas sínteses com breve narrativa histórica, características do bem, além de imagens de acervos históricos e ensaios fotográficos das condições atuais de cada um dos bens. A maioria deles pode ser visitada de forma gratuita, sendo este o convite para que cada pessoa possa experimentar sua relação com a história e memória coletivas de Santo André.





NÚCLEO PRIMORDIAL DE SANTO ANDRÉ



13 – Figueira – *Ficus macrophylla desfontaines ex person*

18 – Residência de Antonio Queiroz dos Santos

25 – I Grupo Escolar de São Bernardo - Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa



\\ Figueira – *Ficus macrophylla desfontaines ex persoon*

Bem	Figueira – <i>Ficus macrophylla desfontaines ex persoon</i>
Solicitante	Poder Público
Tombamento	12.06.1992
Homologação e inscrição	30.06.1992, inscrição nº 01 no Livro de Tombo
Localização	Parque Prefeito Celso Daniel, Avenida Dom Pedro II, 940, Bairro Jardim

Esta figueira de origem australiana, da espécie *Ficus macrophylla desfontaines ex persoon*, tem importante significado simbólico e afetivo em Santo André. Possivelmente esteja na paisagem desde os anos finais do século XIX, sendo testemunha de uma Santo André com características diversas das urbanas e industriais. Frederico Guilherme de Albuquerque, gaúcho, chegou a Santo André por volta de 1880 com a proposta de criar uma escola de vitivinicultura. Cultivou 58 mil parreiras, mas a proposta da escola não foi adiante. Ocupava vasta área do atual Bairro Jardim, dedicando-se a

produzir sementes para o cultivo agrícola e aclimatar espécies exóticas, tanto animais como plantas. Dentre elas estavam árvores como a figueira tombada. O sítio, popularmente conhecido como Beliche, deveria ter como sede a área do atual Parque Prefeito Celso Daniel. Além da aclimatação, parte do sítio era também destinado para plantio de frutíferas, cereais, leguminosas comercializadas para consumo. Em 1891 F. de Albuquerque, como era conhecido comercialmente, pôs o Sítio Beliche à venda, pois iria atuar como administrador de parques públicos de São Paulo.

O sítio foi adquirido por Abílio Soares, comerciante, capitalista e proprietário de terras em São Paulo. Ele tinha ligação com a região por meio de Antonio Queiroz dos Santos, morador de Santo André, pois seus filhos eram casados entre si. Abílio Soares manteve o Beliche para cultivo de cereais, frutas e outros produtos, interrompendo, no entanto, a produção de sementes, videiras e plantas ornamentais. Era também espaço utilizado para veraneio da família, encontros festivos e políticos. No começo do século XX, com menor atratividade da produção agrícola



Família Monteiro de Carvalho sob a figueira da antiga chácara São Luiz, atual Parque Prefeito Celso Daniel, década de 1920. Coleção Helena Monteiro de Oliveira. Acervo MSAOAG.

no ABC, vendeu o Sítio Beliche a João Álvares de Siqueira Bueno. Em continuidade, o Sítio foi comercializado com os irmãos Pujol entre final dos anos 1910 e início dos anos 1920 com vistas a lotear a área. Os loteadores, no entanto, reservaram a sede do Sítio Beliche adquirida, provavelmente nos meados dos anos 1920 por Luiz Monteiro de Carvalho, que passou a denominá-la de Chácara São Luiz. Ali a figueira teve papel de destaque por seu tamanho e exuberância. Estava localizada junto à residência da chácara e era local de encontro dos familiares.

Nos meados da década de 1940 a chácara São Luiz foi vendida para a indústria General Electric que implantou ali o clube para seus funcionários, passando, então, a ser conhecida como “Chácara da GE”. Em 1973 a área foi desapropriada e transformada em parque público, denominando-se Parque Municipal Duque de Caxias (1977) e depois Parque Regional Duque de Caxias (1978). Em 25.02.2002 passou a denominar-se Parque Prefeito Celso Daniel.

Durante todo este período a figueira tem sido partícipe da trajetória de vida de muitos frequentadores tanto da Chácara da GE como depois do parque público. Com isso, agregou significativo valor de ‘marco referencial e afetivo da população’, sendo por esta razão tombada como patrimônio cultural de Santo André em junho de 1992. Trata-se do primeiro bem tombado pelo COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André.

BELICHE—F. Albuquerque vende o seu muito conhecido sítio do Beliche, junto à estação de S. Bernardo, com extensas plantações de parreiras, contendo grande quantidade de Norton Virginia, Cynthiana, Herbemont e outras variedades de grande estimação, grande pomar de arvores fructíferas de boa qualidade e importante sobre tudo por um abundante depósito de argila refractaria, de fácil exploração por estar quasi á superfície e junto á uma estação de estrada de ferro. Trata-se com o proprietario, no jardim da Luz. alt.10-4

Publicidade de venda do Sítio Beliche, detalhe de Correio Paulistano, 1.11.1891. Fonte Biblioteca Nacional Digital.



Figueira do Parque Prefeito Celso Daniel, então denominado Regional Duque de Caxias, 24.11.1992. Foto Augusto R. Coelho. Coleção PSA. Acervo MSAOAG. Biblioteca Nacional Digital.



Figueira Parque Prefeito Celso Daniel, então denominado Regional Duque de Caxias, 1998. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

No momento do tombamento a árvore já apresentava sinais de que estava envelhecendo, o que foi sendo comprovado nas décadas subsequentes com a queda de grandes galhos entre os anos 2010-2020, causando, inclusive, a morte de uma frequentadora do parque. Apesar deste fato grave, a sociedade civil se manifestou por sua manutenção. Foi feita uma grande poda, a árvore foi cercada de forma a garantir a passagem de visitantes em segurança e foi aprovada a proposta de que a árvore fosse mantida sob os cuidados dos responsáveis até a total finalização de sua vida.



Figueira do Parque Prefeito Celso Daniel. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.

Figueira do Parque Prefeito Celso Daniel, 2015. Coleção Jorge Almajores Bevilacqua. Acervo MSAOAG.

\\ Residência de Antonio Queiroz dos Santos

Esta edificação centenária teve Antonio Queiroz dos Santos como primeiro proprietário e testemunha os primórdios da urbanização de Santo André ao se estabelecer defronte à estação da estrada de ferro São Paulo Railway que ligava Santos a Jundiaí. A estação funcionava originalmente como uma parada de serviço para abastecimento das locomotivas com carvão e água, mas, diante da possibilidade de se transportar bens produzidos nas cercanias – madeira, tijolos, carvão – principalmente para São Paulo, a fixação de pessoas junto à estação se intensificou. Com isso, Antonio Queiroz dos Santos, que já era morador e comerciante na região, viu uma oportunidade em instalar um armazém por ali nos meados dos anos 1870.

Bem	Residência de Antonio Queiroz dos Santos
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	08.11.2011
Homologação e inscrição	22.05.2014, inscrição nº 19 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Queirós dos Santos, 218, Centro

Mais tarde foi construído este sobrado que, conforme se observa em um ornamento no alto da fachada lateral, data de 1914. Desde o início de suas atividades, o principal uso era comercial no térreo. Antonio Queiroz dos Santos alugava o espaço para armazéns e lojas de secos e molhados. Informações indicam a presença do Armazém de Alfredo Angelini e o Novo Mercadinho de Ludovico Cimieri nos primeiros tempos desta edificação. É possível que a área superior tenha sido moradia da família Queiroz dos Santos, mas em 1922 com a morte do proprietário e a mudança de sua esposa Paulina Isabel de Queiroz para residência junto à Praça do Carmo, outras atividades ocuparam esse pavimento, como os jornais Folha do Povo e O Município, a casa fotográfica Foto São Bernardo, de Georg Credé e Carlos Haukal. Este último foi o fotógrafo que viria a constituir a famosa Foto Carlos, instalada mais tarde na Vila Bastos.



“Casa Cimieri” Vista tirada por ocasião da chegada à S. Bernardo do R. Consuí da Italia, Cav. Beverini, em propaganda do Empréstimo Nacional da Victoria.

Sobrado localizado na esquina da avenida Queirós dos Santos com rua Bernardino de Campos, visto a partir das antigas porteiras junto à estação ferroviária de Santo André, cerca de 1915. Coleção Euclides Rocco. Reprodução MSAOAG.



Interior de Bar e Padaria Coração de Jesus situado defronte da Estação Ferroviária de Santo André, avenida Queirós dos Santos, década de 1930. Coleção PSA/ Viva Cidade. Acervo MSAOAC.

O pavimento térreo está marcado na memória com a presença da Padaria Coração de Jesus, de Manoel Batista, entre 1936 a 1938. E, depois, o Nosso Bar que também é lembrado por muitos moradores devido à longevidade de seu funcionamento neste mesmo pavimento. Em 1948, Sebastiana Martins Queiroz dos Santos, viúva do neto de Antonio Queiroz dos Santos, vendeu o imóvel ao proprietário que trabalhou no Nosso Bar e cuja família vem mantendo o bem até os dias atuais, com atividades comerciais e de serviços.

O edifício de dois pavimentos é um dos mais antigos de Santo André e seguiu os aspectos construtivos típicos do início do século XX, ou seja, grandes salas para atividade comercial no andar térreo e residência no andar superior. Destacaram-se, também, a decoração primorosa das fachadas e os gradis em ferro nas pequenas varandas, que permitiam, do andar superior, observar o movimento na ferrovia e das ruas do entorno.

A edificação foi tombada em agosto de 2011 como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve a sua permanência no tempo, com grande visibilidade e destaque visual na paisagem; manutenção de atividade predominantemente comercial por mais de um século, conformando um espaço de sociabilidade significativo na área mais antiga de Santo André; caracterização de arquitetura eclética em diálogo com a paisagem em que se encontra inserida; ligação com a memória coletiva e afetiva dos moradores andreenses; referência à memória de Antonio Queiroz dos Santos, personagem associado à instalação do núcleo urbano primordial de Santo André e de significativa relevância na economia e política local do começo do século XX.



Vista de detalhe da fachada da residência de Antonio Queiroz dos Santos. Observe de baixo para cima um detalhe decorativo composto de festão de flores, ramos de folhagens e um medalhão que arremata a parte inferior do balcão. Acima deste, vê-se o seu guarda corpo em ferro trabalhado. Um pouco mais acima, veem-se molduras decorativas, destacando-se uma delas com festão de flores sobre o vão da porta. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista da parte superior da fachada da edificação. Nos balcões vê-se guarda corpos em ferro trabalhado e elementos decorativos que emolduram as esquadrias, destacando-se festões de flores sobre o vão das duas portas. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Primeira sede da estação ferroviária inaugurada em 1867. O local, na atualidade, é ocupado pela Estação Ferroviária Prefeito Celso Daniel Santo André. Foto Militão Augusto de Azevedo. Coleção Politécnica – USP. Reprodução MSAOAG.



Vista da estação ferroviária de Santo André tomada a partir da Foto São Bernardo, 1930. Foto Carlos Haukal. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.



Fachada lateral de antiga propriedade da família Queiroz dos Santos a partir da rua Bernardino de Campos, 1981. Foto Carlos. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.



Vista da lateral da edificação situada na esquina da avenida Queirós dos Santos e rua Bernardino de Campos, com destaque para a placa do Nosso Bar. Década de 1970. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Vista das fachadas do sobrado de esquina, junto ao local onde anteriormente era a antiga estação ferroviária. A fachada possui gradis em ferro nos balcões do andar superior, além de diversos elementos decorativos em estuque que servem de moldura para janelas e portas. Na platibanda é possível observar um tipo de estandarte que, no seu centro, indica a data 1914, ano de construção da edificação. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe de ornamento do sobrado situado na esquina da avenida Queirós dos Santos e rua Bernardino de Campos, em que se vê as iniciais AQS de Antonio Queiroz dos Santos. Foto David Rego Jr, 1999. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

\\ I Grupo Escolar de São Bernardo - Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa

Bem	I Grupo Escolar de São Bernardo – Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa
Solicitante	Poder Público
Tombamento	23.10.1992
Homologação e inscrição	23.12.1992, inscrição nº 06 no Livro de Tombo
Localização	Rua Senador Fláquer, 470, Centro

Este imóvel foi construído entre 1912 e 1914 para abrigar o Primeiro Grupo Escolar de São Bernardo. O intuito era reunir várias escolas isoladas do então distrito de Santo André. Sua localização em relação ao núcleo urbano junto à Estação ferroviária era periférica, mas, certamente, era a localidade em que se concentrava boa parte do público escolar, uma vez que em sua proximidade estava instalada desde 1885 a Tecelagem Silva Seabra & Cia, fabricante de brim de algodão e outros produtos têxteis. Esta fábrica era também conhecida como Tecelagem Ipiranguinha e detinha o maior número de trabalhadores da região.

A construção do grupo escolar estava associada à política educacional do governo estadual, que visava prestar bom atendimento em um prédio com reconhecida qualidade construtiva, de modo que, além de bons professores, pudesse oferecer aos estudantes um ambiente favorável à aprendizagem e ao conhecimento. No caso desse prédio, a tipologia padrão denominou-se MogyGuassú, com projeto assinado pelo arquiteto José Van Humbeck e adaptações de Hercules Beccari. A fachada era de G.B.Maroni. O modelo foi utilizado também em Ituverava, Pereiras, Itápolis, Orlandia, Itatinga e Mogi Guaçu.

A instalação da escola mudou as características da região, configurando-se em uma nova centralidade de Santo André. Mas, no decorrer do tempo o município foi crescendo e novas escolas foram construídas, tornando este espaço insuficiente para atender ao crescente número de alunos que morava na área central. Na década de 1970, a Prefeitura de Santo André e o Governo do Estado buscaram uma solução conjunta para este problema, quando o município construiu uma escola no bairro Casa Branca, para onde o Grupo Escolar foi transferido em 1978.



Vista da fachada direita do I Grupo Escolar de São Bernardo, década de 1910. Coleção EE Professor José Augusto de Azevedo Antunes. Acervo MSAOAG.



Participantes do I Congresso de História do Grande ABC, 1990. Foto Davi Rego Jr. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

O Estado, então, deixou o antigo prédio para uso da Prefeitura, abrigando até 1990 o Serviço de Promoção Social – Prossan. Deste momento em diante o Museu de Santo André foi transferido para essa edificação, congregando o valor simbólico do prédio com a função do museu, guardião da memória.

Apesar de instalar sua sede no prédio do antigo Primeiro Grupo Escolar, a história do Museu começa em momento anterior, a partir da campanha 'Nosso passado pode estar com você', realizada em julho de 1976, quando os primeiros objetos foram angariados. A partir dessa movimentação e, diante de algumas intenções anteriores de criar um Museu, em 1981 foi oficializada uma comissão que propôs a criação de Museu de cidade. Este foi criado oficialmente em agosto de 1982. As primeiras exposições foram realizadas no Centro Cívico de Santo André no final dos anos 1980, mas suas atividades se consolidaram a partir da realização do I Congresso de História do ABC já neste prédio, em 1990.

O edifício foi tombado em outubro de 1992 como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve à sua permanência no tempo e a inserção de suas características arquitetônicas ecléticas na paisagem; sua relação com o desenvolvimento da cidade e de seus cidadãos, enquanto espaço de serviço público em sua maioria associado à aprendizagem e difusão do conhecimento, e por sua ligação afetiva com a comunidade, marcando sucessivas gerações de estudantes que receberam os primeiros

ensinamentos escolares neste espaço, onde também tantas outras memórias têm sido acolhidas ao longo de três décadas devido seu uso atual.

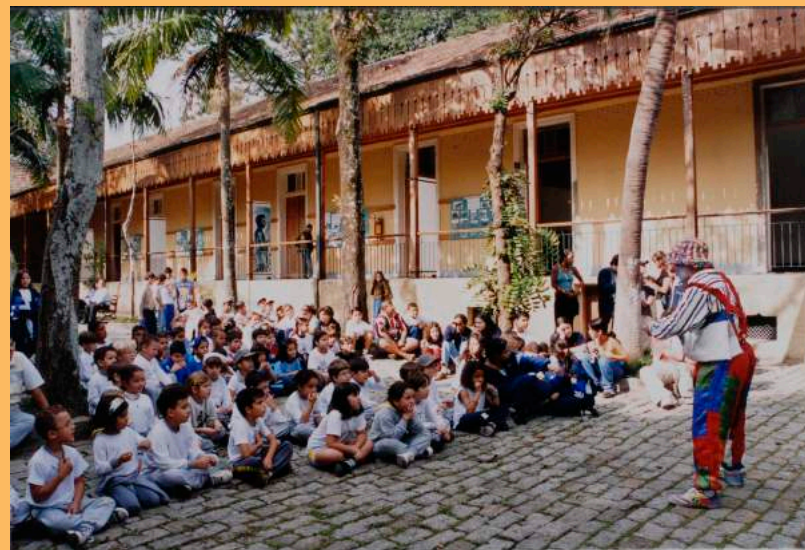
Posteriormente, em 2010, o CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo - reconheceu e tombou a edificação como patrimônio cultural do Estado, por ser um exemplar da arquitetura educacional paulista construído no começo do século XX.



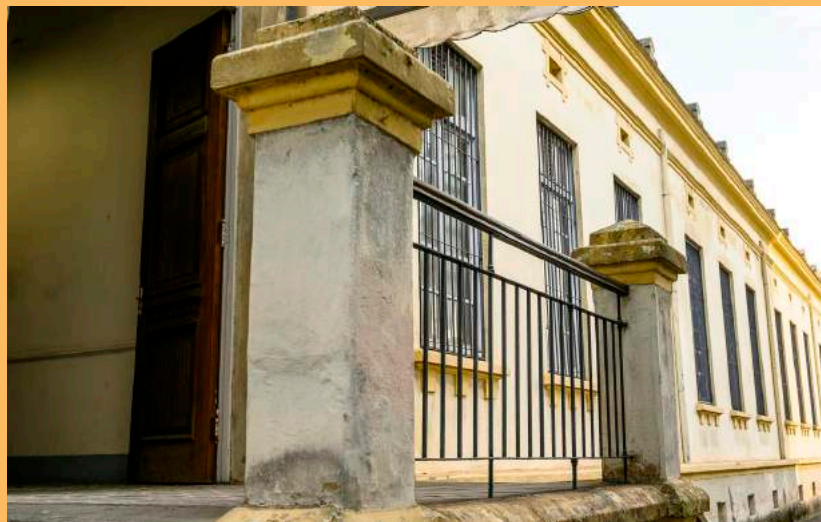
Alunos e autoridades no I Grupo Escolar de São Bernardo em conclusão de curso da primeira turma, 1917. Na foto vê-se entre os adultos, da esquerda para a direita: Secundino Domingues, doador do terreno da escola e paraninfo da turma, Professor José Augusto Leite Franco, diretor da escola, Senador José Luiz Fláquer, Inspetor escolar Maurício de Camargo, Professor Lindolfo da Conceição e Coronel Saladino Cardoso Franco, prefeito municipal. Coleção Arthur Thon. Reprodução MSAOAG.



*Professoras e diretor do I Grupo Escolar, 1962.
Coleção Terezinha de Jesus Brocharo Ramaciotti. Acervo MSAOAG.*



Visita mediada de alunos ao projeto Corredor Cultural no Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, abril de 2000. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Vista da fachada lateral do atual Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, com destaque em primeiro plano para as muretas do guarda corpo da escada de acesso ao prédio e porta em madeira. Observe, também, a modulação das janelas agrupadas em três para cada sala e os detalhes decorativos da fachada. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista do pátio interno em formato de "U" do atual Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Observe a varanda que contorna a edificação e os detalhes decorativos do lambrequim em madeira. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.




Vista da fachada e do muro com gradil do atual Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.





O CENTRO SE EXPANDE



- 34** – Residência de Bernardino Queiroz dos Santos - Casa do Olhar Luiz Sacilotto
 - 40** – Cine Theatro Carlos Gomes
 - 48** – Residência de Paulina Isabel de Queiroz - Casa da Palavra Mário Quintana
 - 55** – Villa Rosa
- 

\\ Residência de Bernardino Queiroz dos Santos - Casa do Olhar Luiz Sacilotto

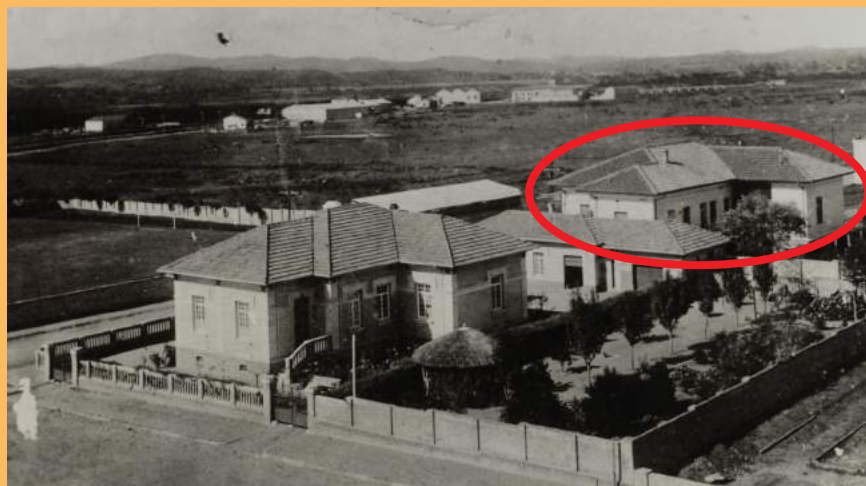
Bem	Residência de Bernardino Queiroz dos Santos - Casa do Olhar Luiz Sacilotto
Solicitante	Poder Público
Tombamento	23.10.1992
Homologação e inscrição	11.11.1992, inscrição nº 02 no Livro de Tombo
Localização	Rua Campos Salles, 414, Centro

Construída no início dos anos 1920, este imóvel testemunha um movimento de transformação e ampliação do centro urbano de Santo André. Após a consolidação do núcleo central no entorno da Estação ferroviária, ao final do século XIX, moradores, atividades fabris, de comércio e serviços fixaram-se junto à rua Coronel Oliveira Lima e ruas próximas nas primeiras décadas do século XX. Além desse eixo de ocupação, a construção da paróquia Nossa Senhora do Carmo delineou uma nova centralidade,

constituída de residência de famílias de importância política, social e econômica ao seu redor, contexto no qual se inclui essa propriedade que pertenceu a Bernardino Queiroz dos Santos e sua segunda esposa Paschoalina Guazzelli. Bernardino era filho de Antonio Queiroz dos Santos e, assim como o pai, possuía vastas porções de terras, além de atuar no ramo de serraria, comércio e transporte de mercadorias.



*Residência de Bernardino Queiroz dos Santos, década de 1920.
Na foto a família Queiroz dos Santos. Coleção Durval e Maria de Lourdes Daniel. Reprodução MSAOAG.*



Em primeiro plano a residência de Saladino Cardoso Franco na esquina da Praça do Carmo com a Rua Campos Sales. Ao fundo, circulada em vermelho, a residência de Bernardino Queiroz dos Santos. À frente o campo de futebol, anos 1920. Reprodução Foto Carlos. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.

A edificação localiza-se no meio do lote, cercada de jardins à frente e nas laterais, além de um porão alto que a coloca em uma posição de destaque frente a outras residências próximas. Possui soluções arquitetônicas e urbanísticas como recuos do alinhamento da rua, alpendres, escadarias e destaque de trabalhos em gesso, vitral e madeira nos salões internos da edificação, que no conjunto com os traços decorativos da fachada se associavam às linguagens arquitetônicas Eclética e Neocolonial luso-brasileira.

À frente de sua residência havia o campo de futebol do Primeiro de Maio FC e na lateral direita do campo uma fonte de água ficou muito famosa, pois servia às pessoas para beber, lavar as mãos e os pés quando chegavam à área urbana de Santo André. Ativa durante décadas, sua presença sinalizava que o saneamento básico, apesar das primeiras iniciativas em 1910, ainda continuava precário.



Time da Associação Atlética Audax no campo do Primeiro de Maio F.C, localizado à Rua Campos Sales desde maio de 1923. Ao fundo, vê-se a residência da família Bernardino Queiroz dos Santos, 1930. Coleção Valdemar Mattei. Acervo MSAOAG.

Com o falecimento dos primeiros proprietários, a residência foi herdada por Olga Guazzelli, sobrinha do casal que ali residiu até os anos 1950. Foi nesta década que a Prefeitura de Santo André arrendou a edificação para uso público, com intuito inicial de instalar um museu histórico e pedagógico, mas efetivamente instalando outros serviços como o Tribunal de Contas, a CASMU – órgão assistencial do município – e a Guarda Municipal. Apenas em 1992 concretizou a intenção de proporcionar atividades culturais naquele espaço, com a instalação da Casa do Olhar. Para garantir mais espaço e condições de acessibilidade, a edificação passou por adequações nos anos de 1998, 2006 e 2008. A partir de 2003 passou a se denominar Casa do Olhar Luiz Sacilotto em homenagem ao importante artista plástico andreense.

Em outubro de 1992 a edificação foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve à permanência centenária na paisagem, refletindo um período de transformação urbana pelo qual a cidade passava naquele momento; por representar um modo de morar de determinadas parcelas da sociedade; por suas características arquitetônicas que a destacam do entorno; por sua relação longa e afetiva com a comunidade, reforçada pelo uso atual, associado às artes visuais, que se desenvolve nesse local por quase 30 anos.



Vista das fachadas e detalhes da edificação, 1970. Foto e Coleção Octaviano Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



Fachada frontal da Casa do Olhar Luiz Sacilotto, antiga residência da família Bernardino Queiroz dos Santos. Vê-se à direita o nicho com detalhes originais da edificação: duas janelas e uma ânfora. À esquerda, a varanda com pilastras revestidas em pedra e colunas remetem à antiguidade clássica. Elementos típicos da arquitetura Neocolonial luso-brasileira e eclética. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Janela em veneziana alinhada sobre a janela do antigo porão. Notar as molduras decorativas com volutas e festões na janela superior e abaixo, na janela do porão, o gradil em ferro trabalhado e pedras decorativas incrustadas que harmonizam a moldura com as pedras da base. À direita, vê-se ânfora instalada em nicho decorado. O porão era uma solução construtiva comumente utilizada que garantia conforto térmico e a ventilação dos pisos em madeira, nesse caso era habitável. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista interna da sala principal da edificação, destacando-se os vitrais e o trabalho decorativo em madeira no forro, piso e paredes, além do trabalho em madeira das portas e janelas. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



\\ \\ \\ Cine Theatro Carlos Gomes

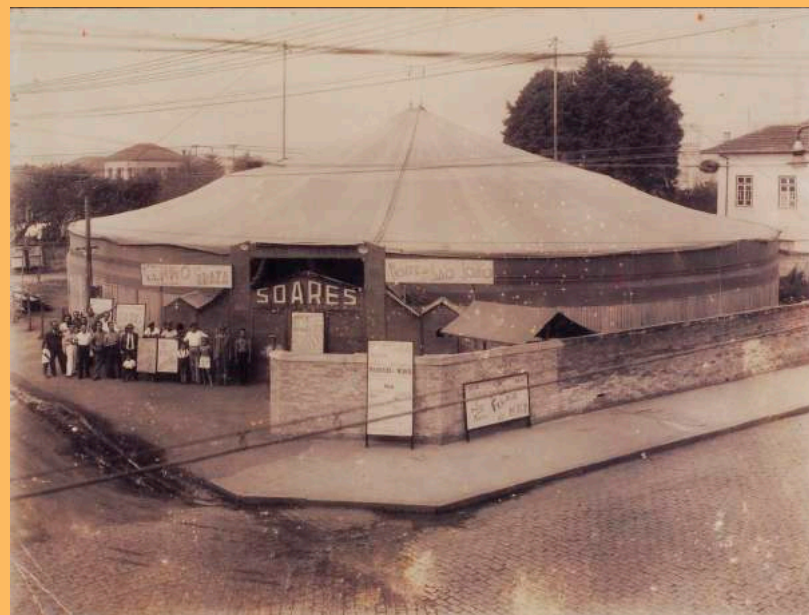
Bem	Cine Theatro Carlos Gomes
Solicitante	Poder Público
Tombamento	23.10.1992
Homologação e inscrição	11.11.1992, inscrição nº 05 no Livro de Tombo
Localização	Rua Senador Fláquer, 110, Centro

O Cine Theatro Carlos Gomes tem sua trajetória ligada ao início do movimento cultural do ABC, pois além de ser o primeiro cinema instalado no município e estar associado à origem do movimento teatral da região, era um espaço para bailes carnavalescos, concertos e apresentações musicais. Inaugurado em 1912 por Vincenzo Arnaldi funcionava inicialmente na esquina da Rua Coronel Oliveira Lima com a atual Rua Savino Degni. Em 1925 se mudou para a Rua Senador Fláquer, em uma edificação construída por Arthur Boschetti para especial finalidade de abrigar uma casa de espetáculos denominada originalmente de Theatro Carlos Gomes. Possuía características arquitetônicas neoclássicas na fachada, interior com amplo salão, além de frisas que contornavam toda a área. Tinha capacidade de atender até 800 pessoas.

Na primeira metade do século XX era um dos principais espaços de convivência e manifestações culturais, pois permitia oportunidades de acesso às atividades culturais aos moradores dos bairros da Estação e Ipiranguinha, assim como de regiões mais distantes do município que eram atraídas por atividades dessa natureza, ainda escassas no distrito de Santo André. Além disso, sua proposta multicultural se expandiu para fora de suas paredes, por meio de atividades circenses e desfiles carnavalescos que aconteciam no seu entorno.



Cine Theatro Carlos Gomes, localizado na esquina das ruas Senador Fláquer e Cesário Mota. À frente está o coreto utilizado pelas bandas locais nos anos 1920. Foto cerca de 1928. Coleção Leo Pezzolo Ghirardello. MSAOAG.



Vista do Circo Soares que se instalava nas proximidades do Cine Theatro Carlos Gomes, cerca década de 1930. Coleção Família Fernandes. Acervo MSAOAG.

A força cultural do Cine Theatro Carlos Gomes perdurou ao longo dos anos, mantendo um público contínuo e crescente que motivou modernizações no edifício, como aquela ocorrida entre os anos 1940-50, com substituição do piso original por tábuas de ipê, instalação do balcão no mezanino para ampliar a capacidade de público, criação do sistema de iluminação e ventilação no teto, sob forma de estrela e a modificação da fachada que recebeu uma marquise sustentada por colunas retangulares, assumindo ares de Art Decô.

Mas, em meados da década de 1970, o Cine Theatro Carlos Gomes sofreu os efeitos da decadência das salas de cinema decorrente da popularização das TVs e na década de 1980 o prédio foi fechado. Em 1988, uma reforma para instalação de loja de tecidos na área frontal e estacionamento para veículos no local da plateia culminou na destruição total de sua fachada. A pressão popular em



Fachada do Cine Theatro Carlos Gomes após a reforma de modernização, 1953. Foto Leite. Coleção Alice Lobo. Acervo MSAOAG.



Primeira apresentação da Orquestra Sinfônica de Santo André sob a regência de Leonid Urbenin no Cine Theatro Carlos Gomes, 30.11.1953. Coleção Cleópatra Tschebutschencko. Acervo MSAOAG.

prol de sua preservação, sobretudo pelo movimento SOS Carlos Gomes contribuiu para que sua desapropriação fosse efetivada, em 1991, e fosse reaberto, no ano seguinte, como espaço cultural com atividades culturais e de formação na área de cinema e vídeo.

Em 2009 o espaço foi interditado por falhas na manutenção e em 2012 sofreu descaracterização quase total em decorrência de uma obra inadequada. Mais recentemente, em resposta às novas manifestações populares e à presença na memória afetiva da população, a Prefeitura realizou uma readequação do espaço, seguindo sua veia original de espaço multicultural.

Este edifício foi tombado em outubro de 1992 como patrimônio cultural de Santo André pelo COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. As motivações se expressam por sua longa permanência na paisagem; por seu valor simbólico como polo cultural e espaço de fruição, socialização e cidadania; e por suas características arquitetônicas ecléticas. Além disso, há uma forte ligação afetiva e de memória com a comunidade, com a oferta das diversas formas de manifestações artísticas e atividades culturais.



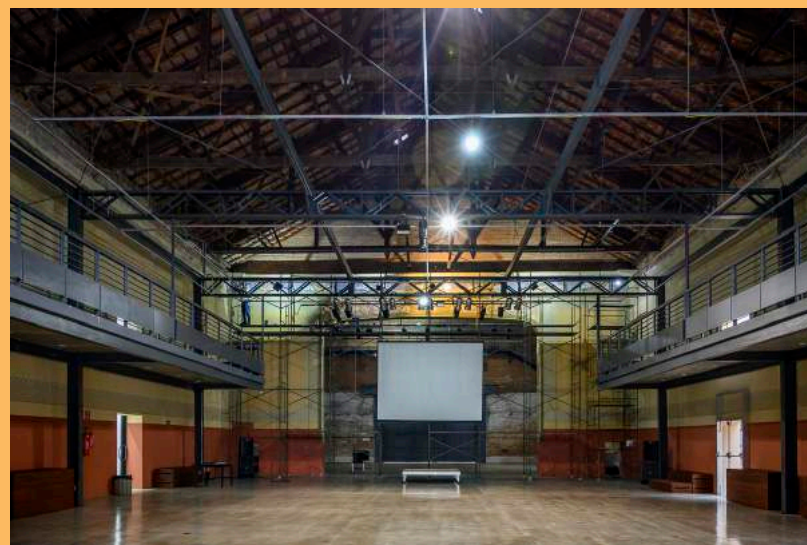
Início da demolição da fachada do Cine Theatro Carlos Gomes, 1988. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



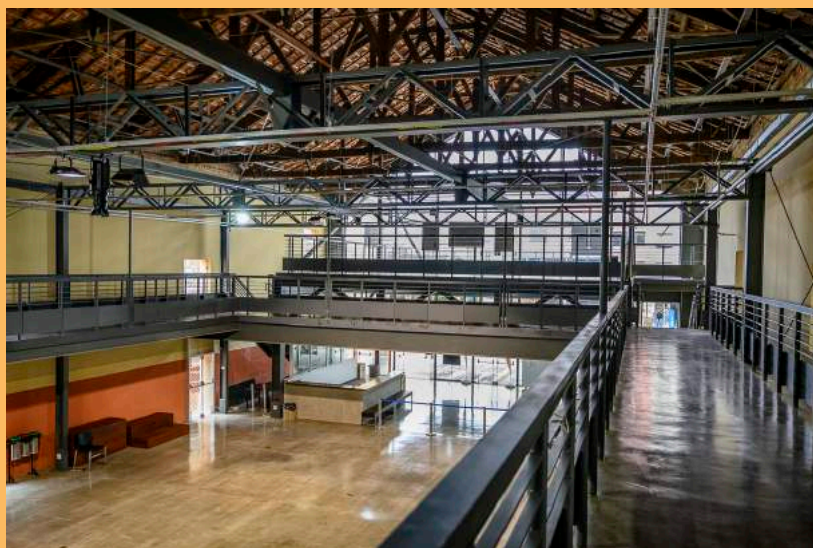
Cine Theatro Carlos Gomes, após a desapropriação e reutilização do espaço como cinema, década de 2000. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Fachada principal do Cine Theatro Carlos Gomes após intervenção realizada em 2021-22. Os tijolos expostos identificam uma intervenção ocorrida em 2012 em que se perdeu parte da parede lateral do cine teatro. Foto Beto Garavello, março de 2022. Acervo MSAOAG.



Vista interna do salão do Cine Theatro Carlos Gomes após as adaptações realizadas em 2021-22. Destaque para os balcões laterais em metal incorporados durante a intervenção, a pintura das paredes que retomam uma das fases da coloração e dos detalhes em stencil. O andaime está instalado junto à boca de cena para a finalização do processo de pintura na sanca, estrutura decorativa utilizada para ligar o teto e a parede interior de uma edificação. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista interna do salão do Cine Theatro Carlos Gomes após as adaptações realizadas em 2021-22. Destaque para os balcões laterais em metal que foram incorporados durante a intervenção, além das vigas metálicas que compõem a nova estrutura. Acima desta o telhado e ao fundo vê-se a fachada principal em vidro. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da boca de cena em processo de restauro da pintura artística mural desenvolvida por Luiz Cereja e finalizada em junho de 1925. Na parte superior, acima do arco, observa-se uma composição central em que se vê um medalhão com o perfil de Carlos Gomes. Este medalhão, é ladeado por representações de folhagens que, de um lado, lembram folhas de café e de outro um ramo não identificado. Simetricamente este medalhão está cercado de outras duas composições em que se notam ninfas estilizadas segurando liras. Entre estas perpassa um trançado de festão e fitas em que predominam as cores azul, branco e vermelho. Esta pintura é arrematada por uma área na cor verde que emoldura a boca de cena. Foto Beto Garavello, março de 2022. Coleção CTAPC.



Vista do processo final de recuperação da pintura da sanca, estrutura decorativa utilizada para ligar o teto e a parede interior de uma edificação. As sancas do cinema foram perdidas com uma intervenção realizada em 2011. Esta, que liga a parede da boca de cena do Cine Teatro Carlos Gomes, foi recuperada momento em que foram recriados o desenho e as cores originais do momento da construção em 1925. A Note que, na primeira foto, logo abaixo da sanca à direita está uma seção da boca de cena. Na segunda foto, observe que está sendo utilizado o molde em stencil para a pintura dos desenhos que compõem o conjunto decorativo da sanca. Fotos Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

\\ Residência de Paulina Isabel de Queiroz - Casa da Palavra Mário Quintana

Esta é uma das antigas residências da área central do município. Foi construída entre o final dos anos 1920 e começo dos anos 1930 e integra o conjunto de residências construídas no entorno da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo. A praça que se conformou no entorno da igreja criou uma nova centralidade, com residências de famílias abastadas e influentes, além da Casa paroquial, a farmácia São Bernardo e o Clube de Xadrez. A urbanização da Praça do Carmo, especialmente entre os anos 1950 e 70 levaram ao adensamento nesta região da cidade com a construção de novas residências em terrenos vagos e demolição de antigas casas para a construção dos primeiros edifícios. Outras edificações deram lugar à expansão de negócios, atividades públicas e outras formas de lazer.

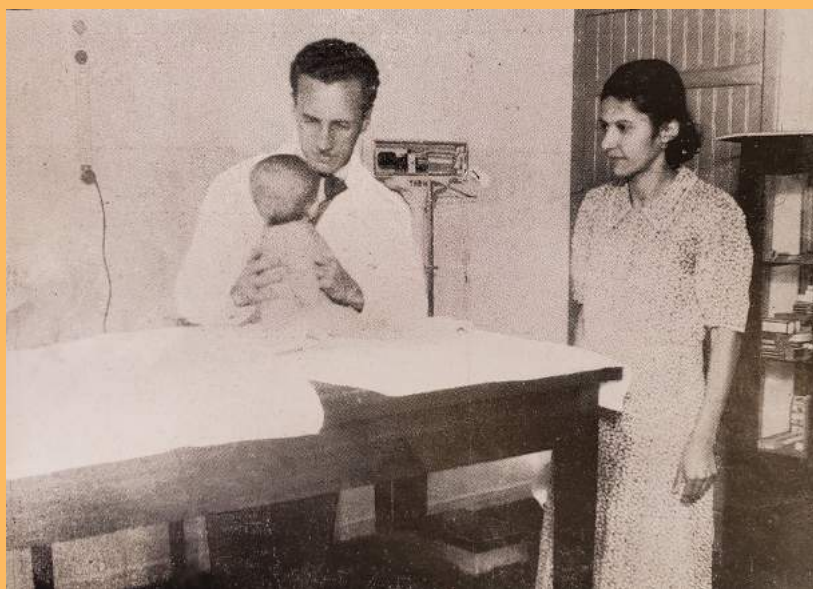
Paulina Isabel de Queiroz, esposa de Antonio Queiroz dos Santos, foi a primeira moradora desta edificação localizada em um terreno de cerca de 2.400 m² que se confrontava com a Rua Albuquerque Lins, Rua Luiz Pinto Fláquer e a área da Praça do Carmo. A referência de sua arquitetura é a linguagem eclética exemplificada na fachada, além de soluções arquitetônicas e urbanísticas como recuos do alinhamento da rua, alpendres, jardins e escadarias.

Bem	Residência de Paulina Isabel de Queiroz - Casa da Palavra Mário Quintana
Solicitante	Poder Público
Tombamento	23.10.1992
Homologação e inscrição	11.11.1992, inscrição nº 03 no Livro de Tombo
Localização	Praça do Carmo, 171, Centro



Vista da Paróquia de Nossa Senhora do Carmo em construção, em destaque a residência de Paulina Isabel de Queirós. Reprodução Revista das Municipalidades, 1939. Coleção Leticio Balderi. Acervo MSAOAG.

Paulina Isabel morou em sua residência até 1938, quando esta foi arrendada pela Prefeitura de Santo André para instalar a Escola Profissional Mixta Secundária e o Dispensário de Puericultura e Clínica Infantil. Em 1952 foi instalado o Gabinete do Prefeito Municipal que ali se manteve até meados de 1968, quando foi transferido para o Centro Cívico. Antes disso, em 1964, o imóvel foi decretado de utilidade pública, com vistas à desapropriação, mas apenas em 1971 passou a ser um bem da municipalidade. Além dos usos citados, outros equipamentos também ocuparam a residência como a Junta do Serviço Militar, União Cívica Feminina e a Prossan, órgão de assistência social, de Santo André.



Dr. Ruy Gentil e enfermeira do Dispensário de Puericultura, que funcionou na edificação arrendada de Paulina Isabel de Queiroz. Reprodução Revista das Municipalidades, 1939. Coleção Letício Balderi. Acervo MSAOAG.



Residência de Paulina Isabel de Queiróz, então Gabinete do Prefeito. Em primeiro plano o jardim da Praça do Carmo, década de 1950. Coleção Hermínia Rondinelli. Acervo MSAOAG.



Residência de Paulina Isabel de Queiróz, então União Cívica Feminina, década de 1970. Coleção René Schoeps. Acervo MSAOAG. 1939. Coleção Leticio Balderi. Acervo MSAOAG.

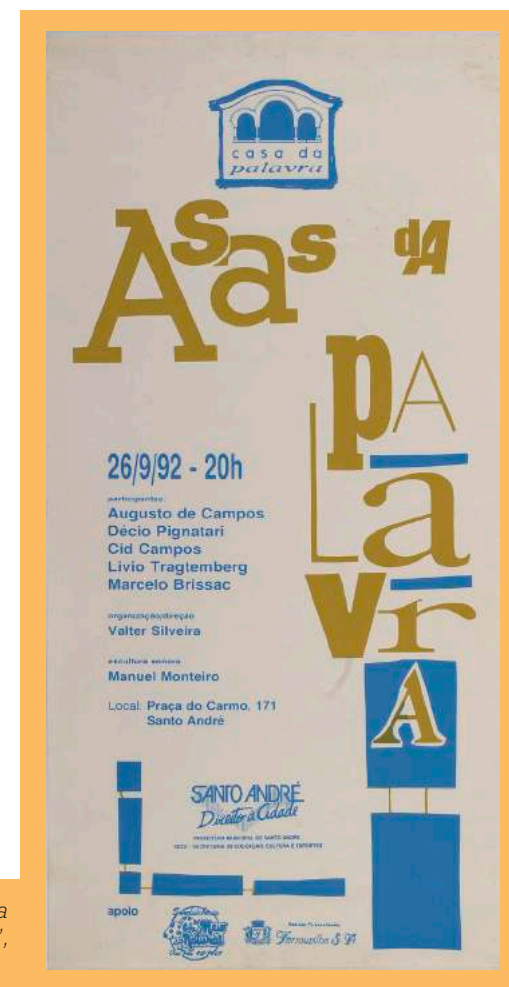
Em setembro de 1992 foi inaugurado na antiga residência o equipamento cultural aberto às manifestações culturais associadas à literatura e língua portuguesa, com a denominação Casa da Palavra Mário Quintana. Em 1997 foi realizada uma adaptação para acomodar melhor a atividade cultural, quando foi recuperada a abertura da varanda lateral e criada uma nova ligação entre o porão e o pavimento superior, por meio de uma caixa de vidro em que está a escada.



Fachada da atual Casa da Palavra Mário Quintana. Observe o avanço da fachada em formato curvo, o uso de arcos tanto na área superior da edificação como nas varandas. O vão onde está instalada a porta de vidro dava acesso ao antigo porão foi aberto na década de 1990, garantindo melhor fluxo a esta área. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.

Em outubro de 1992 a edificação foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve à sua permanência centenária nessa porção da área central do município; por refletir um modo de morar de determinadas parcelas da sociedade e em diálogo com o entorno; por manter características arquitetônicas que a destacam entre os demais imóveis do entorno; por sua relação longa e afetiva com a comunidade, e por seu valor simbólico enquanto gabinete do prefeito e, recentemente, pela manutenção ininterrupta por quase 30 anos como espaço de uso e fruição cultural.

Cartaz de inauguração da Casa da Palavra, com espetáculo 'Asas da Palavra', 26.09.1992. Acervo MSAOAG.

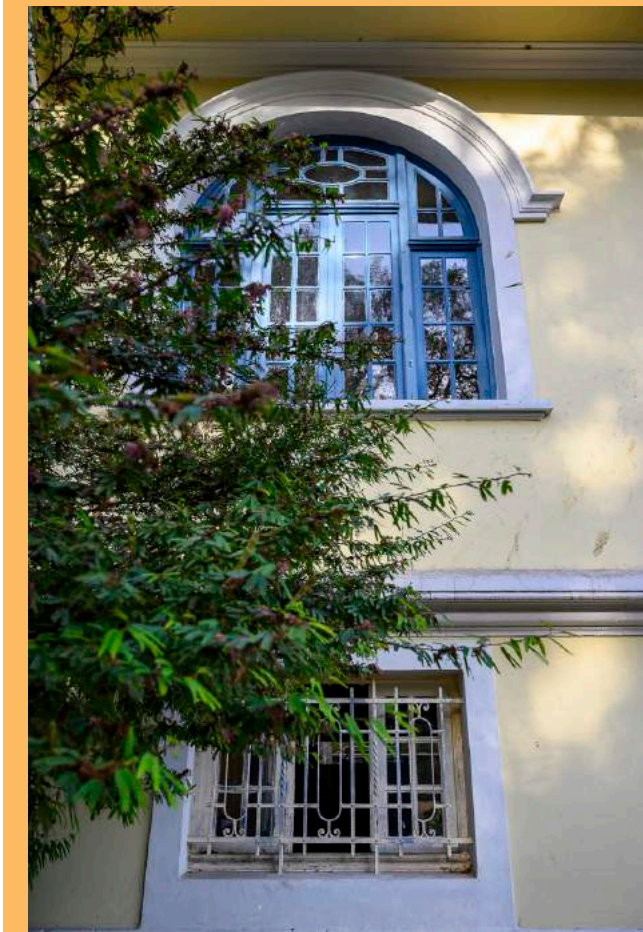




Detalhe do avanço da fachada. Notar que o uso do arco como forma de linguagem é marcante, as molduras decorativas das janelas venezianas são também em arcos apoiados em colunas que, assim como na varanda principal, remetem à antiguidade clássica. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Colunas que remetem à antiguidade clássica e guarda corpo constituído de elementos vazados em forma de meia lua fazem o fechamento da varanda. Composições típicas em construções Neocoloniais luso-brasileiras. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Janela da sala principal alinhada sobre a janela do antigo porão. Notar as molduras decorativas em arco na janela superior garantindo ritmo e harmonia ao conjunto da fachada. O porão era uma solução construtiva comumente utilizada que garantia conforto térmico e ventilação dos pisos em madeira e nesse caso era habitável. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.

/// Villa Rosa

A confluência da avenida Portugal e rua Bernardino de Campos, onde está localizada a Villa Rosa, compõe um caminho originalmente denominado avenida Municipal. Este ligava a Estação ferroviária a outros bairros da cidade, sentido Vila Bastos e Jardim Bela Vista. Sua abertura foi um marco para a ampliação do núcleo urbano desde os anos 1920, que até então se organizava nos arredores da Estação, com comércios, serviços e moradias.

Bem	Villa Rosa
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	11.11.2008
Homologação e inscrição	09.10.2009, inscrição nº 14 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Portugal, 141, Centro

Um dos mais antigos moradores da região era o Senador José Luiz Fláquer, importante político e médico local, que tinha vastas terras que iam das proximidades da Estação até o local que depois viria a ser a Vila Bastos. Sua residência ficava na esquina das ruas Bernardino de Campos com Campos Salles e desde o final do século XIX o Senador começou a comercializar parte de suas terras, dando espaço para diversas chácaras de veraneio. Estas eram propriedades de políticos e comerciantes influentes de Santos, São Paulo e Rio de Janeiro que vinham em busca do ar puro e tranquilidade, bem como, em alguns casos, reserva de terras que poderiam ser loteadas em um momento oportuno.



Atividade com crianças na sede da Chácara do Senador José Luiz Fláquer. Ao fundo na última fila, o primeiro homem à esquerda é o Senador, 1903. Coleção Família Fláquer. Acervo MSAOAG.



*Chácara Bom Repouso, localizada na Avenida Portugal, 1926.
Coleção Ettore Pancetti. Acervo MSAOAG.*

As sedes dessas chácaras eram muitas vezes denominadas Vilas, casas espaçosas com muros e cercas baixas, jardins e áreas de árvores nativas, eucaliptos e pinheiros. Por seu tamanho e localização no lote destoavam bastante de boa parte das residências do centro, geralmente pequenas casas geminadas construídas no alinhamento das ruas e alugadas a operários que vinham tentar a vida no município.

Uma das chácaras de veraneio era a Chácara Bastos, de José Cesário da Silva Bastos, político influente em São Paulo, que nos anos 1920 loteou boa parte de suas terras, conformando a Vila Bastos. Mas, manteve a sede da chácara – Vila Maroca – que foi demolida para dar lugar à Praça IV Centenário. Outras chácaras se destacavam, ligadas a um núcleo familiar de origem inglesa, Família Murray e Simonsen, que eram comerciantes de café e banqueiros, moradores de Santos e Rio de Janeiro. Foi o caso da Vila Mary de Haroldo Murray, atual Tênis Clube de Santo André, a Chácara Bom Repouso da Família Suplicy, na atual Escola Estadual Dr. Américo Brasiliense e os Correios, e a Vila Mimosa de Charles Murray, que mantém sua edificação principal como sede do clube Primeiro de Maio F.C.

Nos anos 1930 e 1940, o crescimento de Santo André trouxe novos moradores e com eles a necessidade de construção de novas residências. Era a oportunidade para diversos imigrantes que muitas vezes já possuíam o ofício de construtor na sua terra de origem. Um destes foi Angelo Vezzà, cuja família chegou a Santo André nos anos 1920. Em 1935 recebeu o título de construtor do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.



Vila Maroca, sede da Chácara Bastos, 1949. Reprodução: Processo de desapropriação da Chácara Bastos. Acervo MSAOAG.



Crianças na frente da sede da Vila Mimosa, década de 1930 (?). Coleção Mary Del Priore. Acervo MSAOAG.

Dentre as diversas residências, construiu a sua própria moradia nos anos 1930, em um lote próximo à Vila Mimosa, Vila Mary e Chácara Bom Repouso, na avenida Portugal. Denominou-a de Villa Rosa, em homenagem ao nome de sua filha e de sua mãe, e diferentemente das casas do entorno que eram utilizadas sazonalmente, sua residência se constituiu em exemplo do modo de viver daquele período, com sua edificação térrea, jardim na área frontal, pomar e horta nos fundos do lote. Ali a família morou até meados dos anos 2000, quando foi comercializada para a construção de um edifício em parte do lote.

Parte da edificação principal foi conservada pelos novos proprietários e foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André em novembro de 2008. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve a sua permanência secular na paisagem apesar de todas as transformações do entorno; por se caracterizar como registro de um modo de viver em casas térreas sobre porões com a distribuição interna que guarda relação à construção original pela decoração das fachadas com elementos em estuque, recuo e jardim frontal sendo que esses acentuavam a valorização da frente da casa em detrimento dos fundos do lote. Essa forma de implantação guardava sinais que remetiam às antigas chácaras rurais. A edificação também espelha forma de viver que praticamente não existe mais na área central de Santo André e, além disso, representa um grupo social – os imigrantes italianos – e uma atividade laboral típica das primeiras décadas do século XX em que os construtores, apesar de muitas vezes não deter o diploma, tinham conhecimento técnico e experiência para exercer esta atividade que os fizeram reconhecidos dentre os moradores do município.



Inauguração da Praça IV Centenário e do monumento a João Ramalho. Ao fundo, circulada, encontra-se a Villa Rosa, 1953. Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



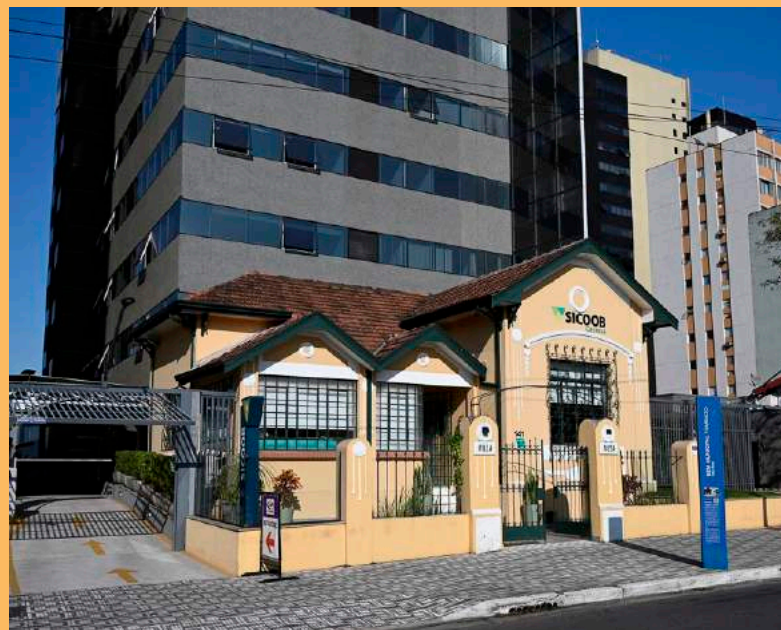
Obras de urbanização da Praça IV Centenário. Ao fundo, circulado, encontra-se a Villa Rosa, década de 1970. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Detalhe da varanda que originalmente era aberta. Nota-se o rebatimento do telhado de duas águas que garante movimento à fachada. Observe-se que a fachada é decorada com elementos de linguagem Art Noveau em estuque. A varanda foi fechada com vidro e esquadria em ferro, e parapeito finalizado com pingadeiras em cerâmica. Julho de 2022. Foto de Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da entrada da edificação, em que se observa o portão sustentado por dois pilares que possuem um elemento decorativo na face externa de inspiração Art Nouveau. Este é composto de linhas e círculos, e que são rebatidos com a mesma linguagem na fachada. Além disso, há duas placas que identificam o lugar – Villa Rosa. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Fachada frontal da edificação conhecida como Villa Rosa. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



OLHAR RURAL PARA SANTO ANDRÉ

reserva de terras, veraneio e
criação de cavalos puro sangue



63 – Haras Jaçatuba - Parque Regional da Criança
Palhaço Estrimilique

70 – Haras São Bernardo - Parque Estadual Chácara Baronesa

74 – Sítio Tangará - Casa Amarela do Centro Universitário
Fundação Santo André

\\ Haras Jaçatuba - Parque Regional da Criança Palhaço Estrimilique

Bem	Haras Jaçatuba - Parque Regional da Criança Palhaço Estrimilique
Solicitante	Poder Público
Tombamento	23.10.1992
Homologação e inscrição	11.11.1992, inscrição nº 04 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Itamarati, 536, Parque Jaçatuba

Este local é remanescente de áreas rurais de Santo André. Sua vegetação era originalmente um misto de matas virgens, capoeiras e campos que faziam divisa com o rio Tamanduateí. No início do século XX o rio ainda era limpo e o ar era puro e fresco. As condições ideais atraíram, nos anos 1910, investido-

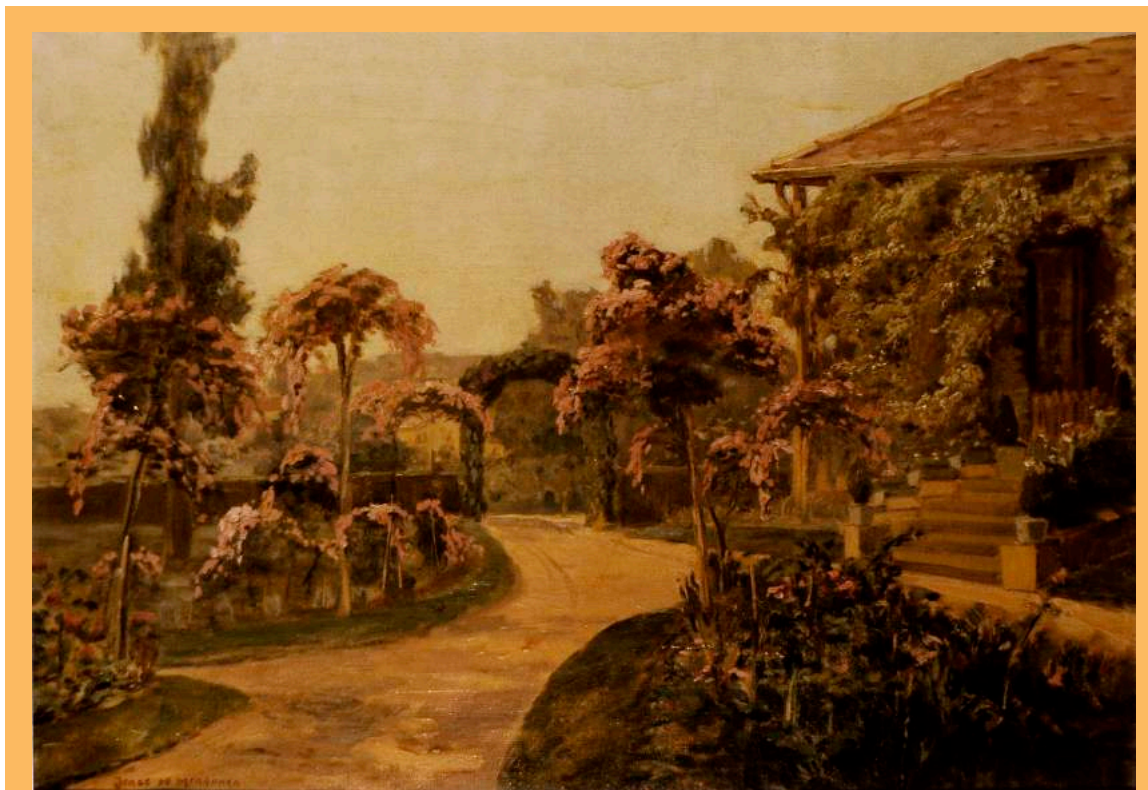
res interessados na criação de cavalos puro sangue para a região. Foi uma época em que Santo André tinha diversas propriedades desse tipo, como o Haras Jaçatuba que integrava uma grande gleba de terras de Santo André.



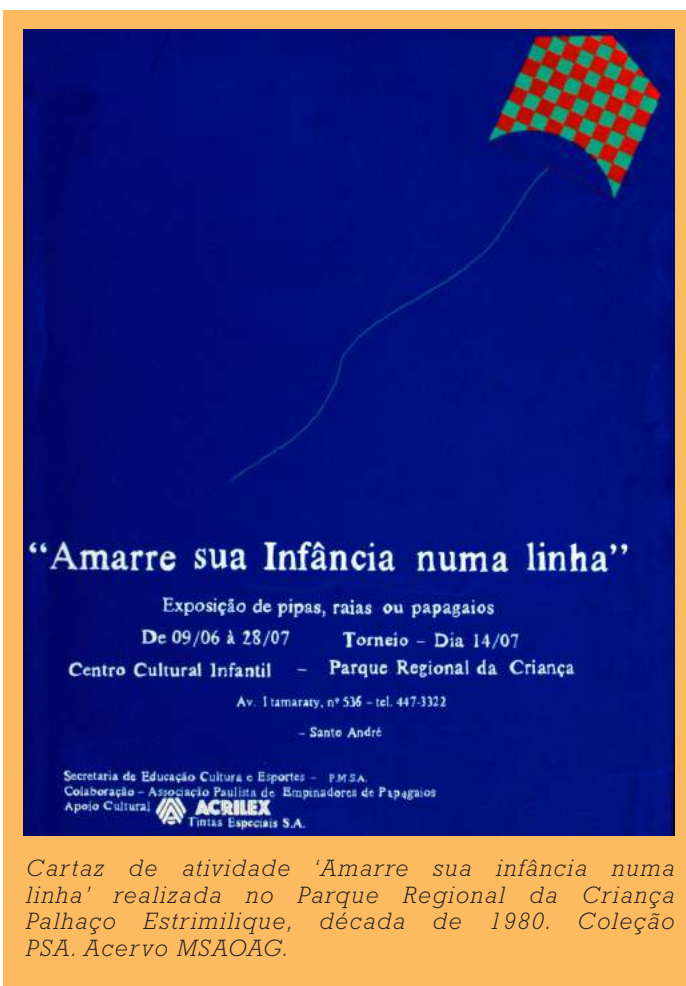
Vista de Santo André a partir da região do Haras Jaçatuba, 1930. Destaque para a área dos piquetes e cocheiras para cavalos. Ao longe, veem-se bairros e área central de Santo André. Foto Carlos Haukal. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.

Parte desta gleba foi vendida em 1922 a José Augusto Leite Franco que a anexou à Fazenda Oratório. Outra parte foi adquirida pela família Assumpção em 1915, que manteve a denominação original – Sítio Jaçatuba. Nessa propriedade, os irmãos Assumpção instalaram o Haras Jaçatuba, também utilizado como área veraneio. Para tanto, estavam presentes uma residência sede do Haras e uma edificação denominada casa de hóspedes, que possivelmente, por suas características arquitetônicas, é mais antiga que a casa sede.

O Haras Jaçatuba funcionou até meados da década de 1950, momento em que a criação de cavalos já não era mais economicamente rentável na região e havia uma grande pressão para a ampliação de loteamentos nessa porção da cidade. Destas terras saíram bairros como Parque Jaçatuba, Parque João Ramalho, Parque Erasmo Assunção e Vila Curuçá. Em 1960, apesar dos bairros já estarem sendo loteados, ainda não estavam totalmente ocupados. Apesar desta movimentação a sede do Haras se manteve intacta.



Reprodução de pintura com a sede do Haras Jaçatuba em 1930. Obra de Jorge Mendonça. Coleção Décio Ferraz Novaes. Reprodução MSAOAG.



Em 1975 a Prefeitura de Santo André buscou desapropriar a área da sede, com vistas à implantação de uma unidade do SESC. Mas, apenas em 1979 a Prefeitura adquiriu a área e deu início à criação de um parque com cerca de 16.500 m² que priorizasse atividades de lazer infantil. O parque foi inaugurado no ano seguinte com o nome Parque Regional da Criança. Sete anos depois, em homenagem ao palhaço Estrimilique, muito popular em Santo André e que havia falecido naquele ano, o parque passou a ser denominado Parque Regional da Criança Palhaço Estrimilique. O parque compreende pista de caminhada, playground, equipamentos para ginástica, quadra de tênis, arena para atividades, lagos de contemplação, além das atividades da EMIA Aron Feldman.

A EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística – foi criada em 1990 e instalada na residência sede do antigo Haras Jaçatuba. Seu propósito é permitir o

acesso a práticas artísticas que estimulem a criatividade, o convívio, a expressividade e a linguagem poética de maneira integrada. Em 2005, em homenagem ao fotógrafo e cineasta Aron Feldman, que atuou durante décadas em Santo André, realizando filmes sobre conflitos e diversidade social presentes no universo local e regional, a EMIA passou a denominar-se EMIA Aron Feldman.

Em outubro de 1992 o Parque e suas edificações foram tombados como patrimônio cultural do município pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve ao registro de atividades com características rurais em momento inicial da intensa industrialização dos meados do século XX; registro de atividade de criação de cavalos, sendo que o Haras Jaçatuba



Vista da fachada da antiga sede do Haras Jaçatuba, no momento em que foi sede do Centro Cultural Infantil, início da década de 1980. Foto David Rego Jr. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

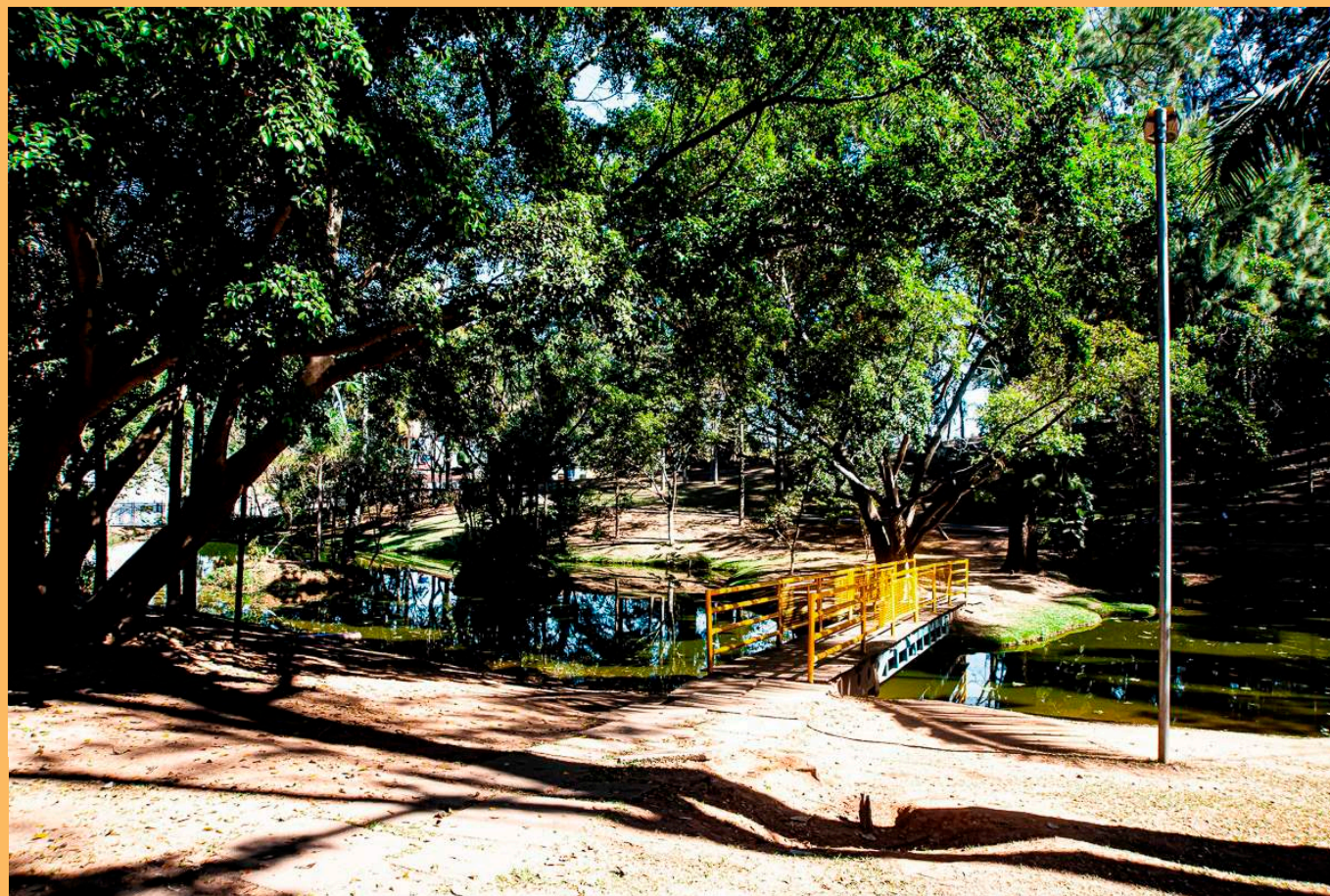
teve relevância nesse sentido; consolidação de área verde em Santo André, conformada há mais de um século, criando impacto visual e ambiental na paisagem; fortalecimento de espaço de lazer público por quase meio século, com prioridade para o universo infantil, que se reflete na memória coletiva e afetiva dos moradores; destaque-se as edificações remanescentes, que apresentam qualidade e características arquitetônicas típicas de um momento histórico do começo do século XX; continuidade, ao longo de quase 40 anos, de ações culturais de formação e valorização da criação e iniciação artística, destacando-se o Centro Cultural Infantil (1983) e, posteriormente, a Escola de Iniciação Artística – EMIA (1990), presente até a atualidade.



Vista de parte de parque infantil do Parque Regional da Criança Palhaço Estrimilique, em destaque o escorregador foguete, presente desde a inauguração do parque. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista da fachada da sede da EMIA – Escola Municipal de Iniciação Artística Jaçatuba. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista de detalhe do Parque Regional da Criança Palhaço Estrimilique. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.

\\ Haras São Bernardo - Parque Estadual Chácara Baronesa

O Haras São Bernardo consiste em uma área livre vegetada mantida em meio a uma região intensamente adensada. Possui aproximadamente 350 mil m² e está localizada nos limites do Córrego Taioca, fazendo divisa com São Bernardo do Campo. Sua existência testemunha o momento em que toda a região do ABC tinha uma ambiência diferente da atual. Era muito menos urbanizada e estavam presentes grandes propriedades pertencentes a famílias abastadas de Santos e São Paulo que usufruíam desse espaço de modo mais esporádico, como chácara de veraneio, e reservavam as terras para loteamentos futuros em uma região que crescia vertiginosamente.

Bem	Haras São Bernardo - Parque Estadual Chácara Baronesa
Solicitante	Poder público
Tombamento	10.04.2012
Homologação e inscrição	26.05.2014, inscrição n° 20 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Taioca e Rua Ducin, Jardim Milena

Além disso, do começo do século XX até os anos 1950, fatores como o clima ameno, presença de córregos e riachos com águas limpas e o pouco impacto da atividade industrial no ar e nos rios atraíram investidores para a criação de cavalos de corrida puro sangue. Os maiores empreendimentos eram o Haras Estação de Antonio Queiroz dos Santos, o Haras Jaçatuba dos irmãos Assumpção, o Haras Milano/Haras São Bernardo da família Crespi/Barão e Baronesa Von Leittner, o Haras Piahy dos irmãos Martinelli e o Haras Providência de Manoel Ferreira. Mas, havia outros haras com menos informação até o momento sobre sua expressão em corridas e leilões do Jockey Clube de São Paulo.

O Haras Milano criado entre os anos 1923 e 1924 pertencia à Família Crespi, imigrantes italianos que se estabeleceram no bairro da Mooca por volta de 1895. Rodolpho Crespi diversificava seus investimentos em ramos como o

da indústria têxtil, do esporte – destacando sua participação na conformação do Clube Atlético Juventus –, bem como na criação e comercialização de cavalos de corrida. Alguns anos após o falecimento de Rodolpho Crespi, sua esposa Condessa Marina Regoli Crespi vendeu a propriedade para o Barão e Baronesa Von Leittner, em 1949. Desde então, a área foi denominada Haras São Bernardo, também identificada como Chácara da Baronesa. Entre os vários haras da região, este foi um dos mais consagrados do Estado de onde saíram grandes campeões do turfe nacional.

Em 1975 o haras foi desativado em razão da poluição industrial e adensamento urbano que afetou a região e inviabilizou o pleno desenvolvimento dos cavalos. No ano seguinte, a área foi vendida para o INOCOOP – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais de São Paulo, com intuito de construir um conjunto habitacional.

HARAS MILANO

O haras "Milano", de propriedade do sr. commendador Rodolpho Crespi, é um dos mais perfeitos estabelecimentos de criação do "puro sangue" no Brasil. Acha-se situado no município de São Bernardo, um dos melhores pontos nos arredores de São Paulo.

Possue o citado "haras" ricas pastagens, matos, campos vastíssimos e esplendidas vertentes que oferecem aos animais planícies onde cabriolarem, sombra para se abrigarem. Tudo isso dividido inteligentemente em poteiros, piquetes, banheiros e abrigos para os dias de chuva.

No centro da propriedade existe uma grande cocheira com 20 "boxes" que são ocupados pelas eguas criadeiras.

No alto, além do grande pátio, estão instaladas as "residências" dos ganhões Testafarro, Maligno e Tic-Tac.

Nos diversos poteiros existem bebedouros feitos de cimento com água cristalizada, encanada e corrente como se encontra em todo o estabelecimento.

Cada classe de animais campêa em seus piquetes na máxima liberdade, fortalecendo os pulmões com o oxigênio puro das matas, que circundam o vastíssimo terreno.

Vem-se os potrinhos alegres, vivos, travessos como que conscientes da beleza da propriedade que lhe foi dada por habitação.

A impressão de quem visita o haras "Milano" é a de quem está em uma das grandes "ecuri" do velho mundo, pois que tudo ali demonstra o maior carinho, o maior cuidado e a mais completa hygiene, estando na sua direção o habil compositor Gastão Cavroç, e na administração o modesto Nelson.

Tudo ali é modesto e perfeito; tudo grandioso e bello. Os productos ali nascidos são todos elles sadios, fortes e robustos.

Em 1927 serão apresentados em nossas pistas somente dois productos; duas lindas e bem conformadas potranças, uma por Light Heart e Gallopín Giri e outra por Tic-Tac e Rovena, esta irmã propria do potro Ivanhoé.

Estó anno já nasceram diversos "foals" todos filhos do nosso conhecido Testafarro, com Valentina, Gallopín Giri, Malatesta, Grata e Andaluza.

Esta proposta não foi implementada em razão de restrições legais que incidiam sobre a área.

Foram muitos impasses da gestão pública referentes à efetivação do uso público adequado para essa grande área verde que durante muitos anos vem sendo atingida por problemas relacionados, sobretudo, a ocupações irregulares. Por sua vez, foram pressões de um movimento popular em defesa do Haras São Bernardo envolvendo moradores e várias entidades locais que deflagrou respostas do governo em prol da proteção desse bem a exemplo da declaração como Área de Proteção Ambiental emitida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente e sua desapropriação, ocorridas em 1987.

Descrição do Haras Milano no jornal 'O Combate', 8.10.1925. Coleção Biblioteca Nacional Digital.



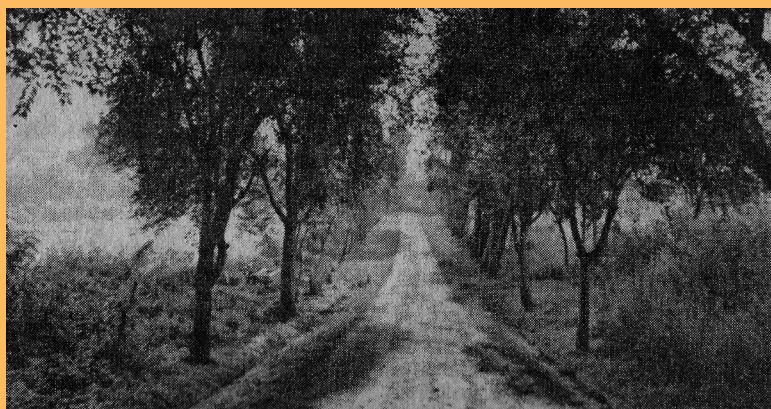
O dr. Francisco Eduardo de Paula Machado, como sempre, alegre, entre o Barão e Baronesa Otto Leithner, criadores de Courageuse, a vencedora do «Derby Brasileiros». A reunião turfística de domingo foi das mais interessantes, tendo contado com um público elegante e bastante entusiasta.

Notícias sobre prêmio vencido por égua Courageuse, do Haras São Bernardo. Reprodução Revista 'O Mundo Ilustrado', ano 3, edição 020, junho de 1955. Coleção Biblioteca Nacional Digital.

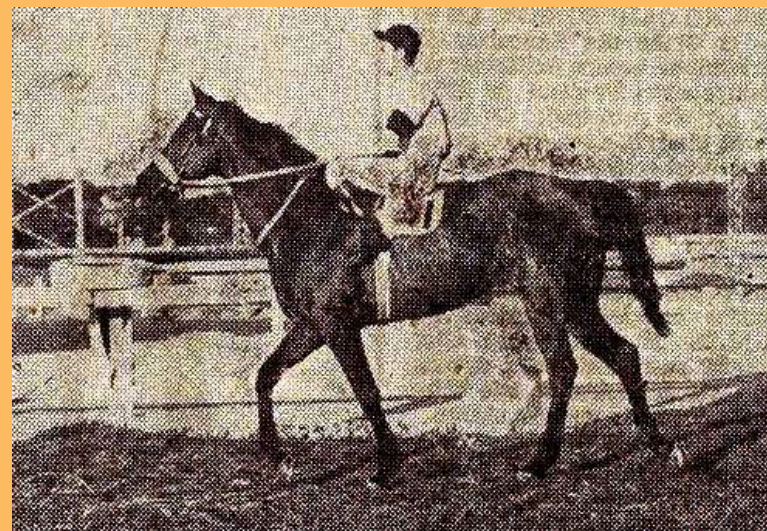
Em 2001, instituiu-se o local como Parque Estadual Chácara da Baronesa e a partir de 2012 passou a se caracterizar na categoria de Parque Urbano, tendo em vista o reconhecimento de que suas funções são ecológicas, estéticas e sociais.

Em 1990 a área foi tombada como patrimônio cultural estadual pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico. Sua valorização como bem cultural protegido se deveu à expressividade e dimensão da área verde no contexto regional em relação ao entorno intensamente urbanizado e industrializado, bem como pelo grande interesse social pela área manifestado na intensa movimentação popular surgida em torno da preservação do Haras.

Em abril de 2012 tanto o Parque quanto suas edificações foram tombados como patrimônio cultural municipal pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, por ser uma das maiores áreas verdes do município – essencial para a qualidade de vida e bem estar da população e também por sua importância como memória coletiva, devendo a luta simbólica da população pela área verde.



Vistas do Haras São Bernardo, no momento em que estava inativo. Foto Luciano Vicioni. Reprodução 'Diário do Grande ABC', 19.05.1985.



Gaudeamus, cavalo vitorioso criado no Haras São Bernardo, Reprodução 'A Gazeta Esportiva', 3.12.1958. Coleção Biblioteca Nacional Digital.

\\ \\ Sítio Tangará - Casa Amarela do Centro Universitário Fundação Santo André

O Sítio Tangará é mais um remanescente de chácaras de veraneio da região e pertencencia a Charles Murray, corretor de café e empresário, cuja família de origem escocesa residia em Santos. Eles vinham com frequência passar férias em Santo André e geralmente ficavam hospedados em sua outra propriedade no centro da cidade, a Vila Mimosa, que hoje é a sede do Primeiro de Maio F.C.

Bem	Sítio Tangara - Casa Amarela do Centro Universitário Fundação Santo André
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	30.11.2010
Homologação e inscrição	12.05.2011, inscrição nº 15 no Livro de Tombo
Localização	Av. Príncipe de Gales, 821, Vila Príncipe de Gales



Vista da lateral da “Club House” do Sítio Tangará, atualmente denominada Casa Amarela e que integra o Centro Universitário Fundação Santo André, cerca de década de 1930. Coleção Mary Del Priore. Acervo MSAOAG.

O Sítio Tangará era um local campestre, ladeado por diversas chácaras e áreas que aguardavam o crescimento da cidade para serem loteadas. Era o caso das terras de José Pires Castanho, José Gonzaga Franco Filho, Adolfo Laves, entre outras. No Sítio Tangará, em algumas oportunidades, amigos eram convidados para participar de festas, passeios a cavalo e disputas de partidas de golfe. Aliás, o campo de golfe com nove buracos foi projetado por Mario Gonzalez, um renomado especialista nesta área, que projetara o campo do Gávea Golfe, no Rio de Janeiro. O terreno contava, ainda, com dois bosques, um lago e de dois pomares. Havia uma pequena capela, atualmente demolida.

A edificação, atualmente conhecida como Casa Amarela, era a sede da propriedade. Para a família era identificada como “Club House”, pois foi construída para pequenas estadias, troca de roupas e apoio às comemorações. A denominação Casa Amarela deve ter ficado na memória das pessoas em razão da cor das paredes externas em tom amarelado.



Vista do campo de golfe do Sítio Tangará, cerca da década de 1930. Coleção Mary Del Priore. Acervo MSAOAG.

As características arquitetônicas da sede refletem o Neocolonial hispano americano, valorizado em São Paulo no começo do século XX. Muitos dos detalhes decorativos estão conservados: pedras decorativas incrustadas nas fachadas, reboco com superfície irregular e áspera, molduras de ornamentação, em algumas janelas a presença de colunas torcidas, denominadas salomônicas, nicho para imagem na fachada, pinhas em louça, parapeitos com elementos vazados em meia-lua, azulejos formando painéis, portas com motivos mouriscos e lampiões em ferro trabalhado nos beirais dos telhados. Originalmente a cobertura tinha o fechamento em telhas tipo colonial, e como elemento de arremate, as telhas tinham a forma de pluma virada para cima nos vértices dos beirais. Com base nesses atributos arquitetônicos podemos pressupor que a data de construção desse imóvel seja entre meados dos anos de 1920 e início da década de 1930.

Com a necessidade de moradias em Santo André no final da década de 1950, a família tentou lotear parte do Sítio sem sucesso. Passados alguns anos, em 1962, a área foi desapropriada para a construção de um parque público que, no entanto, acabou por abrigar a Fundação Santo André, com os prédios da Faculdade de Ciências Econômicas (FAECO) que já existia desde 1953, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FAFIL) instalada em 1966, e o Centro de Processamento de Dados inaugurado em 1967. De inspiração na arquitetura modernista estes prédios ladeiam a antiga sede, hoje espaço de uso da reitoria e administração do Centro Universitário Fundação Santo André.



Atividade festiva no Sítio Tangará, 7.02.1926. Coleção Mary Del Priore. Acervo MSAOAG.

Em novembro de 2010 a antiga Sede do Sítio Tangará foi tombada como patrimônio cultural de Santo André pelo COMDEPHAAPASA - Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. As motivações para sua valorização se expressam na referência à memória das chácaras de veraneio, da arquitetura com características Missões e por sua permanência quase centenária na paisagem.



Sede do Sítio Tangará e parte de seus jardins, de autoria de Carlos Kokett, s.d. Óleo sobre tela. Coleção Mary Del Priore. Reprodução Beto Garavello. Acervo MSAOAG.



Vista de caminho que segue até a Casa Amarela, Centro Universitário Fundação Santo André, década de 1970. Coleção Nanci Luglio Censon. Acervo MSAOAG.



Vista de detalhe da fachada da Casa Amarela, 1995. Foto David Rego Jr. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Fachada da casa sede do Sítio Tangará, construída com detalhes ornamentais de referência da arquitetura Neocolonial hispano americana. Destacam-se o reboco com superfície irregular, pedras decorativas incrustadas na fachada. Para esta edificação foi realizado um acesso direto ao primeiro pavimento para garantir a mobilidade de um dos filhos do casal que possuía deficiência motora. Foto: David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da fachada principal da edificação com destaque para a porta em arco, notar o uso de reboco com superfície irregular e de pedras decorativas incrustadas na parede; luminárias em ferro com formato de lampião e no nicho à esquerda, a presença de pinha decorativa em louça. Todos esses elementos são característicos do Neocolonial hispano americano. Foto: David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da fachada, destacando-se varanda superior em arcos sustentados por colunas salomônicas apoiadas sobre guarda-corpo em meia lua, decorada em azulejos. Na área superior, próximo ao telhado, observe um nicho para imagem sacra e luminárias em ferro, igualmente características da arquitetura Neocolonial hispano americana. Foto: David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



A CIDADE CRESCE

FORMAS DE MORAR



- 82** – Residência e Sapataria dos Irmãos Frederico
- 88** – Empório e Restaurante Turim - Família Binello
- 94** – Residência da Família Tognato
- 99** – Conjunto Residencial Comendador Mansueto Cecchi

\\ \\ \\ Residência e Sapataria dos Irmãos Frederico

Bem	Residência e Sapataria dos Irmãos Frederico
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	08.11.2011
Homologação e inscrição	13.06.2012, inscrição nº 17 no Livro de Tombo
Localização	Rua Francisco Amaro, 579, Vila Assunção

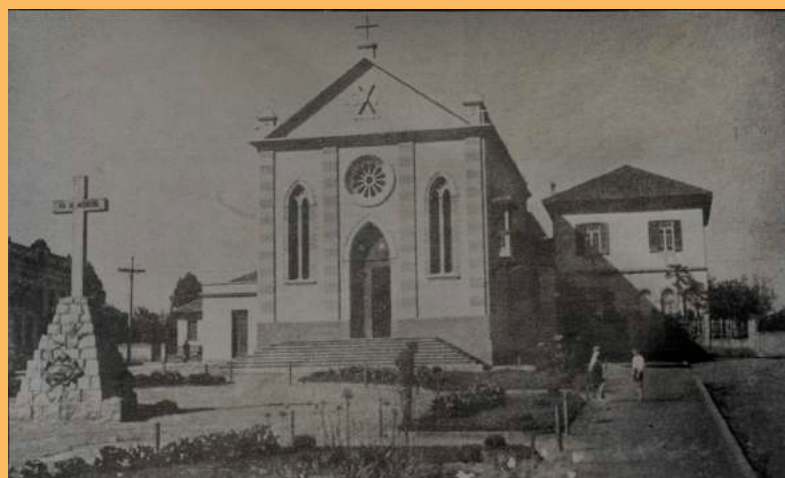
Esta edificação fez parte da formação da Vila Ypiranguinha, um dos primeiros parcelamentos implantados em Santo André. Este estava localizado nas proximidades do antigo caminho que ligava a estação ferroviária à Vila de São Bernardo e foi

loteado entre 1905-1909, o bairro foi ocupado por imigrantes que vieram em busca de empregos na maior fábrica da região, a Tecelagem Silva, Seabra & Cia, que era chamada de Tecelagem Ipiranguinha.



Tecelagem Ipiranguinha, junto à rua Alfredo Fláquer, próximo ao atual Parque Antonio Fláquer, 1928. Coleção Família Zochling. Acervo MSAOAG. de 1930. Coleção Mary Del Priore. Acervo MSAOAG.

No bairro implantou-se, em 1912, a Santa Casa de Misericórdia, onde hoje é o Centro Hospitalar Municipal de Santo André e a Paróquia de Santo André, conhecida também como Igreja Matriz de Santo André, em 1914. Conforme o bairro foi crescendo e novos loteamentos foram surgindo, novas atividades se instalaram. Foi o caso de armazéns de secos e molhados, padarias, lojas de ferragens, sapatarias, costureiras etc. Esta edificação de uso misto - comercial e residencial - se insere neste movimento de ampliação. Os documentos da Prefeitura mostram que em 1935 ali existia uma fábrica de calçados dos Irmãos Frederico. Não se sabe exatamente seu tamanho e produção, mas deveria ser pequena, uma espécie de oficina para consertos e produção de sapatos para a vizinhança.



Cruzeiro e antiga Paróquia de Santo André, conhecida também como Matriz de Santo André. Praça Presidente Getúlio Vargas, 1937. Reprodução MSAOAG.



Fachada da Santa Casa de Misericórdia, situada na Avenida João Ramalho, anos 1920. Coleção Jaime Zerrenner. Acervo MSAOAG.

Seu proprietário e morador, João Frederico, chegou a Santo André por volta de 1909 e começou como lustrador de móveis. Com o irmão passou a atuar no ramo da sapataria. Mas, ele tinha uma paixão, que era a música. Tanto que iniciou em 1916 estudos com Antonio Galluzzi, maestro de uma antiga banda ligada ao Tiro de Guerra. Desta banda surgiu, em 1918, a Corporação Musical Lira de Santo André, ou Banda Lira como é popularmente conhecida. Os músicos animavam eventos domingueiros e apresentações de cinema e circo, além de atividades cívicas. Os tempos eram difíceis tanto para a compra de instrumentos, como para encontrar lugares para os ensaios, o que os levaram a utilizar espaços improvisados como um barracão existente nos fundos do lote dessa edificação. João Frederico sempre esteve atuante nas atividades da Banda Lira e acompanhou quando o grupo conseguiu apoio da Prefeitura para uma sede no Parque Antonio Fláquer. Na atualidade, com mais de 100 anos, este

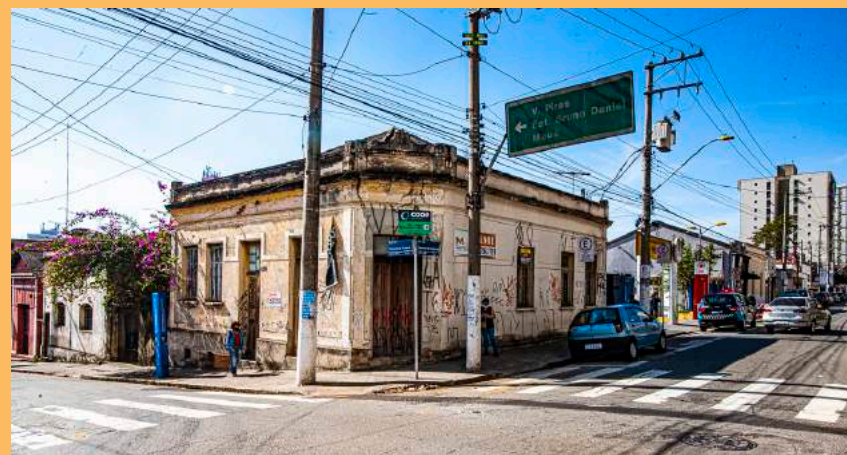
grupo musical é uma manifestação cultural importante para a Cidade.

Esta edificação térrea sobre porão, construída no alinhamento da rua, indica um padrão de construção muito comum às casas populares de Santo André no início do século XX. Em seu frontão se avista a data que foi construída: 1923, explicitando que sua permanência no tempo é centenária.

O edifício foi tombado em novembro de 2011 como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve à sua permanência na paisagem, por ser remanescente dos períodos iniciais do bairro e ser um misto de construção comercial e residencial, caracterizando um modo de viver em Santo André, além de ter parte de sua história ligada à Banda Lira de Santo André.



Antiga residência da família Frederico, esquina das ruas Agenor de Camargo e Francisco Amaro, cerca década de 1980. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Vista da edificação térrea em esquina construída sobre pequeno porão. Originalmente tinha uso misto de moradia e serviço, sendo que o salão da fachada central era utilizado para o comércio e serviços, e os demais cômodos dedicados à residência. Destaca-se o frontão com a data de 1923 como sendo aquela da construção da edificação. Também pode ser observada a platibanda, os frisos em estuque e as molduras que contornam as janelas e portas. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista de parte da fachada da antiga Residência e Sapataria dos Irmãos Frederico. Observe como esta residência tem características diferentes daquelas que conhecemos hoje em dia. Mas, era um tipo de construção muito comum no começo do século XX. A porta em destaque permite acesso à residência que além dos quartos, tem uma cozinha que dá acesso à pequena varanda lateral. Foto: David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.

\\ Empório e Restaurante Turim - Família Binello

Este imóvel é um dos poucos remanescentes do Jardim Piratininga, um dos primeiros bairros da cidade, em terras de propriedade dos irmãos Hippolyto e Ernesto Pujol, que em 1921 iniciaram o loteamento por meio da Empresa Imobiliária São Bernardo - IESB. A relação entre a edificação e sua localização nos ajuda a refletir sobre como se deu a urbanização de Santo André no início do século XX, para além da porção central do município.

Bem	Empório e Restaurante Turim - Família Binello
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	30.11.2010
Homologação e inscrição	12.05.2011, inscrição nº16 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Dom Pedro II, 444, Bairro Jardim

Porém, antes deste momento, a região já era ocupada por uma atividade pouco conhecida e que retoma a faceta agrária de Santo André. Parte das terras do loteamento dos Pujol pertencia ao Sítio Beliche, de propriedade de Frederico Guilherme de Albuquerque, que provavelmente desde 1880 produzia e aclimatava plantas e animais nessa região com vistas à comercialização – especialmente parreiras de uva e árvores ornamentais – sementes trazidas de outras localidades para produção e comercialização em larga escala. O lugar era estratégico, próximo à linha férrea, o que facilitava o comércio não só regional, mas para outras localidades do país. Em 1891, o Sítio foi adquirido pelo comerciante e investidor de terras Abílio Soares que diversificou e ampliou a produção de grãos, cereais e leguminosas. Um pouco antes de sua morte, em 1919, as terras foram trocadas por uma vasta área em Cumbica, Guarulhos, e, mais tarde, com o loteamento do bairro a sede do antigo Sítio Beliche foi adquirida por Luiz Monteiro de Carvalho que ali instalou a Chácara São Luiz.



Empório Recreio Restaurante Turim, localizado na antiga Avenida Presidente Wilson, hoje Avenida D. Pedro II, 1930. Coleção Ofélia Binello. Acervo MSAOAG.



Funcionários dos bondes da Empresa Imobiliária São Bernardo, junto à estação em Santo André, 1927. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.

O loteamento Jardim Piratininga era composto pelos bairros Jardim, Campestre, Industrial, Operário, Utinga, Santa Maria e Saúde. Neste conjunto previam-se setores para habitação burguesa, proletária e um bairro industrial. Esse empreendimento margeava a estrada de ferro São Paulo Railway desde a estação ferroviária em Santo André até as proximidades da estação ferroviária em São Caetano. Implantaram-se em toda a área duas linhas de bondes que conectavam as estações ferroviárias de Santo André e São Caetano às áreas mais distantes do loteamento. Inovava-se, assim, o serviço de transportes urbanos para passageiros que, até então, era realizado por animais de carga. Contribuía-se com a expansão urbana e consolidação do eixo Santo André – São Paulo.

Do começo do século XX até os dias atuais o bairro Jardim em que se localiza o imóvel passou por muitas transformações com o adensamento populacional e transformação para área de serviços e comércio. Neste contexto, esta edificação é um dos poucos exemplares que ainda resistem às modificações da paisagem do bairro. Apesar de ter passado por alterações externas e internas, ainda conserva características físicas essenciais, possuindo traços arquitetônicos semelhantes a alguns projetos de residências assinados por Hippolyto Gustavo Pujol, como o jogo de telhados, beirais sustentados por consolo de madeira, a utilização de estruturas de madeira de enxaimel decorativas e janelas retangulares verticais. Além disso, manteve desde o início a atividade de serviço de restaurante, acrescida, originalmente, de um empório de secos e molhados que atendia a população que se fixava no loteamento.

O edifício foi tombado em novembro de 2010 como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve à sua permanência na paisagem, manutenção da atividade comercial e de serviços por quase um século, pela conservação de atributos da arquitetura original e tipologia de uso do início do século XX, por ser testemunho da implantação de um empreendimento inovador para a década de 1920 na região do ABC, configurado em loteamentos inspirados nas diretrizes de cidade-jardins.



Família Binello defronte do Empório Recreio Restaurante Turim, 1930, localizado na atual Avenida D. Pedro II. Coleção Ofélia Binello. Acervo MSAOAG.



Evento no interior do Restaurante Turim, década de 1950. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.



Vista das fachadas lateral e principal deste sobrado construído na esquina. Destaca-se a parte superior da edificação que ainda contém elementos originais desde a construção nos anos 1920. São eles: a releitura da técnica enxaimel, as janelas com venezianas em madeira, o formato do telhado recortado e três triângulos em baixo relevo. O avanço no térreo foi construído em época mais recente para acomodar as atividades atuais. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe do andar superior da fachada lateral. Destaca-se a janela de uma folha em veneziana de madeira e a decoração que se valeu do enxaimel – técnica construtiva que originalmente valia-se do uso de hastes em madeira encaixadas entre si e preenchimento em alvenaria de tijolos ou pedras. Neste caso, trata-se de uma releitura decorativa feita em argamassa. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista da fachada principal a partir da Av. D. Pedro II. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.

\\ Residência da Família Tognato

A imponente edificação foi residência de uma família imigrante italiana, proprietária da Fiação e Tecelagem Irmãos Tognato, empresa centenária cuja produção esteve voltada para itens como cobertores e colchas. Mas, nenhum de seus produtos foi tão famoso como as colchas em piquet, que representavam durante os anos 1950-70 cerca de 50% do faturamento da empresa. Além de servir aos enxovais e casas de muitas famílias, também estava presente em diversos hotéis, com destaque para o Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

Bem	Residência da Família Tognato
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	06.03.2007
Homologação e inscrição	17.04.2007, inscrição nº 11 no Livro de Tombo
Localização	Avenida D. Pedro II, 1313, Bairro Jardim

A Família Tognato, proprietária da mansão, veio da Itália em 1895. Chegou em Santo André em 1901 e boa parte dos adultos foram trabalhar na maior fábrica do ABC naquele momento: a Fábrica de Tecidos Silva, Seabra & Cia, conhecida, também, como Ipiranguinha, por ter parte de sua área industrial próxima a um pequeno riacho com esta denominação.



Residência da Família Tognato, 1931. Esquina da Avenida D. Pedro II e Rua das Aroeiras. Coleção Guido Poianas. Acervo MSAOAG.



Nubia Poianas nos jardins da residência da Família Tognato, 1938. Esquina da Avenida D. Pedro II e Rua das Aroeiras. Coleção Guido Poianas. Acervo MSAOAG.



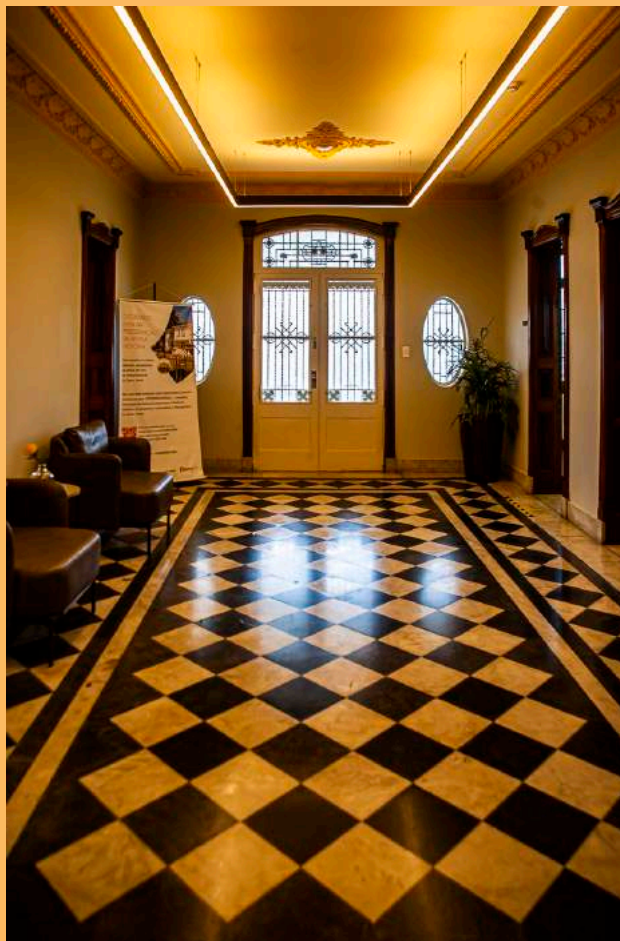
Residência da Família Tognato. Vê-se que parte da Avenida D. Pedro II estava calçada com paralelepípedos e parte ainda o leito em terra, s.d. Foto e coleção René Schoeps. Acervo MSAOAG.



Vista das fachadas frontal e lateral da edificação assobradada sobre porão. Em sua entrada principal há uma escada revestida em ladrilho hidráulico estampado e guarda corpo em ferro que acompanha seu desenho curvilíneo. A varanda em base de alvenaria de pedra chama a atenção pelos diversos elementos construtivos e riqueza de detalhes como se vê na janela em ferro trabalhado, nas colunas que sustentam o pavimento superior e remetem à Antiguidade Clássica. Foto de David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.

O ofício de tecelão foi aprendido e em 1909 alguns dos filhos do casal - Giacinto Pietro, Romano, Attilio, Massimiliano, Angelo e Amabile iniciaram seu próprio negócio de tecelagem nos fundos da casa em que moravam no bairro Jardim com dois teares e produção de colchas de algodão. Com o desenvolvimento de sua produção, adquiriram um terreno de 20 mil m² na Rua Siqueira Campos e ali construíram um galpão que atendia a seu negócio. Na década de 1940, em uma nova expansão a Tecelagem Tognato foi transferida para uma área de 200 mil m² junto à atual Avenida Pereira Barreto, em São Bernardo do Campo. Ali se manteve até meados finais do século XX, quando, diante das transformações tecnológicas e a concorrência internacional no ramo de têxteis, readequou a produção, transferindo-se para espaço menor na Via Anchieta.

A residência foi durante muitos anos moradia da família de Giacinto Tognato e representou uma forma de morar de industriais. O terreno com quase 5.000m² integrou o loteamento Jardim Piratininga, empreendimento organizado pelos irmãos Pujol desde 1923. Cons-



truída no meio do lote e circundada por jardins, a edificação detém traços da arquitetura eclética, evidenciando o gosto europeu e as oportunidades de acesso a materiais e ornamentos importados.

O edifício foi tombado em 2007 como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deu por representar um modo de morar de determinadas parcelas da sociedade, por ser uma referência da memória coletiva e por sua presença quase centenária na paisagem.

Hall da entrada principal da edificação. Note o desenho do piso remetendo a tabuleiro de xadrez em mármore preto e branco, porta principal e aberturas laterais em ferro trabalhado que compõe com as folhas em madeira. Também é possível ver os elementos decorativos em gesso no teto e em torno da luminária, além do detalhamento das molduras das portas em madeira. Foto de David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Fachada principal da antiga residência da Família Tognato. Note a posição de destaque da edificação, isolada no lote e cercada por canteiros ajardinados. A varanda que chama a atenção pelos diversos elementos construtivos e riqueza de detalhes decorativos, possui uma base de alvenaria de pedra. Foto de David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da fachada superior com destaque para o trabalho em estuque que marca as janelas venezianas. Vê-se também a varanda com fechamento em balaústres e piso em ladrilho hidráulico. Foto de David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.

/// Conjunto Residencial Comendador Mansueto Cecchi

O Conjunto Residencial Comendador Mansueto Cecchi, popularmente conhecido como Vila Mansueto Cecchi, remonta a 1953, data de início das obras das 72 residências dispostas no lote entre a Avenida João Ramalho e Rua Coronel Fernando Prestes, na Vila Assunção. Era um momento especial em que estavam em curso diversos movimentos de expansão de moradias, como o caso do Conjunto Residencial das Casas Populares na Vila Metalúrgica e o Conjunto Residencial do IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, na Vila Guiomar.

Bem	Conjunto Residencial Comendador Mansueto Cecchi
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	14.08.2018
Homologação e inscrição	30.11.2018, inscrição nº 24 no Livro de Tombo
Localização	Avenida João Ramalho e Rua Coronel Fernando Prestes, Vila Assunção



Construção do Núcleo Residencial das Casas Populares, Vila Metalúrgica, 1948-49. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

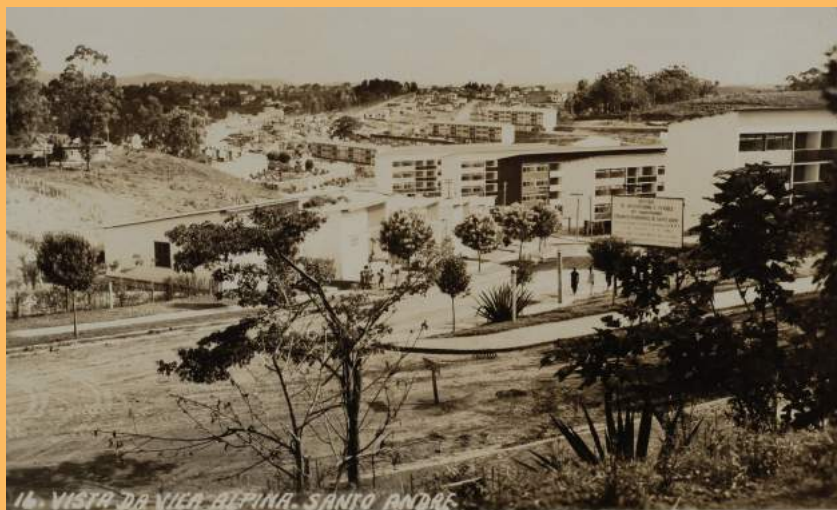
Foi neste contexto que Mansueto Cecchi, proprietário e loteador da área, captou essa necessidade e oportunidade. Além deste local loteou outras pequenas áreas em Santa Terezinha (c.1950), Homero Thon (1955), Vila Bela Vista (1958), Jardim Progresso (1961) e Jardim Stella (1962).

Ainda que naquele momento parte das vilas na cidade fossem construídas para aluguel, este não foi o caso deste conjunto residencial que rapidamente foi vendido para famílias de trabalhadores que atuavam no comércio e serviços em Santo André. O conjunto teve projeto de Raul F. de Barros e construção de Hermenegildo Martins.



Inauguração do Núcleo Residencial das Casas Populares, Vila Metalúrgica, 1948-49. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Para muitos, o conjunto está identificado pelos dois pórticos que garantem a entrada às ruas de passagem. Mas, também, são bastante significativas as características originais do conjunto como o recuo frontal, quintal nos fundos do lote e os detalhes decorativos com características do Neocolonial hispano americano, que lembram um gosto muito característico do momento que foi construído. Desta linguagem arquitetônica também podem ser citados o revestimento externo com massa texturizada, uso de cores diversas e harmônicas nas edificações, fachada frontal protegida por coroamento de telhas em barro e aplicação de adornos em ferro simbolizando uma 'rosa dos ventos' na empena principal. Apesar de importantes mudanças nas fachadas, ainda há identidade dos moradores e transeuntes com o local, o que levou à solicitação do tombamento deste conjunto.



Vista panorâmica do Conjunto residencial IAPI - Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, c.1953. Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



Edificações e Caixa d'água do Conjunto residencial do IAPI – Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários, 1953. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



*Portal de entrada do conjunto Residencial Mansueto Cecchi, 1997.
Coleção PSA. Acervo MSAOAG.*

Em agosto de 2018 este conjunto foi tombado como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. É valorizado por ser exemplar típico de vilas residenciais, com resquícios da linguagem Neo colonial hispânica. Também se destaca a singularidade física das vilas urbanas, pouco presentes no meio urbano atual de Santo André.



Vista de residências do Conjunto Residencial Mansueto Cecchi, 1997. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Portal de entrada do Conjunto Residencial Mansueto Cecchi. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe de entrada de edificação do Conjunto Residencial Mansueto Cecchi, simbolizando uma rosa dos ventos, julho de 2022. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Edificações do Conjunto Residencial Mansueto Cecchi. Observe-se o ritmo das fachadas dos sobrados, com platibandas curvilíneas e telhas que acompanham este movimento, julho de 2022. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



AS ESTRUTURAS DE APOIO À VIDA NA CIDADE



- 106** – Posto Telegráfico da São Paulo Railway
- 112** – Estação de Tratamento de Água Guarará

\\ Posto Telegráfico da São Paulo Railway

Bem	Posto Telegráfico da São Paulo Railway
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	14.08.2012
Homologação e inscrição	03.04.2014, inscrição nº 18 no Livro de Tombo
Localização	Próximo à Estação Utinga da CPTM

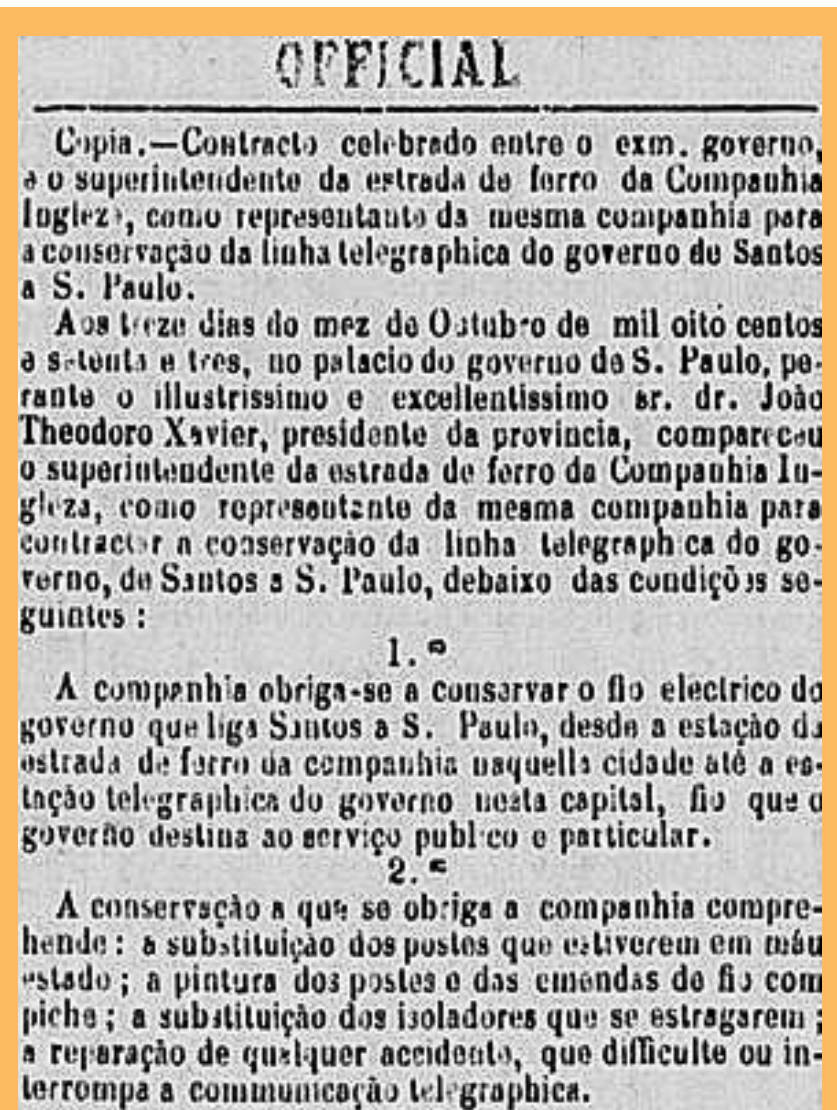
O uso da telegrafia para comunicação foi uma descoberta significativa que aliou o conhecimento científico às necessidades do desenvolvimento tecnológico, apresentando-se como uma experiência satisfatória de uso da eletricidade para a transmissão de informações. Para tanto, eram necessários um único fio e os aparelhos de transmissão e recepção, valendo-se de um código denominado Morse que codificava por meio da emissão de curtos e longos impulsos de corrente elétrica as letras e números, que na

recepção eram decodificados em pontos e traços que combinados representavam letras e números.

No Brasil a instalação do serviço telegráfico teve início em 1852 no Rio de Janeiro e em 1870 já havia sido instalado em cidades litorâneas brasileiras por meio de cabo submarino, inclusive Santos. Em 1873 a empresa São Paulo Railway (SPR), que detinha o monopólio da estrada de ferro entre Santos e Jundiaí, recebeu autorização e instalou

uma linha telegráfica estatal de Santos a São Paulo em postes lindeiros à ferrovia. Assim, o sistema poderia ser levado para a capital e desta para outras cidades.

Para a SPR o interesse comercial era importante uma vez que recebia pelo serviço telegráfico, mas além deste havia outro para o qual o sistema de telégrafo se mostrou fundamental: o controle do tráfego de trens, especialmente após acidente em 1871 entre um trem de passageiros e outro de cargas que colidiram em São Paulo, causando uma morte e diversos feridos graves. Tal situação levou o superintendente da empresa, Daniel Fox, à prisão. Após ser solto determinou que se buscasse um novo meio de controle do tráfego de trens. Assim, valendo-se da linha telegráfica foi criado um código próprio para o transporte ferroviário, o que amenizou os problemas com desastres.



Detalhe de Contrato entre o Governo e a São Paulo Railway para a instalação de linha telegráfica de Santos até a estação telegráfica do governo, 13/10/1873. Reprodução Correio Paulistano, 1873. Fonte Biblioteca Nacional Digital.

Além da linha telegráfica, no final do século XIX, a SPR passou a organizar postos telegráficos de controle de transporte na via férrea. O primeiro deles data de 1891, denominado Tunnel, conhecido como “*Tunnel da Cachoeira*”, junto ao Botujuru. Ficava no planalto junto a um túnel escavado, cuja linha férrea em curva permitia pouca visão.

A modernização de 1895 que duplicou a linha férrea levou à instalação de novos postos telegráficos: Casqueiro em 1896 e Areais em 1897. No século XX, com ampliação do tráfego, novos postos telegráficos foram instalados: Guapituba e Jaraguá Velha em 1907, Botujuru em 1908. Mais adiante, em 1920, outros ainda foram criados: Capuava e Alemoa.

O posto telegráfico de Utinga possivelmente foi criado neste mesmo momento, início dos anos 1920, pois em 1921 foi feita a doação do terreno para a ferrovia pelos irmãos Pujol que, por meio da Empresa Imobiliária São Bernardo, dava início ao loteamento dos bairros do entorno: Jardim, Industrial e Utinga. Para este loteamento era importante e necessário que houvesse um posto telegráfico naquela localidade em razão dos diversos ramais ferroviários que esta-

vam sendo implementados para a circulação da produção dos lotes industriais.

O posto telegráfico de Utinga passou a ser estação a partir de 01.08.1933, momento em que a região crescia com a presença de diversas fábricas nas adjacências que necessitavam do transporte ferroviário para escoamento da produção.

Apesar da aparência da edificação que hoje se encontra na área desse posto telegráfico não ser semelhante à cabina de sinais encontrada em outros postos, é possível que ela tenha se arruinado ao longo do tempo, ou que tenha sido feita uma edificação ampliada que servisse também de moradia para funcionários que fossem responsáveis tanto pelo controle de tráfego ferroviário como pela conserva da linha férrea naquele ponto. Desde a inauguração da estação de Utinga, os serviços telegráficos foram transferidos para suas dependências e as instalações do posto possivelmente serviram apenas para os serviços de conservação e moradia.

Detalhe da descrição do acidente ocorrido em 17/01/1871. Reprodução Correio Paulistano, 1871. Fonte Biblioteca Nacional Digital.

Grave desastre na linha férrea

O trem de passageiros, que partiu hontem desta capital para Jundiahy, entre 2 1/2 e 3 horas da tarde, abalroou a dois kilometros mais ou menos da estação da Luz com um trem de cargas vindo de Jundiahy.

Não temos informação circunstanciada dos factos. Daremos por hoje conta do que sabemos genericamente.

As duas locomotivas voaram dos trilhos, em pedaços. Os wagões immediatos às respectivas locomotivas e a o *brek* de um dos trens tambem foram despedaçados.

Os empregados que iam nas locomotivas saltaram antes do choque. De empregados dos trens consta-nos que morreu esmigalhado um guarda do *brek*, de nome Bastos. Diz-se que foi essa a unica pessoa morta. Houve entretanto grande numero de passageiros maltratados, uns levemente, outros grave, senão mortalmente feridos, e em não pequeno numero.

Ouvimos avaliar o numero geral dos feridos em 25 a 30 pessoas.

Dentre os gravemente feridos (em geral passageiros de terceira classe), nem um é pessoa conhecida; consta-nos que são quasi ou todos estrangeiros.

É claro que o desastre provém de gravissima incuria de quem quer que seja no que concerne ao movimento dos trens, pois a linha ainda não tem trafego tão multiplicado que não seja absolutamente facil regular a partida de trens de modo a evitar até a possibilidade de abalroamento.

Falla-se em demora de partida de trens, falta de aviso telegraphico, etc.

Nada sabemos positivamente. O que é indubitavel, repetimos, é que houve delexio, e gravissimo, e que não deve ficar impune.

Sirva no menos a triste occurrença para *emenda* dos factos menos cuidadosos de que frequentemente queixa-se o publico, em relação ao serviço da linha.

Logo que houve noticia do facto, o sr. dr. chefe de policia e o subdelegado de Santa Iphigenia compareceram, seguindo, o primeiro para o lugar do sinistro, e ficando o segundo na estação da Luz.

Accudiram tambem quasi todos os medicos da capital e alguns pharmaceuticos, prestando valiosissimo auxilio aos feridos, tanto no lugar do desastre como na estação da Luz—pontos estes que tinham na occasião o aspecto contristador de hospitais de sangue.

Amanhã daremos mais amplas informações. Até a hora em que escrevemos (8 1/2 da noite), nem uma communicação recebemos da policia.

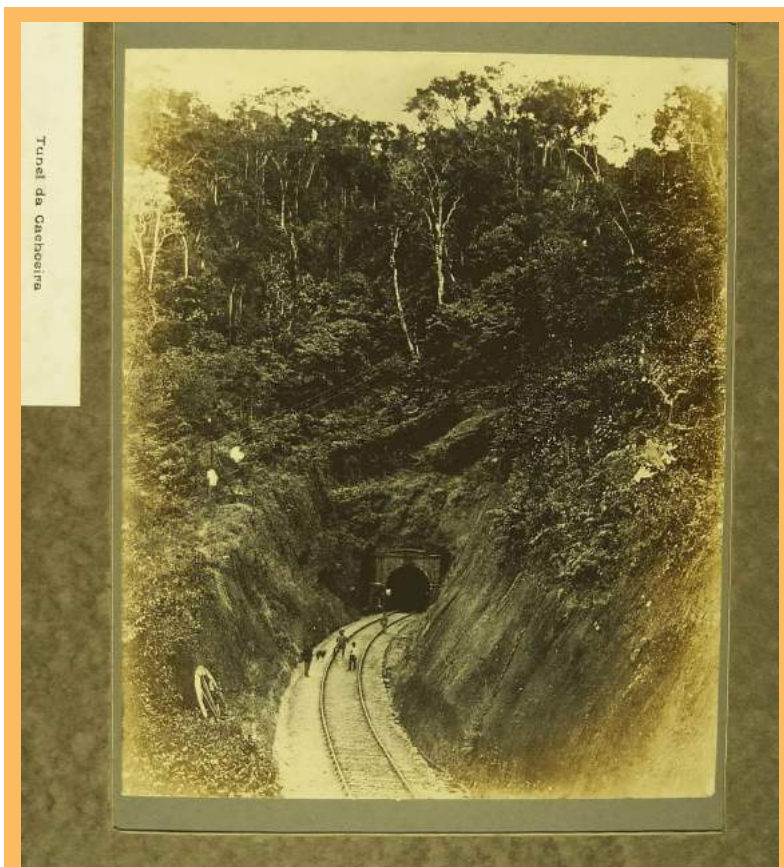
De parte do superintendente da estrada de ferro, veio-nos, á hora acima indicada, a seguinte:

« S. Paulo, Janeiro 17 de 1871.—Ilm. sr. redator. —Hoje o trem de passageiros, que partiu desta capital ás 2 1/2 horas para Jundiahy—encontrou-se com o trem de mercadorias que sahio de Jundiahy ás 10 1/2 horas da manhã, e que devia chegar na estação da Luz á 1 hora da tarde, —nas immedições do lugar chamado Barra-funda — perto de meia legua distante da Luz.

« Tenho de lastimar a morte de um empregado da companhia ajudante do guarda do trem de passageiros e alguns ferimentos de passageiros.

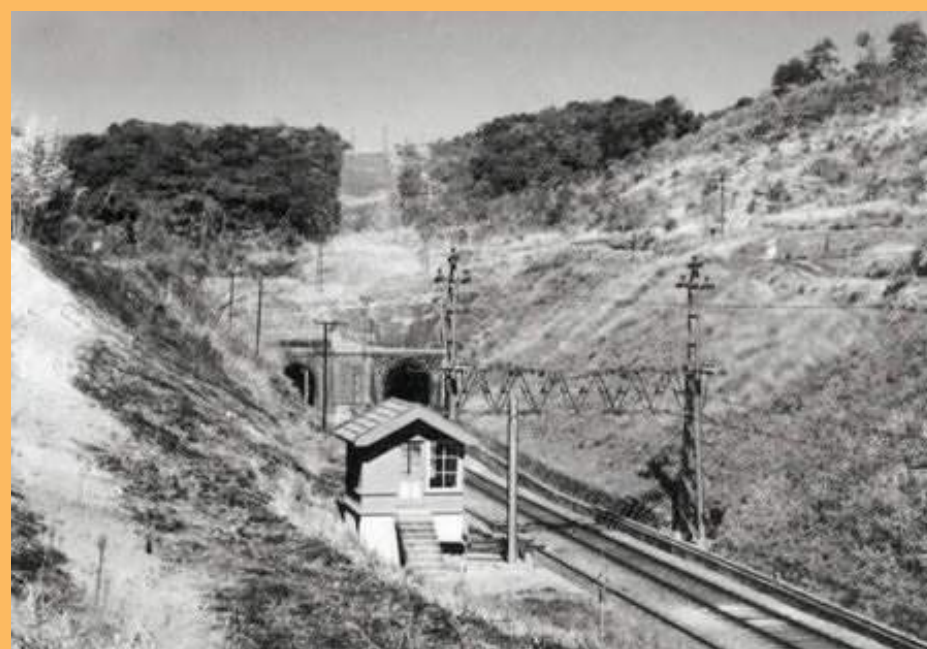
« Logo se deu parte á policia do acontecimento, que está fazendo as necessarias averiguações.

D. M. FOX,
Superintendente.»



Túnel da cachoeira, em finalização de construção, 1867. Coleção Militão Augusto de Azevedo. Coleção Politécnica - USP. Reprodução MSAOAG.

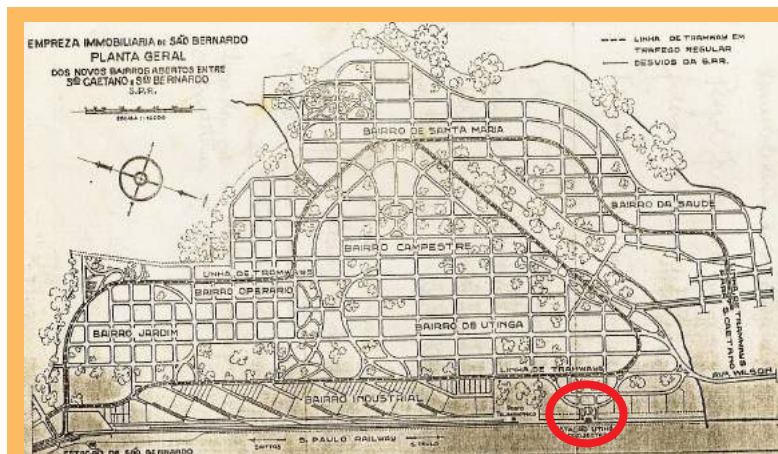
Em agosto de 2012 este bem foi tombado como patrimônio cultural da cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. As motivações para seu tombamento foram a sua permanência no tempo e na paisagem; sua importância simbólica como remanescente no meio urbano da trajetória da empresa São Paulo Railway e pelas características da arquitetura ferroviária.



Túnel da cachoeira, em primeiro plano Posto telegráfico Tunnel, c.1940. Reprodução Estações Ferroviárias do Brasil.



Levantamento aerofotogramétrico de 1958. Circulada a área do Posto Telegráfico de Utinga. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Croqui de loteamento organizado pela Empresa Imobiliária de São Bernardo em Santo André e São Caetano, 1925. Em destaque o Posto Telegráfico de Utinga. Coleção Serviço de Memória de SBC. Reprodução MSAOAG.

Nova estação na "S. Paulo Railway"

Serão iniciadas brevemente as obras da parada de Utinga, no município de São Bernardo

Uma boa notícia está reservada aos moradores de São Bernardo, São Caetano e adjacência, bem como para quantos, embora allí não residam, têm interesses ligados áquelle município: será inaugurada dentro de alguns meses, no lugar do actual posto telegraphico de Utinga, proximo ao kilometro 64 da linha da S. Paulo Railway, uma estação, que tomará o nome do posto.

A parada de Utinga ficará localizada entre São Caetano e São Bernardo, mais ou menos em frente á Fabrica de Cartuchos e Munições, ponto já regularmente povoado, o que torna de grande utilidade o melhoramento da "Ingleza".

A nova estação será construída em terrenos cedidos á São Paulo Railway, em virtude do contrato recentemente firmado, pela empresa Machado, Carvalho & Cia. e pelo sr. Cincinato Reichert, possuidores de terras nas margens daquela estrada.

As obras da nova estação, segundo nos informou, ainda, na superintendencia da São Paulo Railway, o dr. Balthazar Fideles, serão atacadas por todo este mez, devendo Utinga estar aberta ao publico até o fim do corrente anno. De accordo com o projecto dessas obras, já approvado, haverá em Utinga, além das competentes installações da estação, pátios para cargas, etc., um ponte de ferro, sobre a linha, medida sem duvida proveitosa para garantir a facilidade e a segurança do transitto de pedestres

nas proximidades da estação.

Dez trens diarios, em ambos os sentidos, farão parada em Utinga.

Com a construção da estação de Utinga, o município de S. Bernardo passará a contar tres paradas, na linha da São Paulo Railway: São Bernardo, São Caetano e Utinga. Trata-se, como se vê, de um melhoramento notavel e benéfico, sobretudo para as proximidades de São Caetano, Villa Prosperidade e Villa Metallurgica, zonas que se estendem á margem da via ferrea, habitadas por numerosos operarios e pequenos chacareiros. E é ainda uma medida que bem denota a importancia que vem assumindo o município de São Bernardo, actualmente centro industrial de grande relevo, o cujo progresso sempre crescente tomará por certo novo impulso, graças á iniciativa da S. P. R.

Essa iniciativa vem ainda completar melhoramentos que se observam dentro dos limites daquelle município, como a rectificação do Tamandatchy, já feita allí em varios trechos.

E não param allí os projectos de S. P. R. relativamente a essa zona, pois já se acham em estudos os planos para a construção da estação de Capuava, antes de Mauá.

A mesma estrada pretende, dentro de algumas semanas, inaugurar novo horario para os trens entre esta capital e Santos, augmentando-lhes o numero.

Uma boa noticia está reservada aos moradores de São Bernardo, São Caetano e adjacência, bem como para quantos, embora allí não residam, têm interesses ligados áquelle município: será inaugurada dentro de alguns meses, no lugar do actual posto telegraphico de Utinga, proximo ao kilometro 64 da linha da S. Paulo Railway, uma estação, que tomará o nome do posto.

Detalhe de artigo de jornal que noticia a inauguração da Estação de Utinga e sinaliza a presença do antigo Posto Telegráfico. Acervo digital do jornal O Estado de São Paulo, 19.03.1932.

Artigo de jornal que noticia a inauguração da Estação de Utinga e sinaliza a presença do antigo Posto Telegráfico. Acervo do jornal O Estado de São Paulo, 19.03.1932. Reprodução MSAOAG.

\\ Estação de Tratamento de Água Guarará

A organização de um sistema de água e esgoto em áreas centrais de Santo André tem pouco mais de um século. Antes disso, as pessoas faziam uso de poços particulares, chafarizes e torneiras públicas para captação de água. A deposição do esgoto era precária, feita por meio de fossas particulares e não em rede sanitária.

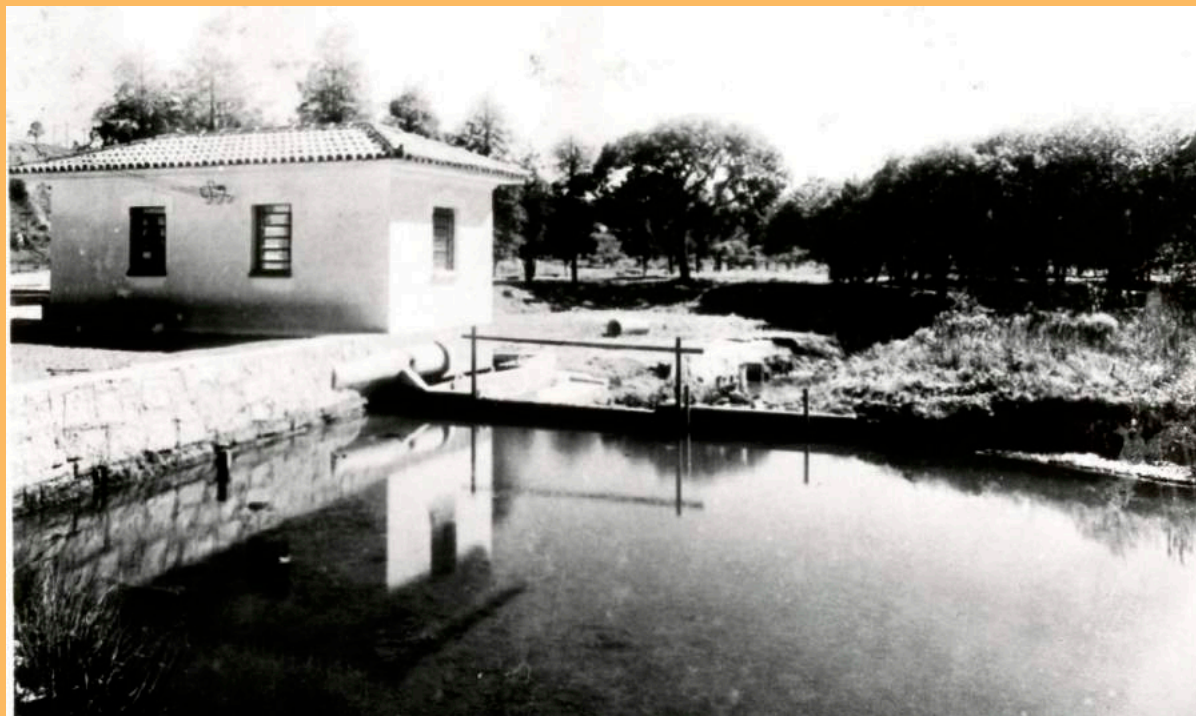


Comporta de represamento do ribeirão Guarará, nas proximidades onde atualmente está localizada a Estação de Tratamento de Água Guarará, Santo André, c.1925. Coleção Izabel Zerrenner. Acervo MSAOAG.

Bem	Estação de Tratamento de Água Guarará
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	06.05.1999
Homologação e inscrição	17.07.2002, inscrição nº 09 no Livro de Tombo
Localização	Rua Paulo Novaes esquina com Rua Laudelino Freire, Vila Vitória

Em 1912, com o incremento populacional e a presença de diversas doenças infectocontagiosas, os administradores municipais criaram o Serviço de Água e Esgotos, mas a primeira etapa dos trabalhos foi concluída apenas em 1915.

A água era captada no ribeirão Guarará e de uma pequena represa a água *in natura* era bombeada para uma caixa de alvenaria e de lá para um reservatório que distribuía para as residências. Ou seja, praticamente não havia tratamento da água. O esgotamento sanitário, por sua vez, continuava a ser realizado com fossa, e apenas poucas ruas contavam com rede que encaminhava o esgoto para rios não utilizados na captação de água.

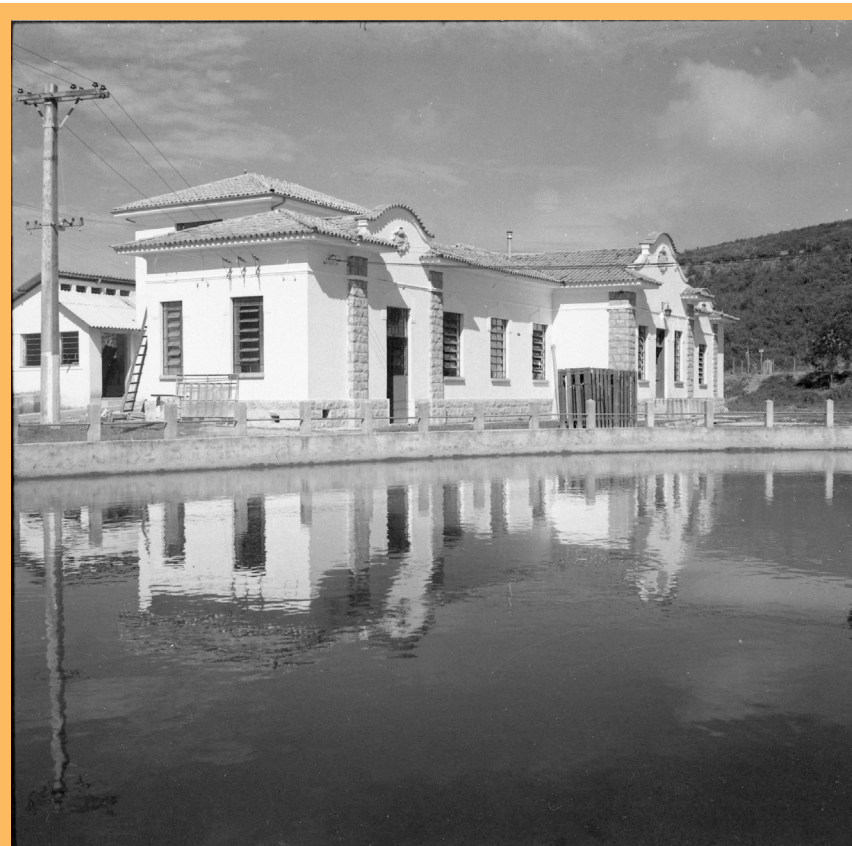


Represamento do ribeirão Guarará, em local próximo da Estação de Tratamento de Água Guarará, s.d. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

A ampliação do núcleo urbano levou a que novos estudos fossem realizados em 1937 para toda a região do ABC. Estes demonstraram que para o atendimento da população seria necessário captar e tratar água da Represa Billings. Contudo, a proposta era cara e foi abandonada provisoriamente. Como alternativa à necessidade premente de água foi realizado convênio em 1942 com o governo do Estado de São Paulo para que fosse construída uma sangria de água da recém construída Adutora Rio Claro que abastecia o município de São Paulo. Com os 10 milhões de litros/dia seria possível abastecer Santo André, São Bernardo e São Caetano.



Estação do Tratamento de Água Guarará, próximo da inauguração, cerca de 1943. Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



Vista da área de represamento de água e prédio da Estação de Tratamento de Água Guarará, cerca de década de 1950. Coleção René Schoeps. Acervo MSAOAG.

Santo André, contudo, mantinha a captação local. E, com vistas a melhorar a qualidade da água, uma das reclamações da população, inaugurou em 1943 novas instalações de um complexo composto da Estação de Tratamento de Água Guarará, que captava e tratava água dos ribeirões Guarará e Pedroso e encaminhava esta água para o reservatório Guarará.



Fachada da Estação de Tratamento de Água Guarará, década de 1980. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Laboratório de Análises da Estação de Tratamento de Água Guarará, década de 1980. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Foram criados outros reservatórios na Vila Dora, Paraíso e Gonzaga que serviam de apoio ao Sistema Rio Claro, além de receberem a água tratada da ETA Guarará. Dos reservatórios a água era distribuída para residências, comércios, hospitais, indústrias, entre outras instituições.

A ETA Guarará foi projetada pelos engenheiros Francisco Azevedo e Palma Travassos com elementos característicos da arquitetura Neocolonial luso-brasileira em sua fachada. Foi uma das primeiras implantações de estações compactas de tratamento de água no Brasil. E seu projeto original apresentava um modelo tecnológico até hoje utilizado tanto em estações compactas quanto em estações de grande porte. Era composta por tanque de decantação, tanque de chincanas, área de filtragem, sala de bombas, laboratório de ensaios químicos, sala de dosagem e depósito.

No entanto, a falta d'água perdurava o que levou à modernização da ETA Gua-

rará em 1954, ampliando a captação e purificação de litros diários. Apesar destes melhoramentos, esta captação ainda não era suficiente para toda a população. Foram, então, realizados convênios com a Sabesp e em 1958 iniciou-se a captação de água no lado direito da Represa Billings, deixando-se de captar água na adutora Rio Claro. Em 1969 foi criado o SEMASA – Serviço Municipal de Água e Saneamento de Santo André, ampliando-se o serviço de saneamento do município. Recentemente, em 2019, este serviço passou a ser de responsabilidade da Sabesp, sendo o abastecimento de água realizado pelo Sistema Rio Claro /Alto Tietê e Rio Grande/Billings. Com isso, o sistema de captação e tratamento de água junto à ETA Guarará foi desativado.

O Sistema de Tratamento de Água Guarará congrega importante valor como patrimônio cultural, sendo, inclusive, referência estadual. Deste modo, em maio de 1999, foi tombado como patrimônio cultural da

cidade pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, a partir de solicitação da sociedade civil, interessada na preservação desse mecanismo de captação de água para Santo André. Também são valores inerentes a este patrimônio cultural o fato de ser um marco de permanência na paisagem, por seu papel no processo de estruturação e desenvolvimento socioeconômico de Santo André, por manter elementos da arquitetura Neocolonial luso-brasileira exemplificados em sua fachada e por sua inserção nos programas de educação ambiental que desde 1998 recebem alunos, professores e pesquisadores com vistas a conhecer o funcionamento de um sistema compacto de tratamento de água.



Fachada principal e lateral da Estação de Tratamento de Água Guarará. Foto David Rego Jr., agosto de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da fachada principal, com destaque para a porta de acesso e platibanda em acabamento curvos. O fechamento da platibanda foi realizado em telha tipo colonial. Nota-se, também, a presença de molduras em volutas e brasão decorativo, além de adornos nas vergas das janelas e porta. Foto David Rego Jr., agosto de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da lateral da fachada principal com destaque para as falsas pilastras em pedras onde se apoiam os beirais e para o brasão decorativo com a inscrição da data de construção da Estação de Tratamento de Água Guarará. Foto David Rego Jr., agosto de 2022. Coleção CTAPC.



Área das chincanas e tanques de decantação que compunham as etapas do tratamento da água. Foto David Rego Jr., agosto de 2022. Coleção CTAPC.



A CIDADE MODERNA



120 – Centro Cívico de Santo André

128 – EMEIEF Professora Therezinha Monteiro de Barros Nosé

\\ Centro Cívico de Santo André

Bem	Centro Cívico de Santo André
Solicitante	Poder Público
Tombamento	19.10.2016
Homologação e inscrição	03.05.2018, inscrição nº 23 no Livro de Tombo
Localização	Praça IV Centenário, Centro

O crescimento populacional e o visível desenvolvimento econômico ocorrido desde os anos 1930 deflagrou a necessidade de centralização dos serviços municipais. Para tanto foram realizados pelo menos três projetos para construção de um Paço Municipal em Santo André, sem, no entanto, nenhum deles ser realizado seja por falta de condições orçamentárias, desmembramento de áreas do município ou mesmo um lugar que pudesse expressar a importância deste espaço para o município.

Havia um lugar, a Vila Maroca, sede da Chácara da família Bastos que era bem localizado e grande o suficiente para a construção de um Paço Municipal de acordo com as aspirações dos políticos e empresários locais. Mas, era preciso desapropriá-lo, o que foi proposto em 1944. O processo levou alguns anos, mas em 1948 o terreno passou a ser de propriedade da Prefeitura de Santo André. Contudo, às vésperas do IV Centenário de fundação da Vila de Santo André da Borda do Campo havia a necessidade de um espaço em que fosse possível

homenagear este momento e, ao mesmo tempo apresentar a pujança do município com uma feira industrial. Este foi, então, o primeiro destino deste local. A Feira Industrial com seus estandes ocupou uma parte significativa do local da antiga sede da Chácara Bastos e outra área foi ocupada pela Praça IV Centenário, onde se instalou um monumento em homenagem a João Ramalho, oferecido pela colônia portuguesa, e um Relógio oferecido pela colônia japonesa.

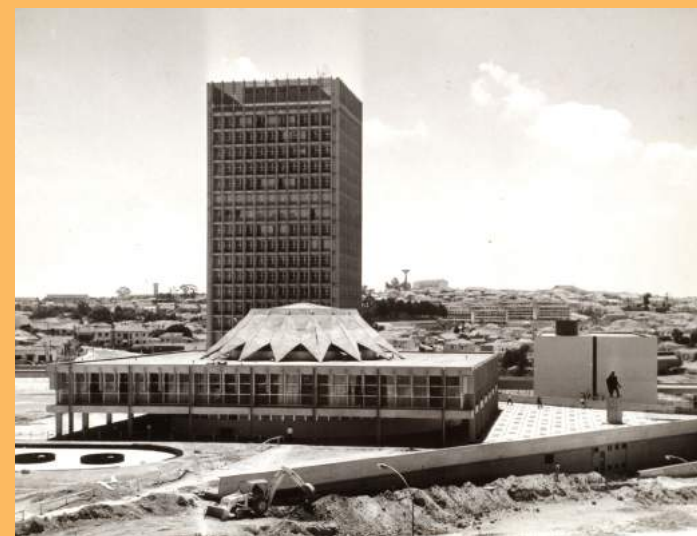
Apenas em 1964 surgiu a iniciativa de lançar um concurso para a construção de um Centro Cívico na Praça IV Centenário, que se deu em um momento fundamental para a consolidação do município no cenário econômico nacional.



Fioravante Zampol, prefeito municipal, lançando a pedra fundamental das obras do Centro Cívico de Santo André, 1966. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

A ideia estava lastreada em um contexto de progresso, valorização e criação de um símbolo compatível com a visão de futuro que se pretendia para a cidade. Este Centro Cívico deveria transmitir a imagem de um poder público local de vanguarda e articulação entre os três poderes – executivo, legislativo e judiciário –, dialogando, de algum modo, com a arquitetura moderna expressa pela nova capital federal, Brasília, que acabava de ser inaugurada também em 1960.

O projeto vencedor do concurso foi o dos arquitetos Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e Luis Roberto Carvalho Franco, com paisagismo de Roberto Burle Marx. A proposta apresentou uma concepção moderna de arquitetura, em que o Centro Cívico deveria ser um lugar monumental de convergência da população, algo como o coração de uma cidade inovadora e orgânica. Nesse sentido, a ideia central era a apropriação do espaço pela população em um lugar que deveria expressar um sentimento de orgulho dos munícipes.



Centro Cívico de Santo André em obras, final da década de 1960. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Cartaz de inauguração da primeira etapa do Centro Cívico de Santo André, 8.04.1969. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Maquete do Centro Cívico de Santo André, 1969. Projeto arquitetônico de Rino Levi e Arquitetos Associados e Projeto paisagístico de Roberto Burle Marx. Também presente o Fórum, cuja autoria era de Jorge Bomfim, Nelson Batistucci, Roberto Tross Monteiro e Walter Caprera. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

A proposta abrangeu os edifícios do Poder Executivo, da Câmara Municipal e o Complexo Cultural. Entre as edificações foram projetadas amplas praças para propiciar o contato humano e os intercâmbios sociais e culturais. O edifício do Fórum, por ser de propriedade do Estado, não fez parte do programa do concurso de arquitetura organizado pela prefeitura, mas, posteriormente os arquitetos Jorge Bomfim, Nelson Batistucci, Roberto Monteiro e Walter Caprera, elaboraram uma proposta que considerou e se integrou ao conjunto do Centro Cívico de Santo André.

Do ponto de vista da linguagem arquitetônica, nota-se o traçado geométrico rigoroso, com predominância de ângulos sobre curvas, além do paisagismo de Burle Marx que expressava o diálogo entre natureza, ser humano e a obra arquitetônica. Seu desenho no calçamento em mosaico português foi replicado em ladrilho hidráulico que

pavimentou diversas calçadas na área central da cidade, tornando-se um ícone de Santo André, tal como os pisos do mapa de São Paulo e as ondas de Copacabana, no Rio de Janeiro.

Destaca-se também o conjunto de três painéis em concreto nas paredes do hall de entrada do teatro e a tapeçaria de cerca de 26 metros de comprimento feita em tear manual especificamente para o Salão Nobre do prédio do Executivo, ambos de autoria de Roberto Burle Marx. Além destes elementos, destaca-se o mobiliário modernista de Jorge Zalszupin, presente em diversos andares do Prédio do Executivo, da Câmara Municipal e no Teatro, alguns deles produzidos especificamente para este projeto.



*Centro Cívico de Santo André em obras, final da década de 1960.
Coleção PSA. Acervo MSAOAG.*

Este complexo foi tombado por dois conselhos: em 2013, pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, e em outubro de 2016 pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Os motivos são sua permanência na paisagem por mais de 50 anos; por ser um significativo exemplar do movimento da arquitetura moderna paulista, projetado por profissionais renomados internacionalmente; e por explicitar importante valor imaterial e simbólico para a comunidade.



Vista aérea do centro de Santo André, com destaque para o Centro Cívico em finalização de obras. Veja-se também o EE Dr. Américo Brasiliense e os Correios, e a construção da passagem subterrânea junto à Avenida José Caballero, 1975. Coleção Almir Moreira da Cruz. Acervo MSAOAG.



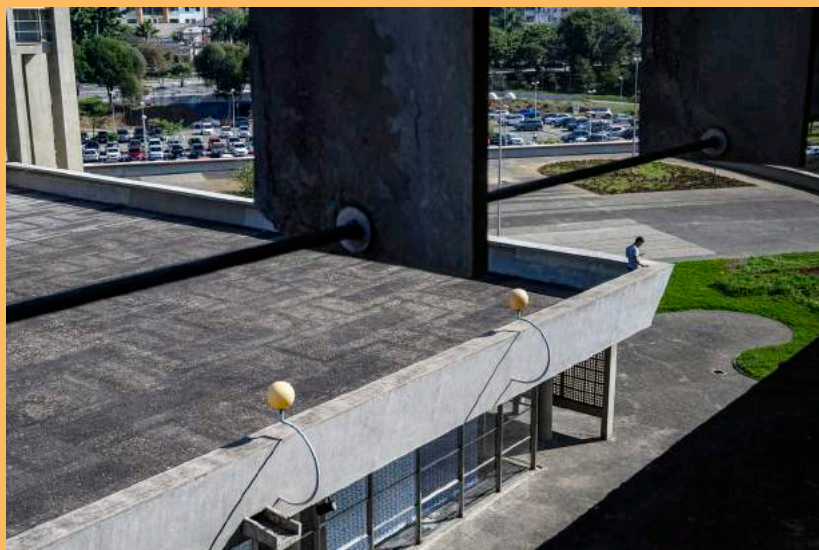
Vista panorâmica de Santo André, com destaque para o Centro Cívico de Santo André, 1998. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



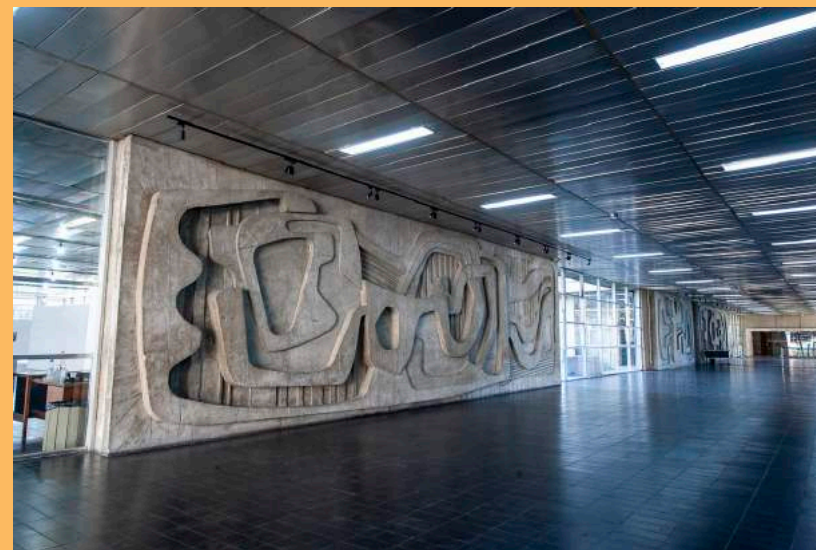
Detalhe do edifício da Câmara Municipal e do parlatório localizados na Praça Cívica – térreo 3 – Centro Cívico de Santo André. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista do Centro Cívico de Santo André a partir da Av. José Caballero. Em primeiro plano o estacionamento e o Térreo 1 – Praça de serviços, ao centro o Edifício Executivo, à esquerda o térreo 2 – Praça da Cultura que contém o Salão de Exposições, o prédio da Biblioteca e, ao fundo, parte do Teatro Municipal. À direita, ao fundo, o Edifício do Fórum localizado no térreo 3 – Praça Cívica. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista da Praça Cívica – Térreo 3 e da Praça Cultural – Térreo 2 a partir do prédio da Biblioteca. Vê-se, em primeiro plano, parte da estrutura dos brise soleil do prédio da Biblioteca. Em segundo plano se observa elementos que compõem o paisagismo de autoria de Roberto Burle Marx. Dentre eles, o piso em mosaico português do térreo 3 que serve de laje de cobertura para o Salão de Exposições, e, ao fundo e à direita o piso em mosaico português e os canteiros do térreo 2. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Em primeiro plano vê-se o piso da praça cultural de ligação entre o térreo 2 e o Teatro Municipal. Em destaque vê-se o tríptico de Roberto Burle Marx em concreto. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.

EMEIEF Professora Therezinha Monteiro de Barros Nosé

O local onde hoje está a EMEIEF Professora Therezinha Monteiro de Barros Nosé ficava nas proximidades de um dos antigos caminhos que ligava São Paulo à Santos. Localizado em uma região que hoje conhecemos como Vila Alpina, fazia parte de uma propriedade que possivelmente era um sítio de veraneio pertencente a José Pires Castanho, corretor de café e morador em Santos. Ao longo das décadas de 1920 e 1930 a área foi loteada, sob influência do loteamento do Bairro Jardim que ocorreu no começo dos anos 1920. A área hoje ocupada pela escola era onde se localizava a sede do sítio que foi desapropriada em 1967.

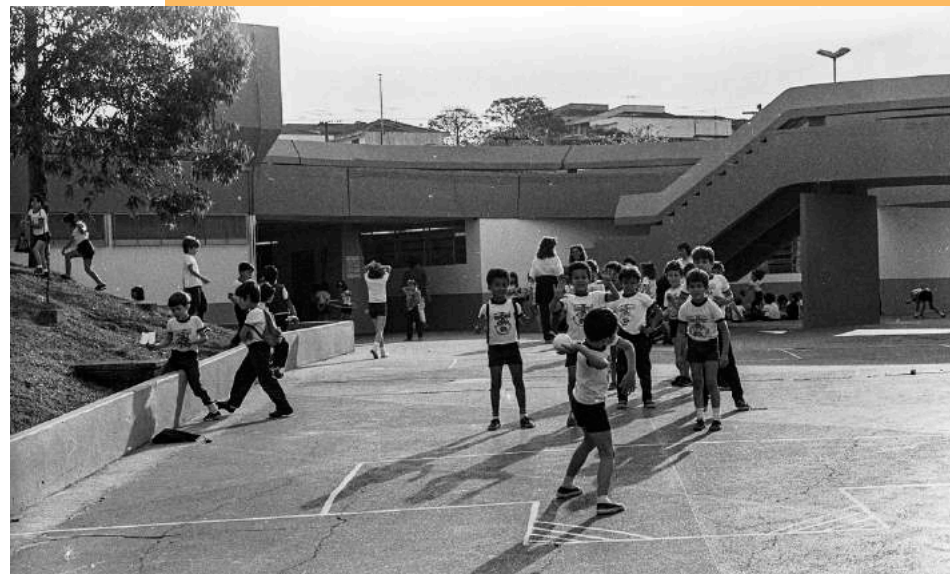
Bem	EMEIEF Professora Therezinha Monteiro de Barros Nosé
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	11.12.2018
Homologação e inscrição	08.07.2021 inscrição nº 25 no Livro de Tombo
Localização	Rua João Fernandes, 145, Bairro Jardim



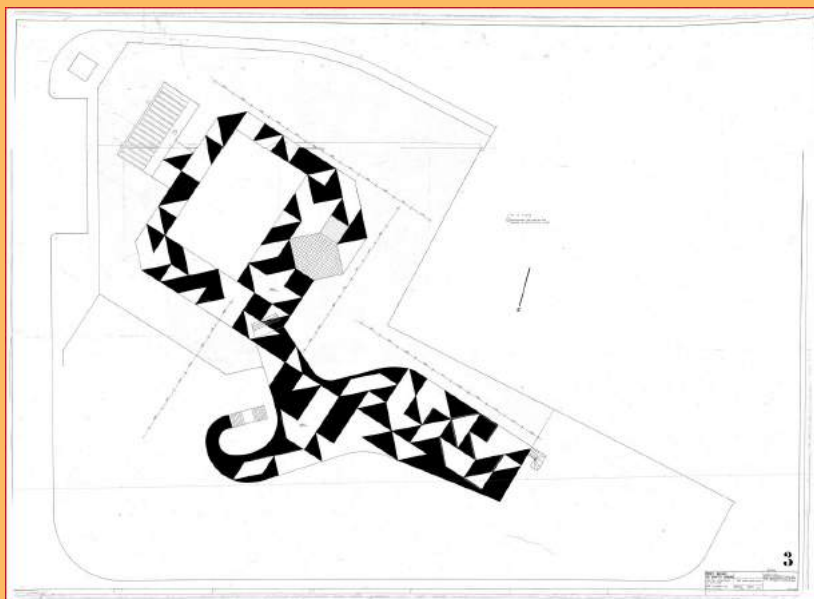
Acessos às salas de aula e ao pátio descoberto superior, 1992. Foto Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Esse complexo educacional foi construído em 1970 para atender um projeto pedagógico experimental possivelmente alinhado a uma política pública voltada para a educação pré-escolar em vigor naquele momento em que a cidade de Santo André investia em infraestrutura urbana, buscando na arquitetura moderna um símbolo de progresso e modernidade.

Projetada por reconhecidos profissionais da arquitetura moderna brasileira – João Batista Vilanova Artigas, Marlene Yurgel – a edificação evidenciava conceitos inovadores para sala de aula, para equipamentos pedagógicos e para os espaços livres, que resultaram em uma escola com características diferenciadas com ambientes favoráveis ao desenvolvimento infantil com espaços para brincadeiras e integração entre o ensino formal e a vivência a partir de espaços experimentais, jardins, brinquedos educativos, piscina, entre outros. Também coadunava com esta perspectiva arquitetônica e pedagógica o projeto paisagístico elaborado pelo artista plástico e arquiteto Waldemar Cordeiro, que criou um desenho com inspiração concretista para o piso da laje sobre a edificação, além de alguns equipamentos lúdicos para as crianças.



Crianças em atividade na EMEI Terezinha Monteiro Barros Nosé, 1992. Foto: Fernando Ferreira. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Desenho de piso da laje terraço de autoria de Waldemar Cordeiro, dezembro de 1972. Coleção e Acervo PSA/EADCO.



Foto da maquete da escola, na esquerda superior está a quadra, ao centro a laje-terraço com as salas de aula, no nível inferior e à direita a piscina de crianças maiores. Autores do projeto são os arquitetos João Batista Vilanova Artigas e Marlene Yurgel e o projeto paisagístico de Waldemar Cordeiro. Disponível em www.vilanovartigas.com



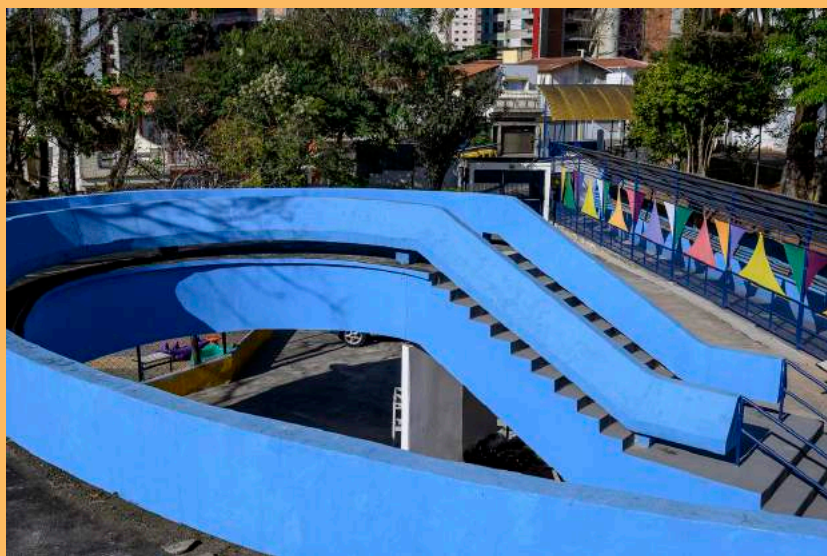
Piscina destinada a crianças na ocasião em que funcionava o Centro Comunitário de Vila Alpina. Na atualidade funciona o Nanasa. Foto Beto Garavello, 1992. Acervo MSAOAG.

Após diversas reformas, algumas destas características foram alteradas, mas se mantém a proposta arquitetônica de integração da criança com espaços que garantam seu desenvolvimento escolar.

A edificação foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André em dezembro de 2018. Sua valorização como patrimônio cultural protegido se deve ao caráter experimental do projeto pedagógico e pelo investimento em uma política pública voltada para a educação pré-escolar na década de 1970; a relevância que a escola teve e tem para a cidade como um espaço público qualificado projetado para ser um ambiente favorável à aprendizagem, ao conhecimento e desenvolvimento infantil; pela importância que a obra exerce no rol

das obras dos arquitetos e paisagista envolvidos no projeto; por ser parte integrante de um processo de modernização da cidade em um momento em que houve grande investimento público em equipamentos urbanos voltados para a educação pré-escolar.

Além do prédio da EMEIEF, o tombamento integra ainda outros espaços que faziam parte do projeto original, como a quadra do atual Ginásio Esportivo Vila Alpina, a piscina atualmente sob administração do Núcleo de Natação Adaptada de Santo André (NANASA), as áreas livres e verdes do conjunto.



Escada de acesso ao pátio descoberto e   laje terraço da escola, que originalmente tinha um desenho de piso de autoria do artista plástico e paisagista Waldemar Cordeiro. A laje funciona como cobertura das salas de aula, área de recrea o e como acesso a outras áreas da escola - atualmente ocupada pelo Ginásio de Esportes e a quadra da escola. Destaca-se a linguagem moderna da escada em curva e guarda corpo em concreto aparente, atualmente pintado na cor azul. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Cole o CTAPC.



Quadra coberta que na ocasião integrava o Centro Comunitário de Vila Alpina. Na atualidade funciona o Ginásio Esportivo Vila Alpina. Foto Fernando Ferreira, 1992. Acervo MSAOAG.



Laje terraço. Notar o guarda corpo e caixa d'água em concreto armado. À direita vê-se o pátio de acesso às salas de aula e ao fundo a área da antiga piscina da escola, hoje ocupada pelo NANASA. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Laje terraço que funciona como um pátio descoberto e cobertura das salas de aula existentes no pavimento inferior. Ao fundo bifurca à direita, acessa o nível intermediário, chegando à quadra de esporte e, no térreo, às salas de aula; à esquerda dá acesso à área de recreação e a outras áreas da escola. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista geral da laje terraço, em primeiro plano o acesso às salas de aula. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Acesso entre a laje terraço e as salas de aula, à direita, coletor de águas pluviais em concreto armado. Foto: Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



A VIDA JUNTO A SERRA DO MAR



- 137** – Vila de Paranapiacaba e arredores
- 146** – Nascente do Rio Grande em Santo André
- 153** – Manifestações culturais oriundas da valorização, preservação, cultivo, saberes e fazeres das comunidades serranas relacionadas ao cambuci



\\ \\ \\ Vila de Paranapiacaba e arredores

Bem	Vila de Paranapiacaba e arredores
Solicitante	Poder Público
Tombamento	12.09.2002
Homologação e inscrição	07.07.2003, inscrição nº 10 no Livro de Tombo
Localização	Final Rodovia Deputado Antonio Adib Chammas, SP-122, Paranapiacaba

Paranapiacaba é uma vila ferroviária que se organizou nos meados do século XIX a partir da construção da ferrovia, eixo de ligação entre o porto de Santos a Jundiaí. A construção da primeira linha ferroviária iniciou-se em 1860 e foi inaugurada em 1867. Este era o momento em que a produção agrícola de São Paulo crescia, especialmente com o café, produto altamente

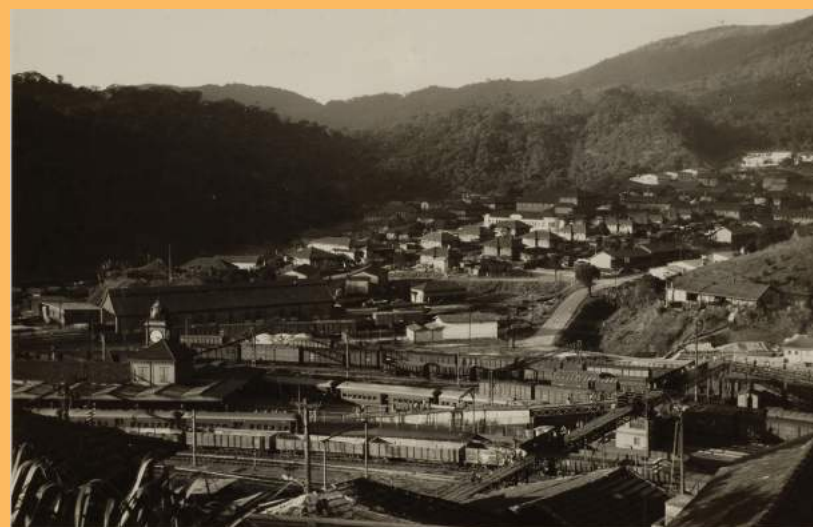
apreciado na Europa, traduzindo-se em excelentes lucros para os cafeicultores. Contudo, havia um gargalo: a logística de transporte e exportação. O transporte ainda era feito por meio de tropas de muares, condição muito difícil, especialmente na descida da Serra do Mar. Uma linha ferroviária seria uma forma de melhorar esta questão.



Viaduto da Grotta Funda, Planos Inclínados da Serra denominado também como Serra Velha, s.d. Coleção Antonio Carlos Rizzo. Acervo MSAOAG.



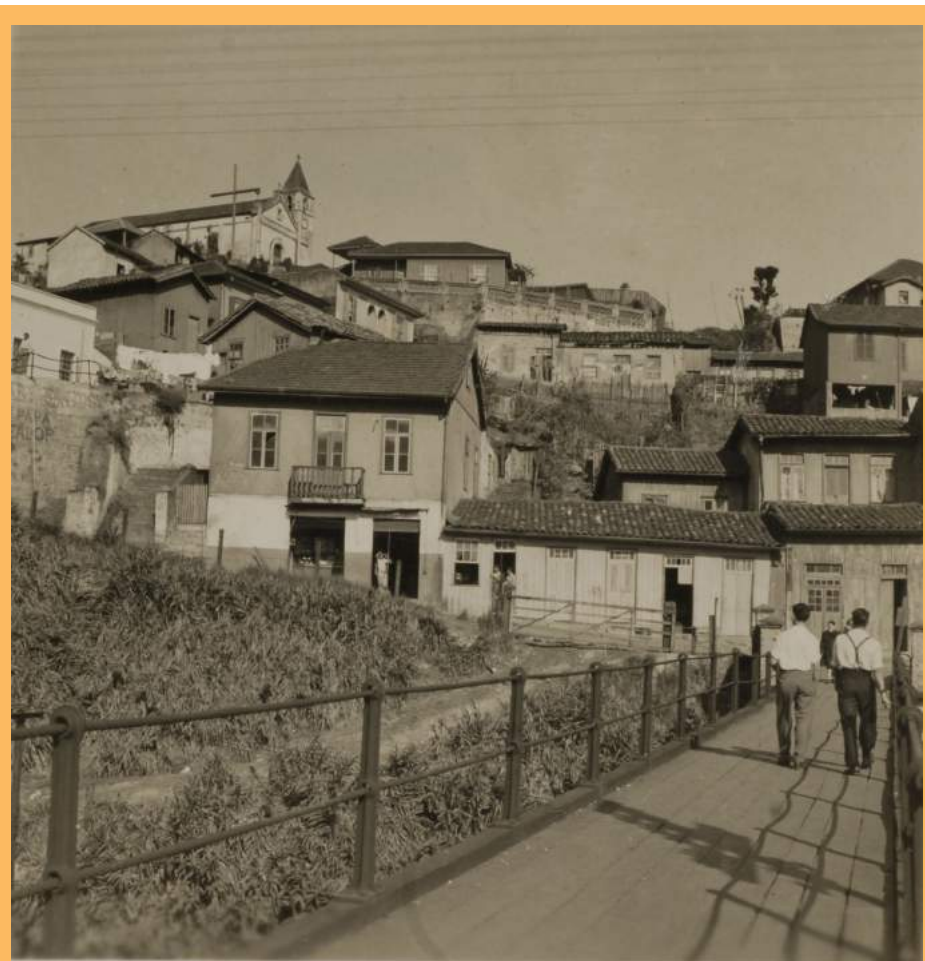
Funcionários e diretores da São Paulo Railway em frente à edificação da 5ª Máquina dos Novos Planos Inclinados da Serra, início do século XX. Coleção Maria Helena Fornero Senati. Acervo MSAOAG.



Vista panorâmica do Pátio Ferroviário com destaque para a Estação Ferroviária e Passarela. Ao fundo, a Vila Martin Smith, Paranapiacaba, s.d. Foto Carlos Haukal. Coleção Dalvira Ribeiro Cangussú. Acervo MSAOAG.

A obra não foi fácil, especialmente na Serra do Mar, muito íngreme e com solo sujeito a desabamentos. Este foi o último pedaço a ser finalizado. E, diante da tecnologia utilizada para vencer o desnível do litoral ao planalto – os Planos Inclinados da Serra – foi necessário manter trabalhadores no Alto da Serra que se dedicassem a conservação e manejo dos trens para descida e subida que era feita por meio de patamares. Com esta necessidade estabeleceu-se uma primeira ocupação bastante simples na Parte Baixa, em área conhecida como Varanda Velha. Paralelamente a esta ocupação, o alto do morro que se encontrava do outro lado da linha ferroviária passou a ser ocupado por pequenos comércios que serviam aos trabalhadores. Em 1884, foi lançada neste espaço, denominado Parte Alta ou Morro da Capela, a pedra fundamental da Capela de Senhor Bom Jesus, fundamental para os serviços religiosos da comunidade que crescia rapidamente.

Vista do Morro da Capela ou Parte Alta a partir da passarela ou ponte que permite a passagem sobre o Pátio Ferroviário, Paranapiacaba, década de 1950. Foto e Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.





Grupo de amigos em visita a Sociedade Recreativa e Desportiva União Lira Serrano, Avenida Antonio Olyntho, s.d. Coleção José Sant'Anna. Acervo MSAOAG.

O aumento das necessidades de transporte levou à duplicação da linha ferroviária, com obras que se iniciaram em 1896, destacando-se, no caso da descida da Serra do Mar, a instalação de um novo sistema que passou a correr paralelo ao anterior e era denominado Novos Planos Inclinados da Serra. Com este novo sistema, a quantidade de trabalhadores foi ampliada, não sendo mais possível manter uma vila nas condições anteriores à duplicação. Com isso, foi projetada a Vila Martin Smith, na Parte Baixa, com um traçado de arruamento planejado, residências construídas em madeira em sistema pré-fabricado, tipologias diferenciadas a depender da hierarquia funcional dos trabalhadores, dotadas de água encanada e esgoto, ruas arborizadas e espaços de lazer, esporte e cultura. A intenção ali era perenizar o núcleo urbano em condições que se pudesse realizar o trabalho ferroviário.

A construção e exploração da via férrea foi concedida à São Paulo Railway por 90 anos e foi encampada pelo governo federal em 1946. A partir de então, iniciou-se um período de reformulação do transporte ferroviário, com eletrificação do sistema em 1959. Paranapiacaba, por sua vez, passou por um período de ampliação de edificações, então em alvenaria. Contudo, a mais importante mudança ocorreu em 1974 com a instalação do sistema cremalheira aderência no sistema de transporte pela Serra do Mar.

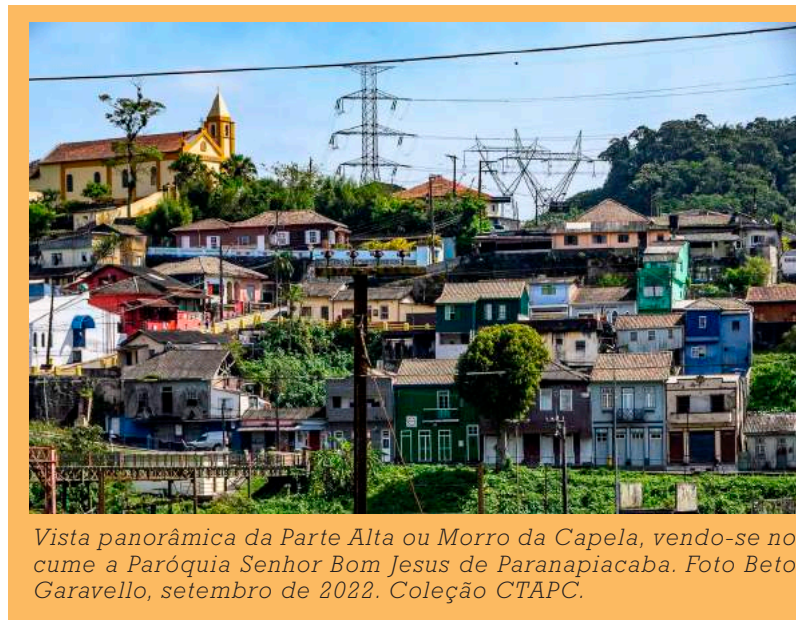
Com esta inovação não eram mais necessários tantos trabalhadores e com isso Paranapiacaba perdeu seu papel fundamental no controle do tráfego serrano.

O espaço foi sendo esquecido, com menor manutenção das residências e equipamentos, tanto que nos anos 1980 alguns ex-funcionários, arquitetos, moradores e funcionários públicos interessados no patrimônio cultural criaram o Movimento Pró-Paranapiacaba, visando cobrar a salvaguarda de Paranapiacaba. Esta movimentação da sociedade culminou no tombamento da vila e seu entorno pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, em 1987.

Um fato novo no começo do século XXI foi a liquidação da Rede Ferroviária Federal que era quem detinha a propriedade da vila e, desde então, a linha férrea foi concedida para a iniciativa privada. Paranapiacaba, que não tinha interesse para a empresa concessionária foi adquirida pela Prefeitura de Santo André em

21.01.2002. Desde então, tem sido o poder público municipal aquele que estabelece políticas públicas para a conservação e uso deste sítio histórico.

Em anos mais recentes, em setembro de 2002 Paranapiacaba foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André e em 2008 foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Cada um dos tombamentos tem diferenças entre si, mas, no caso do tombamento municipal este valoriza a importância do núcleo urbano que concentra a Parte Alta ou Morro da Capela, Varanda Velha e Vila Martin Smith, a área do pátio fer-



Vista panorâmica da Parte Alta ou Morro da Capela, vindo-se no cume a Paróquia Senhor Bom Jesus de Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

roviário até a divisa com Cubatão e a linha férrea e faixa de domínio da ferrovia até a divisa com Rio Grande da Serra. Também é tombada a área natural da Serra do Mar até a divisa com Mogi das Cruzes e Santos, que abrange o Parque Natural Municipais Nascimentos de Paranapiacaba.



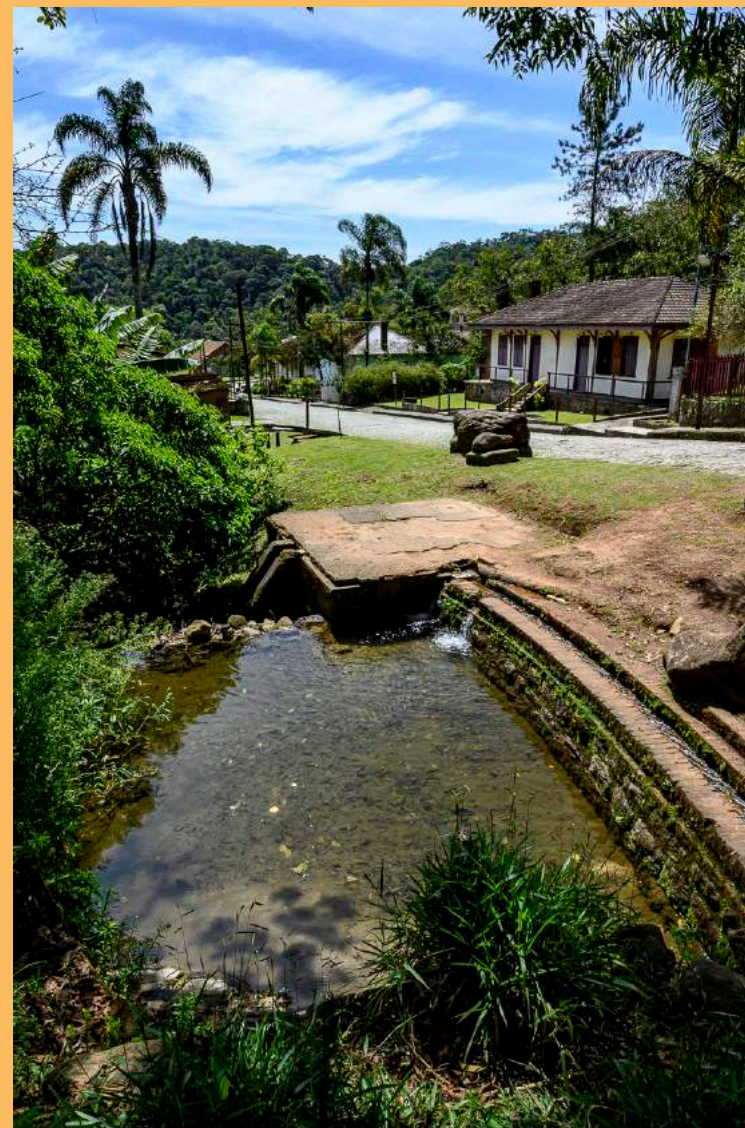
Passarela metálica denominada Ponte Francisca Cavalcanti de Araújo que liga a Parte Alta ou Morro da Capela à Parte Baixa. Em primeiro plano, vê-se o muro de arranque em tijolos e abaixo o pátio ferroviário. Ao fundo, vê-se o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba e o Castelinho, antiga residência do engenheiro chefe. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista panorâmica de parte da Vila Martin Smith, que integra a Parte Baixa de Paranapiacaba. Em primeiro plano à esquerda vê-se o antigo Mercado e em segundo plano se observam residências e a edificação de dois andares denominada União Lira Serrano. Ao fundo, vegetação que compõe o Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe de edificação em madeira construída pela empresa ferroviária São Paulo Railway na Avenida Fforde. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista de parte da Vila Martin Smith. Em primeiro plano vê-se parte do sistema de drenagem da Vila. As águas que passam pela canaleta provêm de tanques de armazenamento executado pela empresa ferroviária São Paulo Railway. Neste ponto se observa uma pequena barragem e ao fundo residências denominadas popularmente de casas de engenheiros da Avenida Rodrigues Alves. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

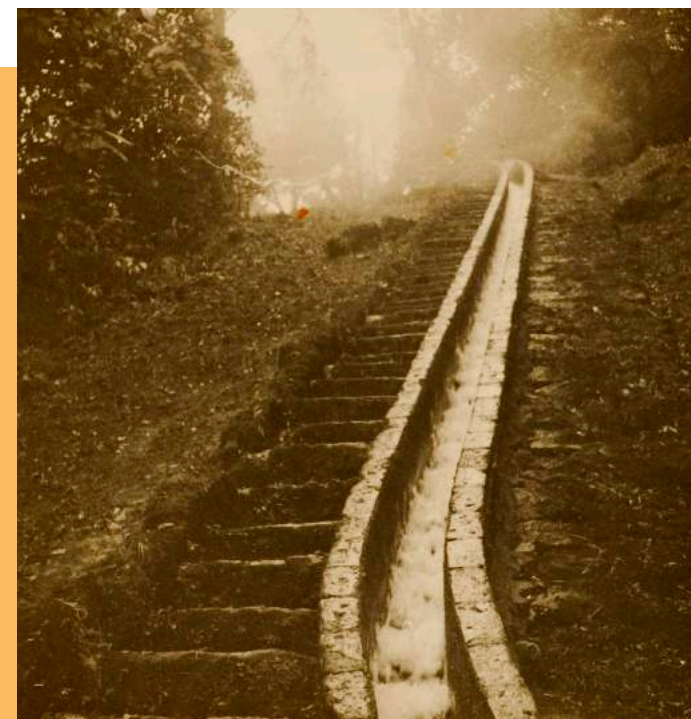


Vista panorâmica do pátio ferroviário, com destaque para a passarela metálica Ponte Francisca Cavalcanti de Araújo. Em segundo plano a antiga oficina de trens, atual Estação do trem Expresso turístico e as residências da Vila Martin Smith. Ao fundo, vegetação da Serra do Mar. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

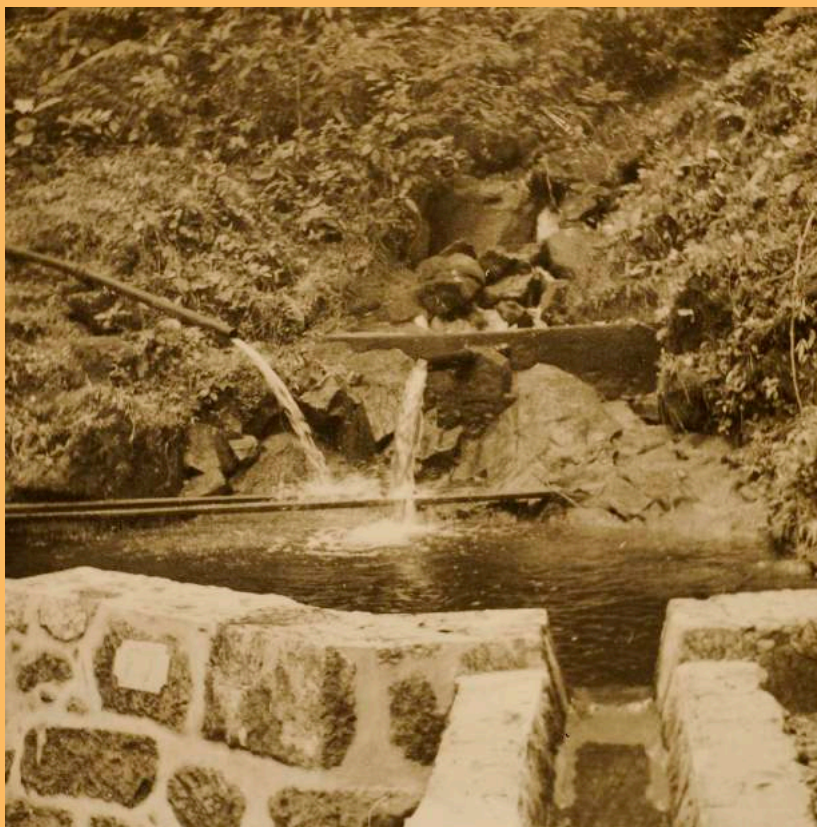
\\ \\ \\ Nascente do Rio Grande em Santo André

Esta nascente é a principal formadora do rio Grande (ou Jurubatuba), importante rio para a Região Metropolitana de São Paulo. Suas águas, à medida que percorrem para além dos limites de Santo André, alimentam a Represa Billings. Normalmente causa espanto saber que as águas que afloram desta nascente, tão límpidas e próprias para o banho, dão origem ao mesmo rio Pinheiros da cidade de São Paulo.

Bem	Nascente do Rio Grande em Santo André
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	08.10.2013
Homologação e inscrição	09.11.2016, inscrição nº 22 no Livro de Tombo
Localização	Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, Santo André



Canaleta do Sistema de Captação de Água criado pela São Paulo Railway, Paranapiacaba, cerca de década de 1950. Foto e Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



Olho d'Água do Sistema de Captação de Água em Paranapiacaba, cerca de década de 1950. Foto e Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.

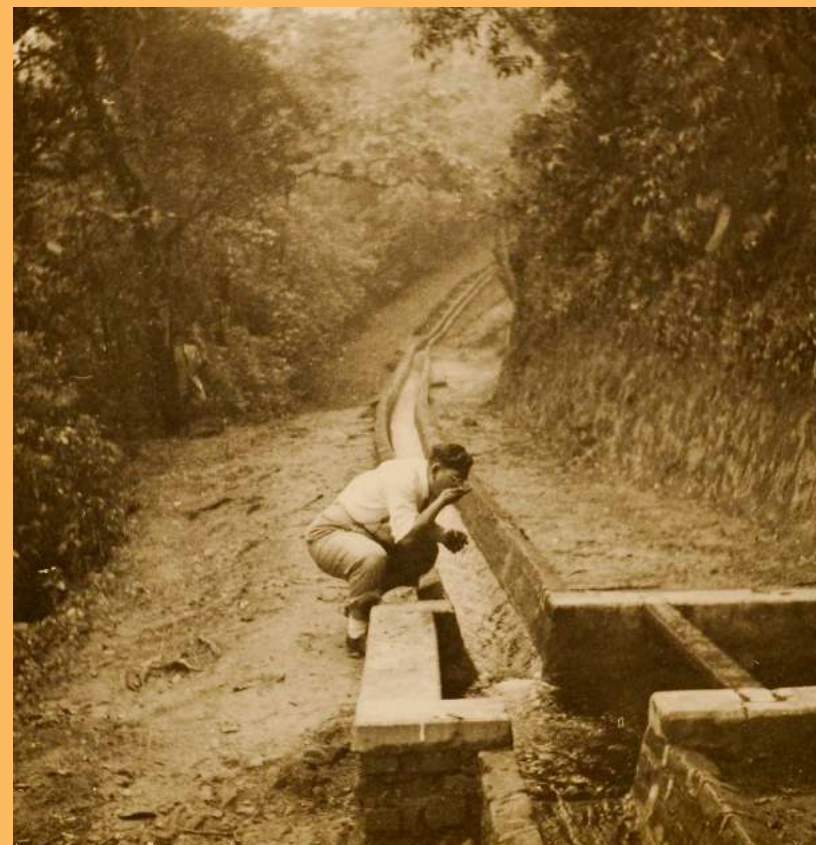
A nascente que dá origem ao Rio Grande brota em Santo André nas encostas mais altas da Serra do Mar, em altitude de 1.095 metros, e localiza-se próximo à divisa com Santos e Mogi das Cruzes. Encontra-se no interior do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba, dentro do perímetro do tombamento da Vila de Paranapiacaba, e integra uma rede de mananciais com forte presença na história do manejo das águas urbanas paulistas. Esta nascente, entre outras que se transformam nos rios que abastecem de água as diferentes atividades humanas, testemunha desafios colocados entre a ação humana e da natureza ao longo dos séculos.

Um bom exemplo para compreender esta interação foram as grandes obras de implantação da linha férrea na Serra do Mar e o funcionamento da Vila de Paranapiacaba que se instalou neste ponto em razão da estratégica rede de água densamente rica. A própria São Paulo Railway, no final do século XIX, tinha certeza da importância desses mananciais que cuidava com muito zelo, pois necessitava de quantidade crescente de água para o suprimento de seu empreendimento.

Alterações ocorridas com a implantação da barragem da Represa Billings, na década de 1920, comprometeram não apenas as condições naturais, mas também a noção de continuidade desse curso d'água. Mas, com estudos geográficos foi possível determinar o seu papel na produção de água límpida para esta Represa. Em momentos mais recentes, na década de 1950, o abastecimento da Região Metropolitana de São Paulo se configurou em um novo objetivo, com o uso

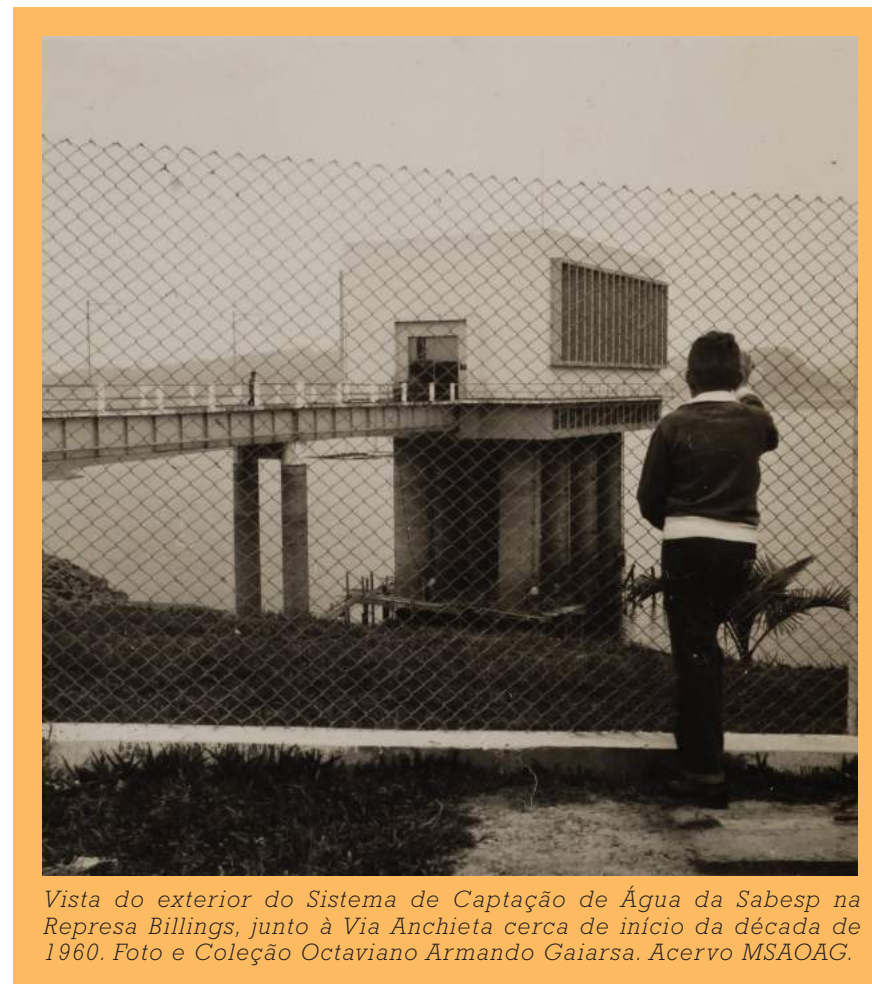
de água da Represa Billings para consumo humano. Nesta importante atividade de produção de água que atinge quase a totalidade da população do ABC, tem-se a participação ativa dessa pequena nascente produzindo água no alto da Serra do Mar.

Além disso, outras relações se estabelecem com esta nascente e os pequenos córregos que podem ser encontrados no Parque Municipal Nascentes de Paranapiacaba: destacam-se a fruição do ambiente natural, as expedições nas trilhas e a simples contemplação da paisagem. É um novo tipo de vivência com a água, agora mais voltada para o estabelecimento de conexões ecossistêmicas, vinculando esta nascente a todo o sistema constituído por áreas de remanescentes de Mata Atlântica e regiões urbanas que dependem de seu abastecimento.



Visitante junto à canaleta do Sistema de Captação de Água criado pela São Paulo Railway, Paranapiacaba, cerca de década de 1950. Foto e Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.

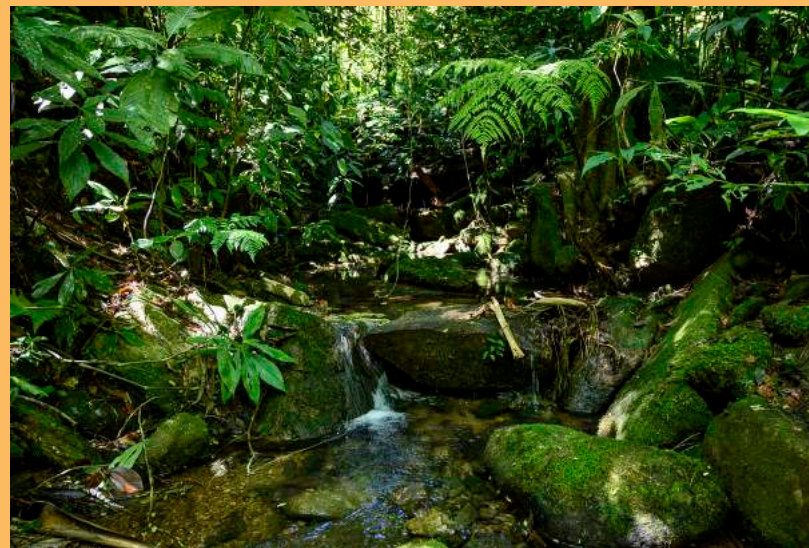
Em outubro de 2013 a nascente que origina o Rio Grande foi tombada como patrimônio cultural do município pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, considerando que é um elemento de importância como origem de relevante curso d'água, estabelecendo limites que extrapolam o município e são de significativo impacto regional e estadual.



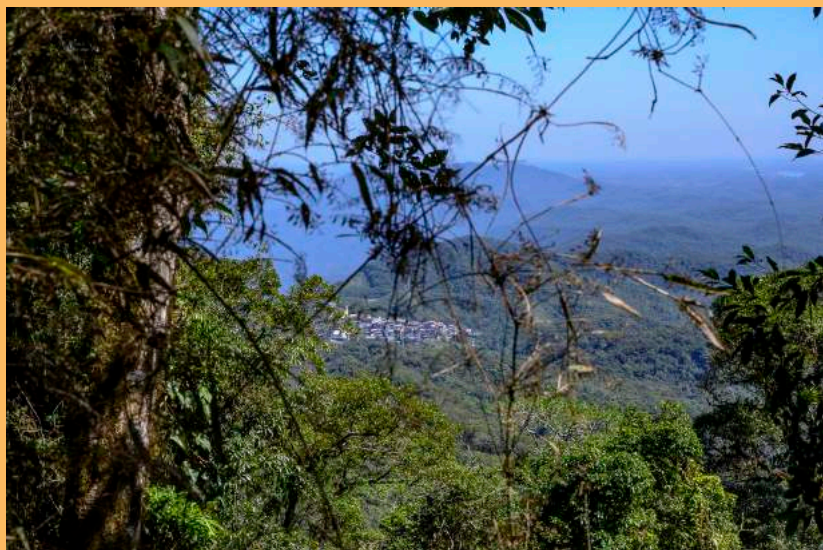
Vista do exterior do Sistema de Captação de Água da Sabesp na Represa Billings, junto à Via Anchieta cerca de início da década de 1960. Foto e Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo MSAOAG.



Detalhe da Trilha da Comunidade de Seo Ventura, acesso à nascente do rio Grande que se encontra em Santo André. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe do córrego da Água Fria junto à estrada do Taquarussu para acesso à Trilha da Comunidade de Seo Ventura e à nascente que dá origem ao rio Grande localizada em Santo André. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



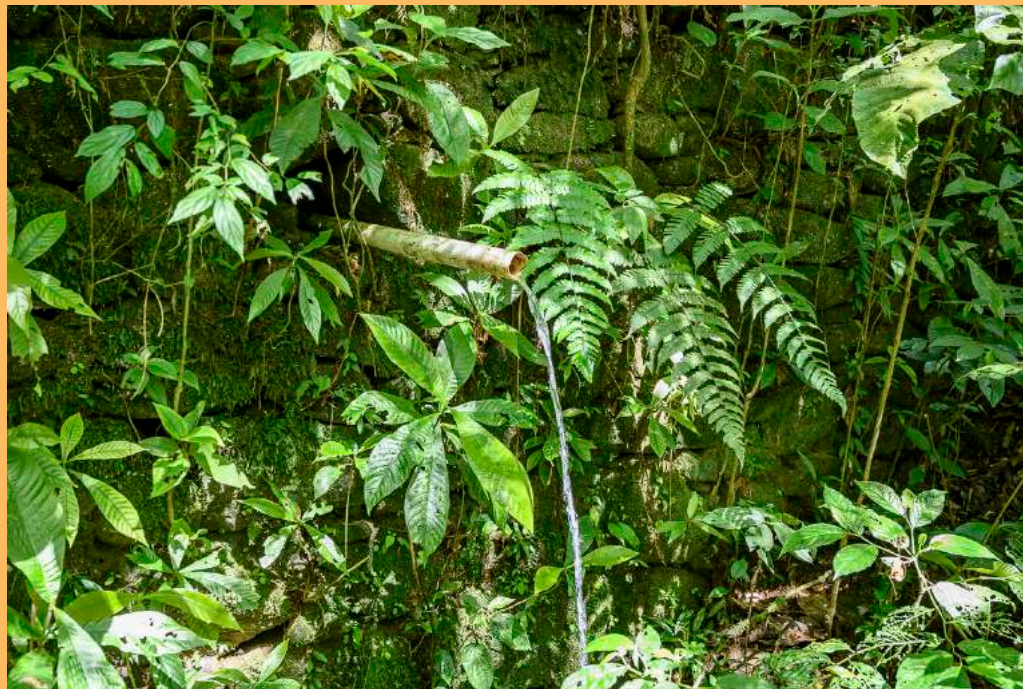
Vista panorâmica do alto da Serra, nas proximidades da divisa de Santo André e Santos. Vê-se o Morro da Capela ou Parte Alta, Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Pedras amontoadas pelos participantes da comunidade de Seo Ventura, que atuou na região entre a década de 1970 e 1980. Segundo informações coletadas com moradores, o intuito era armazenar as pedras para a construção de uma edificação sede da comunidade, o que acabou não se realizando. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista de um dos olhos d'água da nascente que dá origem ao Rio Grande, patrimônio cultural tombado pelo COMDEPHAAPASA. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Pequeno represamento da água da nascente que dá origem ao Rio Grande realizada pela comunidade de Seo Ventura. Deste ponto a água era encaminhada para uso da comunidade. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

\\ \\ \\ Manifestações culturais oriundas da valorização, preservação, cultivo, saberes e fazeres das comunidades serranas relacionadas ao cambuci

Cambuci ou cambucizeiro, anteriormente denominado também como ubucambuci, é uma árvore frutífera nativa da Mata Atlântica. Foi descrita pela primeira vez em 1857 por O. Berg. O nome científico do Cambuci é *Campomanesia phaeae* tem ocorrência registrada em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, sendo nativa desta região, onde era frequente no passado. Esta árvore deu nome a um dos bairros mais antigos de São Paulo: o Cambuci que deve ter sido assim denominado pela quantidade que poderia ser encontrada nesse local que se configurava como uma espécie de divisa entre a área urbana e a rural. Dali saía o caminho que ia sentido o Caminho do Mar para Santos, utilizado por tropeiros e viajantes. Em seguida, utilizava-se a rua Lavapés para chegar ao centro de São Paulo.

Bem	Manifestações Culturais associadas ao Cambuci
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	11.09.2012
Homologação e inscrição	04.08.2013, inscrição nº 02 no Livro de Registro
Localização	Mata Atlântica

Ouvi dizer que ainda se acha com frequencia pelo lado da Penha, e um amigo, que durante alguns annos residiu em Pilar, me affirmou que o cambuci é silvestre naquelle logar. Apezar de conhecer bem a vegetação desta zona, nunca o observei nas minhas excursões. Sei que é uma myrtacea e vi muitas vezes os seus fructos (que o povo costuma pôr em caxaça) mas não possuo folhas e flores.

Em nenhum livro achei mencionado o seu nome vulgar.

Tambem me faltam dados sobre o naturalista João Manço Pereira.»



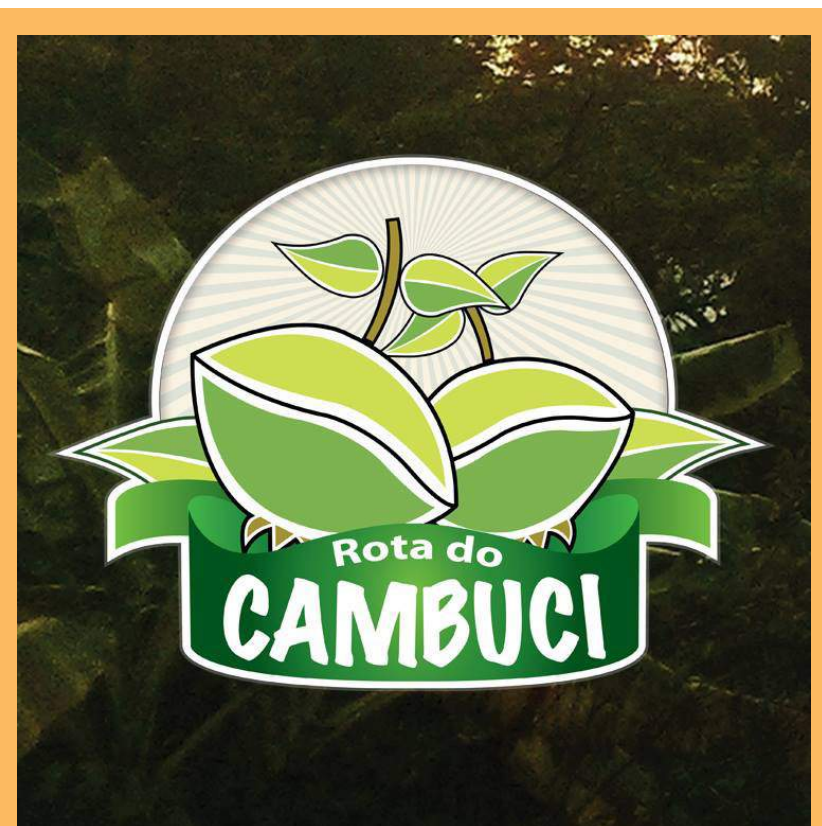
« Tenho noticia que nessa cidade de São Paulo, em um quintal das casas que eram do chantre da Sé, onde morou o secretario que foi desse governo, Thomaz Pinto da Silva, havia uma arvore, que produz certo fructo agreste, de côr verde, sumarento e acido a que os naturaes dessa capitania chamam Ubucambuci: e que a casca da mesma arvore pcr ser muito medicinal era procurada e se costumava applicar á molestias graves: e como me parece necessario que se examine radicalmente, qual a virtude da referida casca, a que molestias é indicada e o modo e quantidade porque se usa della, recommendo muito a V. S. que encarregue desta diligencia o naturalista João Manço Pereira ou qualquer outra pessôa que tenha conhecimento deste objecto e que me informe sobre elle com toda a individualção, remettendo-me por amostra uma porção da referida casca, para aqui se experimentar em algum dos hospitaes e se poder depois providenciar o que parecer conveniente. Deus guarde etc. etc. — Lisbôa, 11 de outubro de 1802. — B. RODRIGO DE SOUSA COUTINHO. »

Diversos recortes de artigo "O Cambuci" da Revista "Chacaras e Quintaes", de autoria de Dr. Gustavo Edwall. Volume 7, nº 4, abril de 1913. Fonte Biblioteca Nacional Digital.

A madeira deste espécime era bastante apreciada para a produção de pequenos objetos de marcenaria e com isso tornou-se rara. O artigo da Revista *“Chacaras e Quintaes”* de 1913 já identificou a dificuldade em encontrá-la no centro de São Paulo, sendo vista apenas em um quintal da região da Sé. Mas, além do uso da madeira, o autor do artigo, Dr. Gustavo Edwall, Secretário de Agricultura de São Paulo, identificou neste mesmo artigo outros usos para o Cambuci: o uso medicinal da casca, além de frutos embebidos em aguardente.

E é exatamente este uso, curtida na cachaça, que era bastante frequente e popular na Serra do Mar, especialmente em Paranapiacaba. Segundo memórias coletadas junto a ferroviários a cachaça aquecia em meio à garoa, neblina e frio, e com cambuci ficava mais saborosa. João Ferreira, antigo morador desta localidade, lembra que nos anos 1930 e 40, ele e outros meninos saíam para buscar o cambuci nas matas ao redor da vila e voltavam com muitos frutos que quando maduros eram cortados ao meio e com um pouco de açúcar na polpa ficavam ainda mais gostosos.

As memórias, associadas aos saberes e fazeres que tanto a madeira, casca, folhas e frutos do cambucizeiro permitem, foram objeto de solicitação de registro, uma vez que especialmente as frutas foram sendo incorporadas aos hábitos alimentares. Sua polpa carnuda, suculenta e levemente ácida permite a produção



Logomarca da Rota do Cambuci. Reprodução MSAOAG.



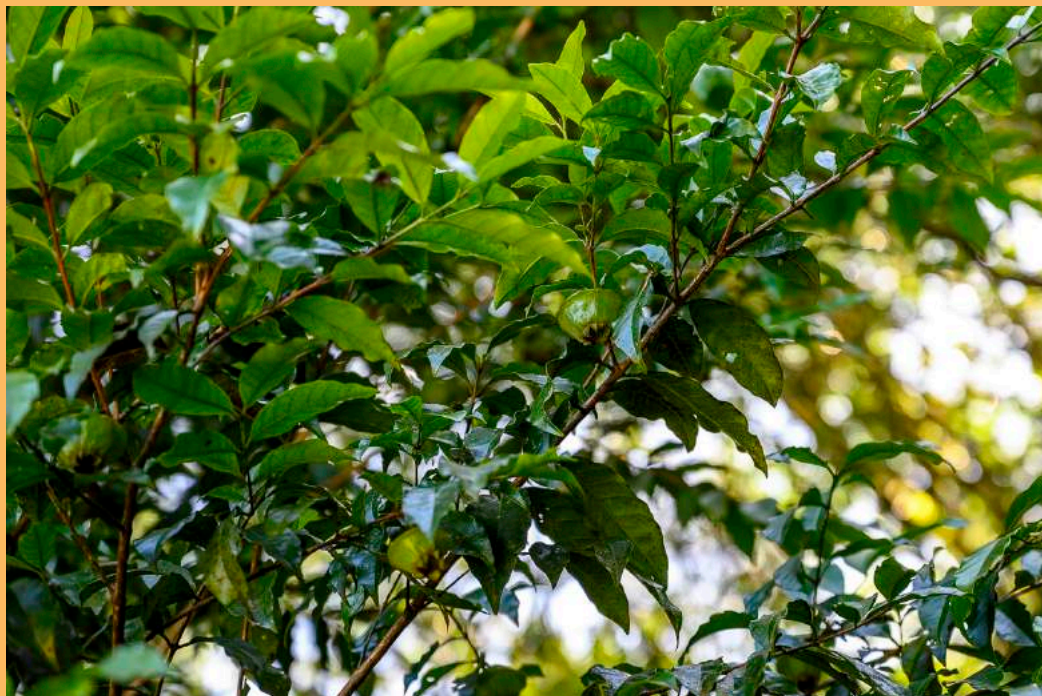
Cartaz do 7º Festival de Cambuci de Paranapiacaba, realizado em abril de 2012. Reprodução MSAOAG.

de diversos produtos alimentares, seja como acompanhamento de carnes, ou doces, sucos, xaropes, geleias, entre outros. As iguarias sempre foram servidas em almoços e jantares familiares, em bares e restaurantes de Paranapiacaba.

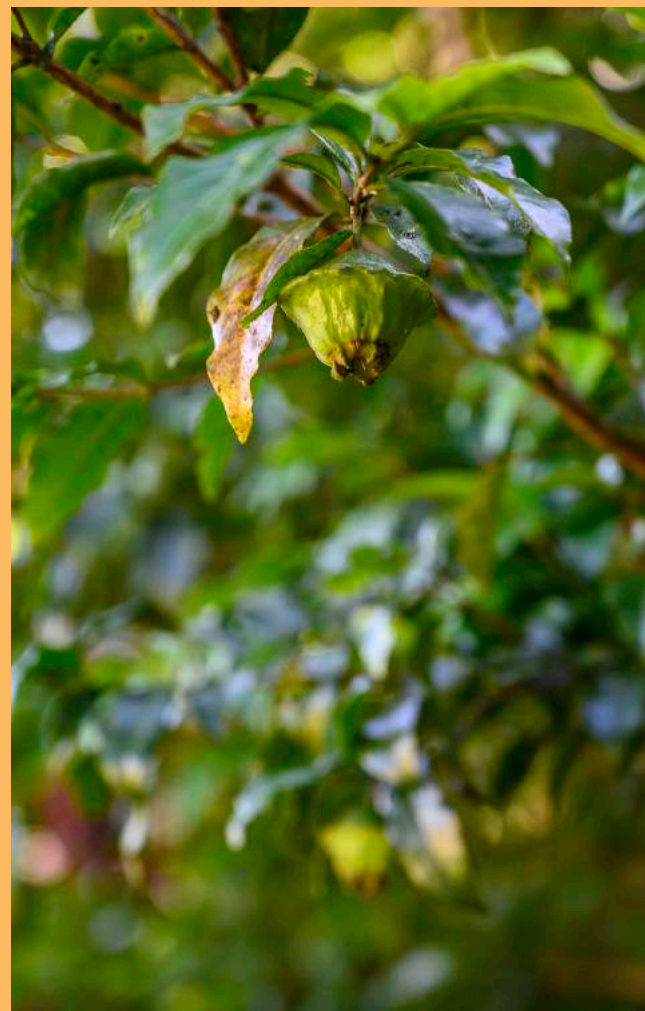
Com este potencial, desde 2002 é realizado em Paranapiacaba o Festival do Cambuci, em que expositores apresentam receitas novas e tradicionais. E, desde 2009 a Rota Gastronômica do Cambuci passa por Paranapiacaba, além de outras cidades como Mogi das Cruzes, Salesópolis, Biritiba Mirim, Rio Grande da Serra, São Paulo e Paraibuna.

Com estas manifestações a solicitação de registro foi realizada por três organizações civis – AMA – Associação dos Monitores Ambientais de Paranapiacaba – SPR Paranapiacaba – Sociedade de Preservação e Resgate de Paranapiacaba e Associação Ambientalista Mãe Natureza. O movimento contou com cerca de 180 assinaturas de moradores e demais interessados.

Este bem foi registrado como patrimônio cultural do município pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André, em setembro de 2012. As motivações para tal ação se relacionam à valorização dos conhecimentos agregados a esta espécie vegetal. As receitas e as formas de uso do cambuci foram repassados por moradores, especialmente ferroviários de Paranapiacaba, e vem sendo atualizadas com as novas edições de festivais e atividades de valorização deste bem cultural de Santo André.



Detalhe de árvore com frutos na Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, março de 2022. Coleção CTAPC.



Fruto do Cambuci na Reserva Biológica do Alto da Serra de Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, março de 2022. Coleção CTAPC.



Cambucizeiro em Paranapiacaba, Varanda Velha. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Cachaças e temperos produzidos em Paranapiacaba que levam na receita cambuci. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Fruto do cambuci embebido na cachaça, produto de Paranapiacaba. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Cachaças produzidas em Paranapiacaba que levam na receita cambuci. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



RELIGIOSIDADES



161 – Capela São José da Boa Viagem

168 – Obras de Arte de Gianni Parziale na Paróquia Maria Imaculada

174 – Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein e Manifestações do culto da nação Jeje Mahin

\\ Capela São José da Boa Viagem

Bem	Capela São José da Boa Viagem
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	10.05.2011
Homologação e inscrição	03.11.2016, inscrição nº 21 no Livro de Tombo
Localização	Rodovia Deputado Antonio Adib Chammas, SP-122, km 47

A Capela São José da Boa Viagem está localizada no alto da colina próxima à Estação ferroviária de Campo Grande, uma das estações que integrava a estrada de ferro que ligava Santos a Jundiá. A estação era pequena, classificada como 'terceira classe', e voltada para a centralização do transporte de madeira e carvão explorados por serrarias e carvoarias de uma vasta área que ia até Mogi das Cruzes. Além da extração de madeira, a extração de brita em pedreiras, localizadas nas regiões entre Rio Gran-

de e Campo Grande, e produção de cerâmica ocorrida entre os anos 1940 e 1960 foram atividades econômicas que atraíram famílias para o núcleo que se instalou no entorno da estação de Campo Grande desde o começo do século XX. Os grupos familiares eram, em sua maioria, imigrantes italianos, portugueses e espanhóis. Alguns eram trabalhadores que já tinham auxiliado na construção da linha férrea e outros vieram atraídos pelo trabalho com a produção madeireira.

As necessidades religiosas decorrentes do incremento populacional levaram o padre Luiz Capra, capelão da região de Ribeirão Pires e Alto da Serra (atual Paranapiacaba), a idealizar a construção de uma capela, construída em 1910, e consagrada a São José da Boa Viagem entre maio de 1912 e abril de 1913. Apesar de não possuir um pároco permanente, conformou-se como ponto de encontro da comunidade que ali realizava casamentos, missas, batizados, procissões, entre outras atividades. Construída em alvenaria, tem uma porta em madeira em formato de arco e duas aberturas laterais para entrada de luz. Em seu interior, além de dois oratórios laterais, foi construído um pequeno altar central.



Dona Eufemia, segunda professora de Campo Grande, com seus filhos defronte a capela São José da Boa Viagem, 1938 ou 39. Coleção Roberto Botacin. Reprodução do original de Alberto Murayama/ Coluna Memória DGABC. Reprodução MSAOAG.

No alto da edificação, em local de ampla visão para todos foi instalada uma imagem do Cristo Redentor. Este segurava em uma de suas mãos um cajado ou uma cruz, e a outra, arqueada, se dirige para aqueles que passavam pela localidade. Há um fato curioso com relação à estátua de Cristo Redentor, sempre recontado pela tradição oral. Relata-se que na década de 1930 choveu 25 dias seguidos

nessa região, dificultando o trabalho na extração e transporte de madeira até a estação ferroviária de Campo Grande. O madeireiro Angelin Arnoni revoltado com tal situação disparou um tiro certeiro que arrancou dois dedos da imagem de Cristo. Conta-se que, imediatamente após o ocorrido, o tempo se abriu com sol e a labuta pode ser reiniciada. Com o tempo, os braços foram se deteriorando



Casamento de Santinho e Amavilde Carnevale em abril de 1941. Eles estão defronte da Capela São José da Boa Viagem. Junto deles o casal Osvaldo e Helena Pagnillo. À esquerda Mauro Viera Machado, João e Nestor Orcioli. Coleção Roberto Botacin. Reprodução do original de Alberto Murayama/Coluna Memória DGABC. Reprodução MSAOAG.

e possivelmente nos anos 1990 foi feita uma recomposição de maneira diversa da original, com os dois braços voltados para o mar. Em nova intervenção em 2022 foi mantida esta posição, mas com mudanças no formato dos braços e mãos da imagem.

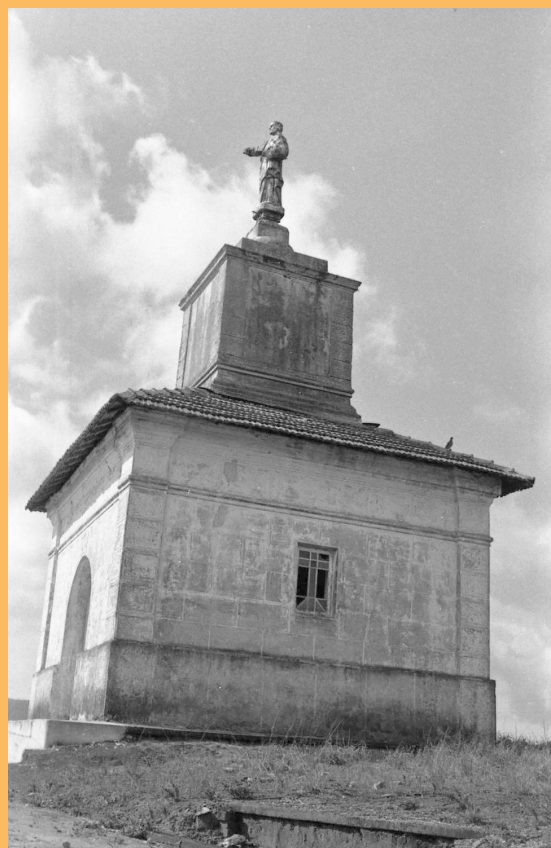
O conjunto da capela foi tombado em maio de 2011 pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André. Seu valor como patrimônio cultural do município está associado à sua permanência centenária na paisagem, sua ligação à devoção católica de moradores que ali encontraram abrigo para sua fé, além de ter sido local catalizador de dinâmicas socioculturais daquela comunidade, mantendo até os presentes dias uso eventual para celebração de missas e ações religiosas.



Procissão pelas ruas de Campo Grande, anos 1930. À frente Antonieta Castelucci e Rosa Crescencio. Coleção Paschoalino Assumpção. Reprodução do original de Alberto Murayama/ Coluna Memória DGABC. Reprodução MSAOAG.



Santinho Carnevale e seu cordão de carnaval em Campo Grande, década de 1920/30. Coleção Roberto Botacin. Reprodução MSAOAG.



Vista lateral da Capela de São José da Boa Viagem. Destaca-se a imagem de Cristo com braços e mãos mutilados, década de 1980. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Vista da fachada frontal da capela em vistoria de conselheiros do Comdephaapasa. Foto Vangelista Bazani, janeiro de 1998. Coleção Vangelista Bazani. Acervo MSAOAG.



Fachada frontal da Capela de São José da Boa Viagem, após intervenção finalizada em agosto de 2022. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista interna da Capela de São José da Boa Viagem, após intervenção finalizada em agosto de 2022. Destacam-se as portas, a estrutura da edificação e, ao fundo, o altar. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista interna da Capela de São José da Boa Viagem, após intervenção finalizada em agosto de 2022, com destaque para o altar da capela. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Vista lateral da Capela de São José da Boa Viagem, após intervenção finalizada em agosto de 2022. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

\\ \\ \\ Obras de Arte de Gianni Parziale na Paróquia Maria Imaculada

Bem	Obras de Arte de Gianni Parziale na Paróquia Maria Imaculada
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	02.02.1995
Homologação e inscrição	03.09.1996, inscrição n°08 no Livro de Tombo
Localização	Rua Fenícia, 774, Parque Novo Oratório

Este conjunto de obras foi encomendada pelo Frei Roberto Tóttoli ao artista plástico italiano Gianni Parziale especialmente para a Paróquia Maria Imaculada que foi inaugurada em 1992 e consagrada em 1993. A criação do artista é composta por seis obras: o conjunto da Via Sacra; Cristo Crucificado; Cristo no Jardim das Oliveiras; Santa Ceia; Ressurreição Além da Vida, Martírio e

Glorificação de São Maximiliano Kolbe. Esta última tem significado especial para a ordem dos freis franciscanos menores conventuais que se dedicaram à construção desta igreja, pois Maximiliano Kolbe foi um dos criadores e difusor da Milícia Imaculada, consagrada na Ordem dos Franciscanos Conventuais em 1936.

Maximiliano Kolbe era polonês, nascido em 1894 e desde os anos 1910 se dedicou à vida religiosa, tornando-se frei em 1914. Sua atuação missionária franciscana e na Milícia Imaculada o levou ao Japão em missão de evangelização. Mas, foi melhor conhecido por ter sido preso durante o nazismo e executado no campo de Auschwitz em 1941 após trocar de posição com outro polonês também preso neste campo de concentração. Diante de sua atuação religiosa foi canonizado em 10.10.1982 pelo Papa João Paulo II.

Gianni Parziale é italiano, nascido em Brescia em 1936. Formou-se em Belas Artes em Parma e nos meados da década de 1980 imigrou para o Brasil. Desde então o pintor, escultor e ceramista reside em Caraguatatuba, e entre outras obras desenvolveu projetos para quatro templos católicos, sendo um deles a Paróquia de Maria Imaculada.

Todas as obras que compõem o conjunto foram realizadas em compensado naval, em técnica mista, valendo-se de materiais diversos. A temática encontra-se lastreada na formalidade figurativa e simbólica, sendo que o artista estabeleceu diálogo entre sua proposta criativa e a arquitetura da igreja, cujo projeto é de autoria dos arquitetos Doroti Riotto Fernandes e Giro Kimura.



Vista externa da Paróquia Maria Imaculada, com projeto de autoria dos arquitetos Doroti Riotto Fernandes e Giro Kimura. Foto Beto Garavello, 1993. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

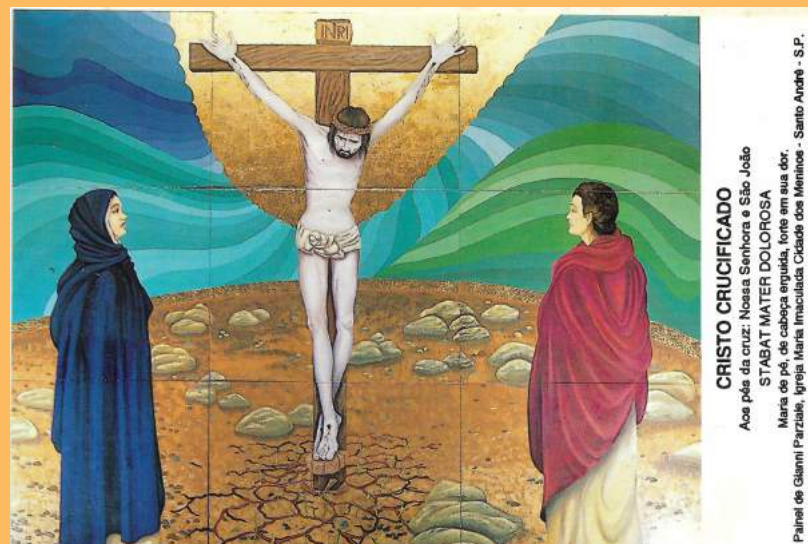


Vista interna da Paróquia Maria Imaculada. Vê-se a área do altar obras de Gianni Parziale. Na parede, ao alto vê-se a representação da 'Cristo Crucificado' e nos dois painéis que ladeiam o altar estão instaladas respectivamente 'Santa Ceia' à direita e à esquerda 'Jardim das Oliveiras'. No teto vê-se a obra 'Ressurreição'. Foto Beto Garavello, 1993. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

O conjunto destas obras foi tombado pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbânico e Paisagístico de Santo André em fevereiro de 1995. Na atualidade a obra Ressurreição, originalmente instalada no teto da igreja foi retirada e não pode mais ser visitada.



Vista interna da Paróquia Maria Imaculada, com destaque para parte do painel Santa Ceia e do conjunto da Via Sacra, ambas as obras de Gianni Parziale. Há, também, uma imagem de Maria Imaculada. Foto Beto Garavello, 1993. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Cartão postal com obra de 'Cristo Crucificado' de autoria de Gianni Parziale, que esteve instalada junto ao altar da Paróquia Maria Imaculada. Década de 1990. Reprodução MSAOAG.



CRISTO NO JARDIM DAS OLIVEIRAS

"Por que a dor? Da dor nasce a vida"

Painel de Gianni Parziale, Igreja Maria Imaculada Cidade dos Meninos - Santo André - S.P.

Cartão postal com obra de 'Cristo no Jardim das Oliveiras' de autoria de Gianni Parziale, que esteve instalada na lateral do altar da Paróquia Maria Imaculada. Década de 1990. Reprodução MSAOAG.



Vista da obra 'Ressureição' de Gianni Parziale, instalada no teto da Paróquia Maria Imaculada, década de 1990. Reprodução MSAOAG.



Vista interna da Paróquia Maria Imaculada, com destaque ao fundo da obra 'Vida, Martírio e Glorificação de São Maximiliano Kolbe' de autoria de Gianni Parziale, instalada na parede oposta ao altar da igreja. Nas laterais vê-se parte do conjunto da Via Sacra, de mesma autoria. Observe a iluminação natural indireta que compõe o projeto de Doroti Riotto Fernandes e Giro Kimura. Foto Suzana KleeB, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista interna da Paróquia Maria Imaculada, com destaque ao fundo da obra 'Vida, Martírio e Glorificação de São Maximiliano Kolbe' de autoria de Gianni Parziale, instalada na parede oposta ao altar da igreja. Observe a iluminação natural indireta que compõe o projeto de Doroti Riotto Fernandes e Giro Kimura. Foto Suzana KleeB, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Detalhe da obra 'Vida, Martírio e Glorificação de São Maximiliano Kolbe' de autoria de Gianni Parziale. Esta obra representa a atuação missionária de Maximiliano Kolbe e sua ação durante o nazismo. Foto Fátima Regina Tavella Leal, julho de 2022. Coleção CTAPC.

\\ Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein e Manifestações do culto da nação Jeje Mahin

Bem	Casa de Culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein e Manifestações do culto da nação Jeje Mahin
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	21.08.2007
Homologação e inscrição	26.08.2007, inscrição nº 12 no Livro de Tombo
Solicitante	Sociedade Civil
Registro	09.12.2008
Homologação e inscrição	12.12.2008, inscrição nº 01 no Livro de Registro
Localização	Avenida dos Amoritas, 629, Jardim do Estádio

Este bem cultural possui duas formas de valorização enquanto patrimônio cultural. Além de ser um bem tombado, a manifestação cultural associada a esta religiosidade está registrada, pois este bem cultural contribui para revelar a diversidade de Santo André. O culto do grupo Jeje Mahin consiste em manifes-

tações religiosas que carregam em si importante referência para a valorização da cultura afrodescendente, uma vez que a manutenção dessas práticas representa a resistência ao sistema escravagista e à discriminação contra grupos sociais e seus modos de vida que deram forma à sociedade brasileira.



Fachada da Casa de Culto, notar canteiros laterais que contém pequenos caldeirões e vasilhas, agosto de 2011. Foto e Coleção CTAPC.

Entre os cultos africanos que se estabeleceram ao longo do tempo no Brasil estão os cultos aos inkices, aos orixás e aos voduns que apesar de terem distinções entre si, são em geral identificados como vertentes do candomblé. É importante destacar que ao longo do tempo foi sendo construída uma ideia pejorativa em torno da prática dos voduns como algo relacionado à prática de alfinetar bonecos para fazer mal aos desafetos. Entretanto, um olhar mais cuidadoso sobre essa manifestação religiosa mostra que não é deste o caso da manifestação que ocorre nas casas de culto Jeje Mahin no Brasil.



Parte interna da Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein, salão no qual são realizados cultos e celebrações, agosto de 2011. Foto e Coleção CTAPC.



Reunião da Intecab, associação que busca a integração dos cultos de ascendência africana no Brasil. Reunião realizada em julho de 2007, na Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein. Reunião sob a direção de Pai Dancy. Foto e Coleção Wilson Roberto Stanziani de Souza.

A origem deste culto religioso se deu na África Ocidental, atual região do Benin e Tongo, professada pelo povo Jeje, associado ao grupo linguístico Ewé-Fon. Seu sistema de crenças se lastreia na tradição religiosa animista que cultua divindades e ancestrais. Essas divindades conhecidas como Voduns são organizadas por famílias e possuem uma organização complexa, com vários nomes e apelidos. Apesar de para os não iniciados não ser muito fácil de compreender essa manifestação religiosa, sua preservação nos dá oportunidade de ter um olhar para a história dos povos africanos, muito mais ampla do que comumente é conhecida. Muito dessa riqueza cultural é hoje testemunhada por meio dessas práticas religiosas e formas de se organizar no espaço.

Os rituais do culto Jeje variam conforme cada Casa de Culto, mas de modo geral o processo de iniciação é longo e a transmissão das informações dos conhecimentos sagrados é feita de forma oral. No que diz respeito aos serviços da Casa existe uma hierarquia de funcionamento que se distribuem entre pai/mãe de santo, zeladores do altar sagrado, tocadores de instrumentos, entre outros. A dança é um componente importante no culto e é cadenciada sob o ritmo de tambores tocados com uma vareta de madeira e cânticos invocativos aos voduns.

Em Santo André a Casa de Culto é denominada Dâmbala Kuere-Rho Bessein, onde acontece o culto da Nação Jeje Mahin. Estabelecida desde 1971, é possivelmente uma das mais antigas e perenes casas de culto de matriz africana de Santo André, localizada na região sul da área urbana do município.



Trata-se de uma antiga edificação que foi adaptada para ser casa de culto afro-brasileiro, onde é percebida uma série de informações peculiares desta manifestação religiosa na distribuição de ambientes, ou seja, nos diversos quartos de iniciação, assentamentos, sacramentos e terreiro para culto. Além da própria edificação são conservados objetos e pinturas que fazem parte e que dão suporte aos ritos e práticas.

A fachada da casa possui conformação semelhante a outras casas de cultos existentes na África, a calçada é constituída por dois canteiros, um em cada lado da porta de entrada; neles se cultivam plantas para serventia do culto religioso bem como troncos usados como suporte dos caldeirões de ferro utilizados durante as festas de rua. A pequena praça defronte da edificação também é outro elemento físico que dá suporte à manifestação religiosa, onde

também se cultiva plantas a serem utilizadas no culto. O imóvel todo foi pintado nas cores azul e branco. O azul representa a escuridão e o branco a claridade, remetendo a noite e o dia. Essas cores são utilizadas tanto na África como em Cuba e Haiti.

Esta Casa de Culto foi tombada pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André em agosto de 2007 e pelo CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo em 2019. Sua valorização como patrimônio cultural protegido incidiu sobre a edificação em razão de sua permanência na cidade, abrigando práticas do culto afro-brasileiro, e por ser uma das poucas da tradição Jeje Mahin no Estado de São Paulo.

Principal festividade da Casa, dedicada a Bessen, ocorre em agosto de cada ano, s.d. Coleção Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein. Reprodução CTAPC.

O culto afrodescendente da Nação Jeje Mahin na Casa de culto Dâmbala Kuere-Rho Bessein foi registrado pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André em dezembro de 2008.



Vondunsis sendo apresentados na principal festividade da Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein, dedicada a Bessen que ocorre em agosto de cada ano. s.d. Coleção Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein. Reprodução CTAPC.



Pai Dancy em destaque com traje verde, na principal festividade da Casa, dedicada a Bessen, ocorre em agosto de cada ano, s.d. Coleção Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein. Reprodução CTAPC.



Fachada da Casa de Culto, ladeada por palmeiras e canteiros. Na fachada estão instalados os bustos de Gaiaku Gamo Lokossi e Rhumbono Mejitó Pai Dancy, mãe e pai de santo de casas de cultos afrodescendentes do grupo Jeje Mahin. Foto Davi Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Parte interna da Casa de Culto Dambala Kuere-Rho Bessein, vê-se o salão no qual são realizados cultos e celebrações. Foto Beto Garavello, setembro de 2020. Coleção CTAPC.



HOMENAGENS



181 – Jardim Japonês Cidade de Takasaki

187 – Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Museu Militar dos Expedicionários

\\ Jardim Japonês Cidade de Takasaki

Bem	Jardim Japonês Cidade de Takasaki
Solicitante	Poder Público
Tombamento	25.11.2008
Homologação e inscrição	04.09.2009, inscrição nº 13 no Livro de Tombo
Localização	Estrada do Pedroso, Parque Natural do Pedroso

O conjunto que compõe o Jardim Japonês Cidade de Takasaki é uma homenagem à presença dos imigrantes japoneses que chegaram desde o começo do século XX em Santo André. Este jardim situa-se no Parque Natural do Pedroso, maior reserva de Mata Atlântica da região. Esta área é remanescente de terras da família Pedroso e foi adquirida pela Prefeitura de Santo André em 1944 com vistas a proteger e incrementar os mananciais de água para consumo humano. Quase trinta anos depois, em 1973, foi criado um parque com foco voltado ao lazer, com a presença de teleférico, quadras, áreas de recreio e pedalinhas. Porém, diante da importância desta reserva natural, desde o final dos anos 1990 o parque foi transformado em área de proteção do meio ambiente, denominada atualmente de Parque Natural do Pedroso Prefeito Lincoln Grillo.

O jardim japonês foi criado em 1978, com o intuito inicial de homenagear os 70 anos da imigração japonesa no Brasil. Ao longo dos anos foi recebendo outros símbolos comemorativos até 2008, quando se festejaram os 100 anos da presença dos japoneses no país. Além destas datas comemora-se, também, a geminação de Santo André com a cidade-irmã de Takasaki, no Japão. O convênio entre as duas cidades foi ratificado em 1982 e desde então são realizados intercâmbios culturais e educacionais. Atualmente o Jardim Japonês Cidade de Takasaki é composto por dois lagos, um conjunto de arbustos de azaleias, cerejeiras, ipês e pinheiros, além de dois blocos em granito negro com ideogramas, placas comemorativas, uma réplica de um Tori – portal de entrada em templos xintoístas que representam a purificação da alma – e uma ponte que representa a amizade entre os dois povos.



Daruma, elemento místico da cultura japonesa relacionado à boa sorte. Este exemplar foi trazido pelos representantes de Takasaki como presente em respeito ao tratado de geminação entre Santo André e Takasaki, 1982. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

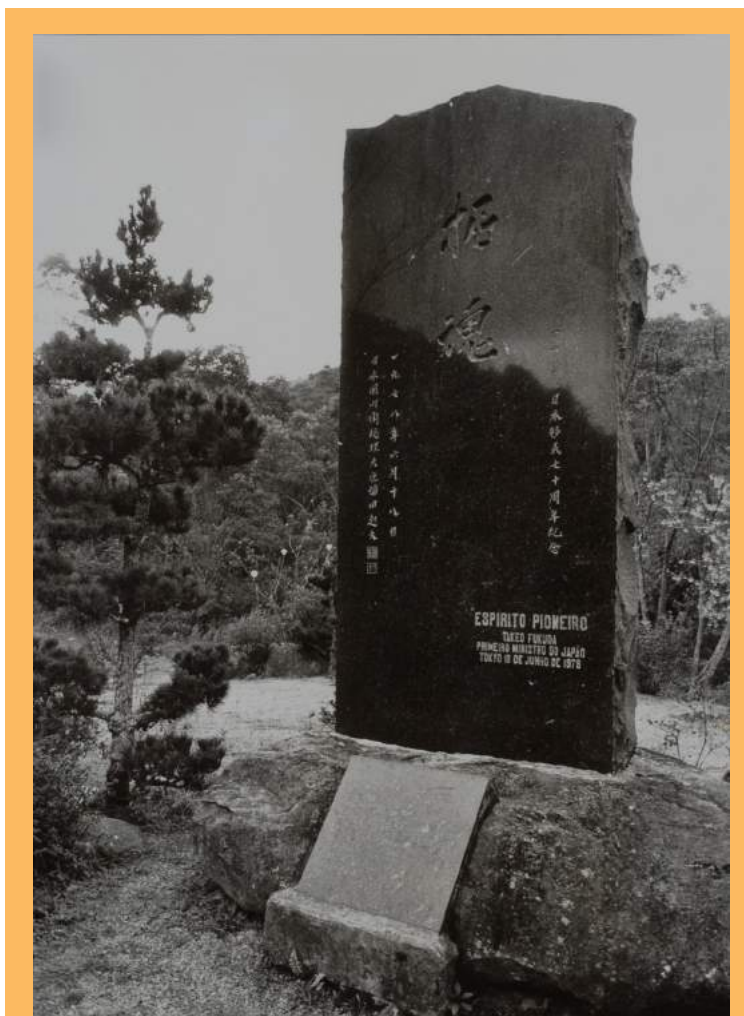


Autoridades japonesas defronte ao bloco em granito comemorativo aos 70 anos de imigração japonesa no Brasil, 1982. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

O primeiro bloco em granito representa o início das comemorações da imigração japonesa em 1978, com um ideograma cujo significado se associa ao espírito desbravador ou pioneiro. Este foi sugerido pelo Primeiro Ministro japonês à época, Takeo Fukuda. O segundo bloco de granito, inaugurado em 2008, refere-se aos 100 anos de imigração japonesa e tem a inscrição *Novos conhecimentos a partir da antiga sabedoria*. A inscrição foi indicada pelo então Primeiro Ministro do Japão Yasuo Fukuda.



Tratado de geminação entre Santo André e Takasaki assinado pelos prefeitos em 1982. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Bloco em granito preto com ideograma em japonês e frase em português, referentes aos 70 anos de imigração japonesa no Brasil, inaugurado em 1978. Foto Fernando Ferreira, 1990. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Cartaz do IX Festival de Flores de Santo André, com menção especial de boas vindas à comitiva de Takasaki, cidade irmã de Santo André, 1982. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.

Este conjunto foi tombado pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André – em dezembro de 2008, no ano das comemorações aos 100 anos de imigração japonesa, após solicitação de vereadora da Câmara Municipal. O valor identificado para esta obra é simbólico e rememorativo da presença centenária de imigrantes japoneses em Santo André.



Vista geral das homenagens aos 70 e 100 anos de imigração japonesa e da amizade entre as cidades irmãs de Takasaki e Santo André, presentes no Jardim Japonês Cidade de Takasaki. Foto Beto Garavello, julho de 2022. Coleção CTAPC.



Jardim japonês Cidade de Takasaki, em primeiro plano um bloco em granito com homenagem ao 70º aniversário da imigração japonesa. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.



Vista de lago do Jardim japonês Cidade de Takasaki, vendo-se ao fundo a ponte que marca a amizade entre os municípios de Santo André e Takasaki. Foto David Rego Jr., julho de 2022. Coleção CTAPC.

/// Associação dos Ex-combatentes do Brasil - Museu Militar dos Expedicionários

A Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMMRR foi criada em 1963 e tinha por intuito auxiliar brasileiros que estiveram envolvidos com o conflito da 2ª Guerra Mundial. A participação brasileira contou com mais de 25 mil soldados, sendo que alguns saíram do ABC. Por meio de suas memórias foi possível saber que parte deles participou do conflito na Europa e outros participaram dos treinamentos no interior de São Paulo e no Nordeste, não sendo necessária a travessia do oceano para participar efetivamente do combate.

Bem	Associação dos Ex-combatentes do Brasil Museu Militar dos Expedicionários
Solicitante	Sociedade Civil
Tombamento	13.11.1992
Homologação e inscrição	23.12.1992, inscrição nº07 no Livro de Tombo
Localização	Avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, 100, Vila Guiomar



Álvaro Muraro, então presidente da Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMRR, junto à placa de identificação da Associação. Ao fundo, a edificação ainda em construção, agosto de 1988. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Vista da fachada da edificação da Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMRR, situado à avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, agosto de 1988. Coleção PSA. Acervo MSAOAG.



Edificação sede da Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMRR, avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira. Foto 2017. Coleção Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural.

O retorno ao país e a necessidade de apoio levou à criação em 1963 desta Associação que inicialmente esteve instalada em São Caetano do Sul e em 1977, com a concessão municipal do terreno situado à avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira, passou a ter sua sede transferida para Santo André. Mais adiante, em novembro de 1992, para dar conta de sua trajetória a Associação criou o Museu Militar dos Expedicionários que passou a contar a trajetória não apenas dos soldados participantes deste conflito como apresentar armamentos, tanques, aviões e outros equipamentos militares.



Detalhe de equipamentos expositivos na área junto à Associação dos Ex-Combatentes do ABCDMRR, avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira. Foto 2012. Coleção Corpo Técnico de Apoio ao Patrimônio Cultural.



Vista do complexo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil - Museu Militar dos Expedicionários a partir da avenida Dom Jorge Marcos de Oliveira. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.

O tombamento partiu de solicitação da sociedade civil, e foi aprovado pelo COMDEPHAAPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arquitetônico-Urbanístico e Paisagístico de Santo André em novembro de 1992. Esta incidu sobre a edificação e não sobre os equipamentos e objetos componentes do acervo do Museu, boa parte deles doados após o momento de tombamento e homologação.



Complexo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários. Destaca-se à frente a placa de identificação da Associação, o busto do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes que em 1943 assumiu o comando da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Ao fundo vê-se avião militar e outros equipamentos, além da sede da Associação e o Museu Militar. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



Complexo da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil – Museu Militar dos Expedicionários, em primeiro plano o busto do Marechal João Batista Mascarenhas de Moraes que em 1943 assumiu o comando da Força Expedicionária Brasileira (FEB), criada para atuar na II Guerra Mundial. Foi para Itália em 1944 com os primeiros contingentes brasileiros, onde ficou até o final do conflito. Ao fundo, veem-se detalhes de equipamentos militares. Foto Beto Garavello, setembro de 2022. Coleção CTAPC.



\\ \\ \\ Ficha técnica

Paulo Serra

Prefeito de Santo André

Luiz Zacarias

Vice Prefeito

Simone Zárate

Secretaria de Cultura

Azê Diniz

Secretária Adjunta de Cultura

Marco Moretto Neto

Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais

Mayra Gusman de Souza Brito

Gerência de Documentação e Preservação Cultural

Pesquisa documental e iconográfica e produção de textos.

Elaine Moraes de Albuquerque

Fátima Regina Tavella Leal

Suzana Cecilia Kleeb

Imagens do Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa - MSAOAG. Coleção CTAPC.



Esta publicação está licenciada com uma licença Creative Commons 4.0 internacional. Você pode copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como vincular, transformar e criar a partir do material, desde que reconheça a autoria do mesmo e utilize a mesma licença. Para ver uma cópia da licença visite: <https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0>



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ